



Programa Eleitoral PSD



Legislativas 2022



Índice

As Principais Medidas	3
Introdução	7
1. As razões do atraso do nosso país	9
2. Uma visão para Portugal	15
3. Outra cultura política	26
4. As reformas inadiáveis	32
5. Uma economia mais competitiva e melhores oportunidades	48
6. Ambiente e Sustentabilidade: motor de desenvolvimento ao serviço das pessoas	63
7. Valorizar os recursos naturais	80
8. As pessoas e o seu bem-estar no centro das políticas públicas	103
9. Cultura e conhecimento: uma ambição renovada	112
10. Investir nas novas gerações	116
11. Uma política integrada para as cidades e as áreas metropolitanas	131
12. Pobreza e desigualdades sociais	135
13. Direitos Humanos, desigualdade e preconceito	139
14. Um Estado organizado para servir os cidadãos	142
15. Forças Armadas e Segurança: Prestígio e Soberania	150
16. Finanças Públicas	158

As principais medidas

Impostos e carga fiscal

- Reduzir a taxa de IRC de 21% para 17% (2 p.p. em 2023 e 2 p.p. em 2024). Alargar essa redução à taxa reduzida para as PME's (aumentando o limite de 25 mil € para 100 mil para as empresas sediadas no interior).
- Rever substancialmente o IRC, simplificando e introduzindo medidas de competitividade fiscal.
- Reduzir o IRS em 800 M€ (400 M€ em 2025 e 400 M€ em 2026), através da redução das taxas de imposto, sendo 350M€ para os escalões de rendimento até 60 mil € e 50 M€ para os escalões entre os 60 mil € e os 100 mil €. Reduzir a tributação da poupança.
- Reduzir temporariamente (entre julho de 2022 e dezembro de 2023) o IVA da restauração.
- Reforçar a fiscalidade verde, com impacto orçamental neutro, usando as receitas para reduzir ainda mais os impostos sobre o rendimento.
- Simplificar e melhorar o Contencioso tributário.

Economia

- Redução dos custos de contexto e da burocracia e melhoria da Justiça económica e fiscal.
- Reforço do papel do Banco de Fomento na capitalização e internacionalização das empresas.
- Programa de captação de grandes projetos industriais.
- Programa de apoio à concentração e fusão de empresas.
- Implementar rapidamente a conta-corrente entre a AT e os contribuintes e avançar para uma conta corrente entre a Administração Central e as empresas

Inovação e conhecimento

- Forte aposta em termos de políticas públicas e de Fundos Europeus e públicos na Inovação, no Conhecimento e numa economia de elevado valor acrescentado, com uma forte valorização da qualificação dos trabalhadores, nomeadamente nas áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).
- Incrementar a transferência de conhecimentos das Universidades, Institutos Politécnicos e dos Centros Tecnológicos e Incubadoras para o meio empresarial e empreendedor.
- Plano de valorização e promoção do ensino profissional, de escolas tecnológicas e do ensino Politécnico, concebido em estreita articulação com as empresas.

Educação e Natalidade

Infância

- Abono de família pré-natal: alargamento da base de beneficiários, majoração em 50% para o segundo filho e de 100% para terceiro e seguintes. Majoração para famílias residentes no interior do País.
- Aumentar a licença parental de 20 para 26 semanas a partir do segundo filho, com obrigatoriedade da segunda metade do período de licença parental (13 semanas) ser partilhada em pelo menos, 50% do tempo com o outro progenitor.
- Universalização da creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, nas redes: social, pública e privada, através da criação de uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos.
- Programa de incentivos ao estabelecimento de creches e jardins de infância por parte das autarquias, das IPSSs e das empresas ou associações de empresas, com recurso a fundos comunitários para construção e reabilitação de berçários, creches e infantários.
- Plano de rastreio da acuidade visual, auditiva e de saúde oral para todas as crianças até aos 5 anos.

Educação

- Planeamento da rede escolar com periodicidade trienal.
- Eliminação progressiva das turmas mistas com mais de dois anos de escolaridade.
- Número de alunos por turma e a sua distribuição passa a ser responsabilidade das escolas.
- A instituição de três Academias (Norte, Centro e Sul) orientadas em exclusivo para a formação de futuros diretores, subdiretores, adjuntos e coordenadores de estabelecimento, de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, através de programas certificados de estudos pós-graduados.
- Reforma do Ensino Profissional - reformulação do curriculum dos cursos profissionais, com reforço da componente de aprendizagem em contexto de trabalho.
- Provas nacionais no final de cada ciclo: de aferição no 4º ano, finais no 6º e 9º anos, exames finais no 11º e 12º anos de escolaridade.
- Definição dos perfis de docentes e recuperação do modelo de profissionalização em exercício correspondente ao período de indução (1 ano) previsto no Estatuto da Carreira Docente.
- Recuperação do tempo de serviço dos docentes para efeitos de aposentação, despenalizando as aposentações antecipadas e majorando o valor das respetivas pensões.

Ensino Superior, Ciência e Cultura

- Ampliar a cobertura nacional de residências estudantis e reforçar os apoios sociais aos alunos deslocados, através da reabilitação de edifícios públicos e da construção de novas residências recorrendo ao cofinanciamento dos fundos regionais e da contratualização com a sociedade civil; o PSD tem como objetivo duplicar o número de alunos em residências estudantis até ao final 2026.
- Assegurar a sustentabilidade do sistema científico: criar condições para que Portugal alcance até 2030 o valor de 5% do PIB de investimento (público e privado) nas três áreas do triângulo do conhecimento (Ensino Superior, Ciência, Inovação, incluindo a Sociedade de Informação e do Conhecimento); reorganizar as agências de financiamento como organismos independentes do Governo, visando a autonomia da Ciência e Inovação.
- Desenvolver as condições que promovam a contratação de doutorados pelas empresas, através de programas de financiamento e benefícios fiscais. Em Portugal, apenas 3% de doutorados fazem investigação no sector empresarial (dados de 2019), enquanto que a percentagem na generalidade dos países europeus é de 35%. O PSD tem como objetivo aproximar Portugal dos valores europeus até 2030.
- Promover a Digitalização Inclusiva: formar 20% da população ativa até 2026 na área Digital e Inteligência Artificial, de modo a garantir mão de obra qualificada nestes sectores, proveniente dos diferentes meios e tipos de ensino.
- Digitalização do património cultural: desenvolvimento de visitas virtuais aos Museus Portugueses; Pesquisa, Catalogação, Produção, Registo e Digitalização da criação e produção das obras contemporâneas de autores portugueses (Sec. XX e XXI) de música orquestral, sinfónica, de câmara, produzido em Portugal; completar a digitalização das obras literárias portuguesas e documentos dos arquivos (obras de acesso aberto e do domínio público) até 2030.

Saúde e SNS

- Uma política de saúde orientada para a prevenção da doença.
- Reorganizar o sistema de saúde e realizar a revisão da Lei de Bases da Saúde e um novo modelo de organização e financiamento, com uma forte aposta na digitalização.
- Garantir um médico de família para cada Português.
- Introduzir no SNS uma política de saúde mental, uma de saúde oral e uma de cuidados em fim de vida.
- Reforçar a rede de unidades de cuidados continuados e de cuidados paliativos.
- Alargar o sistema SIGIC das listas de espera para cirurgias às consultas de especialidades médicas hospitalares e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.
- Implementar um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes e reconhecer a importância, garantir apoio e formação aos cuidadores formais e informais.

Justiça

- Reforma urgente da legislação administrativa e tributária, com uma forte simplificação dos processos e criação de um plano de contingência para recuperação de atrasos processuais.
- Prioridade no combate à corrupção e criminalidade conexa.
- Justiça económica: criação de secções de competência especializada para as insolvências.
- Reorganização do funcionamento da Justiça, com forte aposta na gestão e na digitalização e tecnologia.

Ambiente e Energia

- Revisão Constitucional "verde".
- Implementar Planos Municipais de Descarbonização e Premiar os Municípios que mais contribuírem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal através dos seus Planos Municipais de Descarbonização dos seus Planos Municipais de Ação Climática.
- Foco na Economia Circular - reformar o funcionamento do setor dos resíduos e corrigir o generalizado incumprimento de metas.
- Apostar na gestão da água e recursos hídricos, dos solos e na recuperação dos passivos ambientais;
- Programa FOZ – Criação de um programa de restauro e revitalização de zonas estuarinas destinado a intervenções integradas de adaptação às alterações climáticas, regeneração urbana, mobilidade sustentável e valorização territorial.
- PACTE - Programa para Ação Climática, Transição Energética e Eco inovação – um novo quadro de medidas e de incentivos dirigidos aos agentes empresariais para desenvolvimento de projetos inovadores em linha com os objetivos de ação climática, sustentabilidade e aproveitamento de oportunidades de criação de novos produtos e serviços.
- Programa AIA 2.0 – Inteligência artificial aplicada à Avaliação de Impacte Ambiental - Criação um instrumento de apoio aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, com recurso a tecnologias de inteligência artificial. Modernizar o regime existente, melhorando a qualidade da informação de base e garantindo uma tomada de decisão mais fundamentada.
- Programa Bairros + Sustentáveis – Criação de programa dirigido à implementação de medidas de Eficiência Energética em territórios urbanos com maiores vulnerabilidades sociais e riscos de pobreza energética.
- Aumentar os espaços verdes nos centros urbanos.
- Garantir boa governação e transparência do Fundo Ambiental
- Aumentar a proteção da Biodiversidade

Introdução

O presente programa eleitoral com que o Partido Social Democrata se apresenta às próximas eleições legislativas de 30 de Janeiro de 2022 tem por base o Programa Eleitoral de 2019 e o trabalho desenvolvido pelo Conselho Estratégico Nacional nestes últimos quatro anos. Recuperámos a sua estrutura, atualizámos a informação de suporte às opções apresentadas, reforçámos o diagnóstico e redefinimos algumas das prioridades então enunciadas. Nem poderia ser de outro modo. Afinal, passaram-se apenas dois anos e as grandes linhas programáticas continuam a ser as mesmas, dado que resultam do legado político que sustenta a identidade ideológica do PSD.

Contudo, estes dois anos foram marcados por três alterações que criaram um novo contexto político, económico e social.

- 1. A crise pandémica** - Deixou marcas profundas na sociedade portuguesa. Para além dos efeitos na vida de muitos Portugueses, essa crise é responsável por perdas incalculáveis dos que pereceram por efeito da COVID-19. Para além das sequelas materiais, a pandemia provocou alterações na forma como encaramos as ameaças, nas condutas individuais e nas dinâmicas sociais, no sistema de valores e nas próprias instituições. A maneira como encaramos o Estado na multiplicidade das suas responsabilidades perante os cidadãos também se alterou. Estranho seria se não reconheçêssemos que o impacto da pandemia levanta novos problemas que terão de ser enfrentados pelos decisores políticos, novas maneiras de lidar com os fenómenos contingentes e, acima de tudo, com a quebra da confiança dos Portugueses nas suas instituições, nos serviços públicos e no próprio sistema político.
- 2. A crise económica global** - A desaceleração do crescimento verificado nos países mais desenvolvidos, dificuldades acrescidas nos mercados financeiros e no mercado de trabalho. A crise pandémica acabou por antecipar de forma abrupta essa desaceleração, abrindo um novo período recessivo. Quando a recuperação tem lugar, novos problemas surgem nas cadeias de abastecimento, nos mercados de matérias primas e da energia, podendo provocar uma nova vaga inflacionista.
- 3. O contexto de incerteza** - Ao presente, nem a crise pandémica está superada, nem a crise económica foi ultrapassada. Os agentes económicos lidam agora com os desafios de um novo contexto de incerteza, agravado pelo aumento das tensões entre diferentes potências, especialmente no Extremo-Oriente e no Leste Europeu. A complexa combinação dos efeitos da pandemia, da crise económica global e do risco de uma nova escalada de tensão geoestratégica, aumenta o clima de incerteza e condiciona a capacidade de cenarização e de programação para os próximos quatro anos. Do ponto de vista económico, a incerteza centra-se no crescente aumento da inflação, com a mudança na orientação da política monetária dos principais Bancos Centrais, bem como uma provável subida das taxas de juro, que coloca dificuldades adicionais a um país com uma elevada dívida externa, privada e pública.

Mesmo assim, entendemos elaborar, à semelhança do efetuado em 2019, uma nova versão do Cenário Macroeconómico e Orçamental (Cf. Anexo a este Programa Eleitoral), baseado no cenário de políticas invariantes do Conselho de Finanças Públicas, que nos guiou na conceção e fundamentação das medidas de política que constam deste programa.

1. As razões do atraso do nosso país

Portugal à deriva, sem propósito nem rumo certo

Multiplicam-se os sinais de atraso e de bloqueio da economia e da sociedade Portuguesa. Os primeiros vinte anos do século XXI contrastam com os últimos vinte anos do século XX. Nestes, Portugal guindou-se a um lugar de relevo na União Europeia pelo seu dinamismo, pela forma como operou reformas decisivas nas suas instituições e na estrutura económica. **Nas duas décadas mais recentes, continuamos a tropeçar no crescimento e a empobrecer face às economias com perfil idêntico ao nosso.** Portugal foi forçado a alienar

os mais importantes ativos para pagar o nosso endividamento, descapitalizámos as empresas, perdemos competitividade externa, vimos muitos dos nossos jovens emigrar e estagnámos em termos económicos, salariais e de nível de vida. **Perdemos dinamismo, ficámos mais expostos perante as ameaças exteriores, acentuámos as disparidades internas**, não tivemos a ambição de chegar mais longe porque continuamos à deriva, sem propósito nem rumo certo.

***Nas duas décadas mais recentes,
continuamos a tropeçar no
crescimento e a empobrecer
face às economias com perfil
idêntico ao nosso.***

O declínio demográfico

Pela primeira vez nos últimos 50 anos, a população Portuguesa registou uma perda de mais de 200 mil residentes. A população recenseada em 2021 é inferior à registada 20 anos atrás.

Os fatores que determinaram esta quebra centram-se nos maus resultados registados nos saldos natural e migratório. Em comparação com 2010, morrem em média mais 20 mil portugueses por ano e nascem menos 20 mil crianças. A esperança de vida aos 65 anos registou a primeira quebra nos últimos 30 anos.

*O declínio
demográfico
é de natureza
sistémica e projeta-se
de forma desigual
no conjunto
do território.*

Nos movimentos com o exterior, não obstante o maior afluxo de imigrantes até ao início da epidemia de COVID-19, nos últimos cinco anos emigraram mais de 400 mil portugueses.

O declínio demográfico é de natureza sistémica e projeta-se de forma desigual no conjunto do território. As regiões do interior continuam a apresentar os registos mais preocupantes deste declínio, acentuando o envelhecimento e consolidando a desertificação humana, sem que uma ponta de esperança se possa identificar.

O bloqueio da economia

Portugal vive desde o início deste século uma situação de estagnação económica. **De 2001 a 2019, o crescimento do Produto Interno Bruto foi em média de 0,5% ao ano**, em que os períodos de crescimento lento são entrecortados por crises e uma recessão que deixaram marcas profundas no tecido económico e empresarial português, bem como na estrutura social.

A economia portuguesa perdeu competitividade e está a ser ultrapassada pelas economias dos países europeus de adesão mais recente à UE.

O investimento em Portugal, na segunda década do século XXI, manteve-se sempre abaixo dos 20% (%FBCF/PIB) quando nas décadas anteriores registava um peso superior àquele limiar.

A exportação de bens, expressa em percentagem do PIB, depois da recuperação registada durante a recessão, voltou a estagnar em torno dos 26%. Em compensação, a exportação de serviços – especialmente o turismo – teve uma evolução positiva, mas foi dos setores mais afetados pela pandemia.

Estes indicadores têm reflexo na estrutura do rendimento, especialmente no mercado de trabalho e nos trabalhadores por conta de outrem. **Em 2021, 60% dos trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 1000€. A mediana de salários ronda os 900€. 30% ganha menos de 750€ e 26% ganha a retribuição mínima mensal garantida ("salário mínimo") de 665€.**

60% dos trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 1000€. A mediana de salários ronda os 850€. 30% ganha menos de 750€ e 26% ganha a retribuição mínima mensal garantida ("salário mínimo") de 665€.

Esta é a consequência mais evidente da estrutura empresarial, do eterno problema da produtividade e do dualismo acentuado do mercado de trabalho. Os estrangulamentos da competitividade e da produtividade da economia Portuguesa estão perfeitamente identificados, e é sobre eles que a política económica tem de atuar: custos de contexto e burocracia; serviços públicos pouco eficientes; baixos níveis de concorrência e competição em diversos setores; sistema fiscal instável, complexo, com elevados custos de cumprimento das obrigações e elevada carga fiscal sobretudo em IRS e IRC; uma elevada dívida externa, pública e privada; Justiça lenta e ineficiente, mercado laboral rígido e dual; pouca ligação entre as Universidades/I&D e as empresas, com baixa criação de valor e inovação; falta de mão de obra qualificada; empresas com baixa dimensão, baixa capitalização e baixo nível de internacionalização.

Sem superarmos o bloqueio da economia dificilmente poderemos satisfazer os que anseiam por melhores empregos, rendimentos mais elevados e maiores níveis de bem-estar.

A crise pandémica pôs a descoberto a fragilidade da nossa estrutura económica. E se a quebra na produção de riqueza foi acentuada, a recuperação dificilmente será rápida. O clima de incerteza que se instalou a nível global torna essa recuperação menos sustentável e mais exposta aos choques exógenos.

Portugal será dos países a recuperar mais tarde os níveis anteriores à crise pandémica. Portugal, juntamente com Espanha, são os países da OCDE com a recuperação mais lenta entre 2019 e 2022.

O Estado onnipresente, mas ineficiente

Atingimos um nível de não sustentabilidade da presença do Estado na economia e na sociedade. O aumento descontrolado da despesa pública (desde 2016 a despesa primária aumentou 17 mil milhões de euros), os máximos históricos atingidos pela carga fiscal (36% do PIB) e pela dívida pública (acima dos 130% do PIB no final de 2021), nem por isso se traduziram no aumento e qualidade da oferta dos serviços públicos.

Portugal será dos países a recuperar mais tarde os níveis anteriores à crise pandémica. Portugal juntamente com Espanha são os países da OCDE com a recuperação mais lenta entre 2019 e 2022.

O emprego público atingiu o máximo de 10 anos ao contabilizar mais de 730 mil funcionários e nos últimos cinco as despesas com pessoal foram aumentadas em cerca de 2,5 mil milhões de euros.

Quanto mais recursos o Estado mobilizar, menos estarão disponíveis para a economia. Por isso falamos da insustentabilidade das tendências registadas nos últimos anos. Não é possível suportar essa tendência e os níveis atingidos sem correremos o risco real de uma rutura que a todos afetará. A degradação dos serviços públicos é um mero sintoma da degradação do próprio Estado.

O Serviço Nacional de Saúde em colapso

Só a dedicação, o brio e o profissionalismo dos trabalhadores do setor da saúde permitiram evitar males maiores na vida dos Portugueses, durante o surto pandémico da COVID-19. Se foi elevada, mas contida, a mortalidade provocada pelo vírus, tornou-se inusitada a mortalidade de doentes não-Covid. Este aumento da mortalidade colateral resultou da incapacidade do SNS em dar resposta atempada ao aumento de casos urgentes, do acompanhamento de doentes crónicos e da dificuldade ou receio no acesso aos cuidados de saúde.

Os problemas do SNS já estavam identificados antes da pandemia. Esta apenas tornou ainda mais evidente a desorganização, falta de liderança e a gestão desastrosa dos recursos humanos. Sem capacidade de resposta dos Centros de Saúde e as Urgências hospitalares tornaram-se um caos.

Face ao registado em 2019, realizaram-se em 2020 menos 8 milhões de consultas médicas presenciais nos cuidados primários e em 2021 (acumulado até setembro) menos 6 milhões. Em 2020, realizaram-se menos 114 mil cirurgias programadas e menos 11 mil cirurgias urgentes. São cerca de 200 mil os portugueses em lista de espera para cirurgia. São 1,26 milhões os Portugueses sem médico de família.

A incapacidade de responder aos problemas levou a demissões generalizadas dos dirigentes e responsáveis clínicos em diferentes hospitais do SNS.

A desqualificação do sistema educativo

O que se passa no sistema educativo não é muito diferente do observado no sistema de saúde. Má gestão dos recursos disponíveis, o experimentalismo pedagógico e a inexistência de instrumentos de regulação de processos e resultados têm conduzido à descredibilização do ensino público e consequente deterioração do nível de desempenho dos nossos alunos.

Apesar do decréscimo do número de alunos no sistema (menos 70 mil em cinco anos) o número de docentes aumentou (cerca de mais 5 mil), o número médio de alunos por turma baixou e a despesa com a educação básica e secundária continua a aumentar. Ainda assim, muitas escolas debatem-se com falta de professores em alguns grupos de docência e as previsões para os próximos anos não são animadoras.

Nos diferentes testes internacionais, os alunos portugueses tiveram piores resultados. A progressão registada nos primeiros quinze anos deste século parece ter sido invertida. Em comparação com o sector privado, as escolas públicas têm vindo a perder reconhecimento. **A pandemia acabou por acentuar as disparidades já existentes, quer entre alunos, quer entre escolas e o plano de recuperação das aprendizagens revelou-se um embuste que irá deixar marcas nas atuais gerações de alunos – especialmente os provenientes de meios sociais mais desfavorecidos - que os acompanharão por muitos anos.**

Faltam os recursos educativos, mas é abundante a burocracia e a acumulação de diretivas contraditórias sem qualquer respaldo nos problemas reais dos alunos, dos professores e demais funcionários.

Os problemas do SNS já estavam identificados antes da pandemia. Esta apenas tornou ainda mais evidente a desorganização, falta de liderança e a gestão desastrosa dos recursos humanos.

O ambiente que se vive em muitas escolas é de desorientação e de desmotivação face à incapacidade do Ministério da Educação em dar resposta adequada aos problemas do dia a dia. Faltam os recursos educativos, mas é abundante a burocracia e a acumulação de diretivas contraditórias sem qualquer respaldo nos problemas reais dos alunos, dos professores e demais funcionários.

A crise social

Apesar da retórica governamental das desigualdades sociais e do combate à pobreza, os últimos seis anos não registaram melhorias significativas dos respetivos indicadores. Portugal continua a ser um dos países europeus onde essas desigualdades são mais marcantes e onde a população carenciada tem maior expressão (cerca de dois milhões de Portugueses em risco de pobreza e exclusão social).

Uma das particularidades do mercado de trabalho em Portugal é a elevada taxa de risco de pobreza e exclusão social (30,4%) dos que trabalham, (excluindo funcionários públicos), quando o mesmo indicador para a população portuguesa se situa em 20%.

O risco de crise social está ainda presente no endividamento das famílias que regressou aos níveis de 2014 (146,6 mil milhões de euros) e o seu ritmo de crescimento acelerou nos últimos meses. O nível de exposição a choques externos (eventual aumento das taxas de juro) é cada vez maior e o risco de uma degradação do rendimento disponível das famílias (a pressão inflacionista é real) é uma ameaça a ter em conta.

Debilidade institucional e ausência de reformas

Um dos pilares do funcionamento de um regime democrático é a confiança que os Portugueses têm nas suas instituições. Neste particular domínio estão identificadas algumas tendências de perda de confiança que limitam e dificultam a sua ação, ao mesmo tempo que geram distanciamento crítico dos cidadãos em instituições centrais da sociedade portuguesa.

Uma das dimensões mais relevantes é a da equidade e transparência no acesso dos Portugueses a cargos, serviços e benefícios públicos. Esta é a principal origem da quebra de confiança nas instituições.

Em primeiro lugar, mas nem por isso o mais grave, o funcionamento do sistema político tem vindo a revelar ineficiências e injustiças que importa reabilitar aos olhos dos cidadãos. **As nomeações para altos cargos do Estado tornaram-se altamente partidarizadas. A imagem pública dos partidos, do seu funcionamento e da sua atividade, degradou-se, perdeu a confiança dos cidadãos e gerou o seu distanciamento em relação às instituições políticas.**

Porém, a situação mais grave prende-se com a perceção da corrupção. A multiplicação dos casos judiciais e a sua mediatização, bem como a falta de transparência, a ineficiência e a inação do Estado, põe em causa toda a estrutura institucional.

A corrupção é o principal fator que mina a confiança dos cidadãos no regime democrático. E sem essa confiança é a Democracia e a Liberdade que sucumbem perante os radicalismos e os extremismos sociais e políticos.

Uma das particularidades do mercado de trabalho em Portugal é a elevada taxa de risco de pobreza e exclusão social (30,4%) dos que trabalham.

Neste contexto, seria exigível que o sistema de justiça desse resposta adequada à investigação, ao julgamento e à punição dos que desenvolveram este tipo de práticas criminosas.

A corrupção é o principal fator que mina a confiança dos cidadãos no regime democrático. E sem essa confiança é a Democracia e a Liberdade que sucumbem perante os radicalismos e os extremismos sociais e políticos.

Porém, a complexidade dos processos, a morosidade e o recurso sistemático a meios dilatórios, tem vindo a descredibilizar a Justiça entre os Portugueses. **Mais do que a morosidade dos processos, que é realmente um problema do sistema de justiça português, é o sentimento de que a justiça não é igual para todos o que mais afeta a confiança.** Quem tem meios materiais para suportar a sua defesa, está sempre em vantagem sobre os que não possuem esses recursos. O problema não está só no acesso à justiça, está no seu exercício.

Estas são as principais razões por que o PSD deu especial atenção às chamadas reformas estruturais. Por isso teve a oportunidade de apresentar as suas propostas de alteração dos quadros normativos do sistema político – Constituição da República, Lei Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos – e do sistema de justiça. Porém, reconheça-se, sem sucesso.

2. Uma visão para Portugal

Um propósito, uma estratégia, um compromisso

Que Portugal ambicionamos para os nossos filhos?

Será que nos resignamos ao Portugal que temos e abdicamos do Portugal que queremos? Será que aceitamos continuar sem rumo nem destino certo? Será que estamos condenados à cauda da Europa, continuando a ver passar à nossa frente os que chegaram mais tarde à União Europeia? O Partido Social Democrata, fiel ao seu passado e à sua cultura que o associam a alguns dos períodos de mais profunda mudança estrutural da sociedade portuguesa, assume a responsabilidade de propor uma nova visão e um novo propósito que mobilize os portugueses para a sua concretização. O presente programa eleitoral tem como horizonte as eleições legislativas de janeiro de 2022, mas as suas bases fundamentais e a sua conceção têm um âmbito mais alargado que ambiciona tornar Portugal um exemplo de como é possível conciliar desenvolvimento económico, desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental. **Queremos voltar à posição de destaque no quadro europeu que já tivemos na década de 90, quando Portugal era considerado um caso de sucesso.** Se medirmos a posição económica pelo PIB/habitante (PPP), hoje integramos o pelotão dos últimos, e nos próximos anos corremos o risco de sermos ultrapassados por mais alguns países de integração recente na UE. **Queremos Portugal a crescer mais do que o ritmo observado nos últimos anos.** Só há uma maneira de o fazer de forma sustentada: aumentar o investimento privado, nomeadamente estrangeiro, mas também público, bem como exportar mais, conquistando maiores quotas de mercado. Para que tal se verifique, precisamos de criar confiança entre os empresários e tornar as empresas mais competitivas, libertando-as dos custos de contexto e da carga fiscal que as condiciona. Só poderemos crescer mais se investirmos mais e exportarmos mais. **É através desse crescimento que poderemos ter mais e melhor emprego.** Mais emprego, mas melhor emprego, que permita criar melhores oportunidades e pagar melhores salários. Sem isso, não conseguiremos reduzir o número de jovens que não estudam, nem trabalham (NEET), nem evitar que mais jovens emigrem, como os mais de 400 mil portugueses que emigraram nos últimos cinco anos.

**Queremos voltar à
posição de destaque no
quadro europeu que já
tivemos na década de
90, quando Portugal
era considerado um
caso de sucesso.**

Uma sociedade mais coesa

Portugal é dos países europeus em que as desigualdades salariais são maiores. Daí não surpreender o facto de ser também um dos países europeus onde a desigualdade de distribuição de rendimento e de riqueza é também maior. Estas desigualdades manifestam-se em diferentes domínios: entre gerações, entre géneros, entre grupos socialmente discriminados e entre regiões. Um Portugal mais avançado precisa de reduzir de forma significativa essas desigualdades.

Ambicionamos um país em que o mérito e a competência prevaleçam sobre outros fatores. O fosso que se vem cavando entre gerações tem de ser eliminado, proporcionando melhores oportunidades de inserção na vida ativa às gerações mais novas. As políticas públicas têm de orientar-se por princípios de justiça geracional e por uma efetiva igualdade de oportunidades, requisito indispensável à redução das múltiplas desigualdades sociais, nomeadamente as de rendimento.

Ambicionamos um país em que o mérito e a competência prevaleçam sobre outros fatores.

Queremos um país que concretize o princípio da igualdade de género, proporcionando a homens e mulheres as mesmas oportunidades de inserção na vida ativa, de remuneração e de progressão nas carreiras profissionais e na ocupação dos lugares de topo da hierarquia das organizações públicas e privadas.

Aspiramos a construir uma sociedade inclusiva em que todos se possam integrar sem discriminação pelas suas origens sociais, pelas suas culturas e pelas suas opções religiosas, sexuais ou políticas.

Um território mais equilibrado

Em 1950 o conjunto dos distritos do interior representava cerca de 30% do total da população portuguesa. Hoje essa proporção não vai além de 13%. Se nada for feito, arriscamo-nos a ter, a médio prazo, um país em que 90% da população vive num terço do território.

As consequências desta assimetria são já conhecidas: envelhecimento acentuado das populações do interior, subutilização das infraestruturas, fraco dinamismo empresarial e limitada contribuição para a riqueza nacional, vulnerabilidade dos solos e florestas, desertificação de vastas zonas rurais.

É urgente travar esta dinâmica de concentração e esvaziamento. Precisamos de um país com um território menos desequilibrado para garantir a coesão nacional.

Só um novo modelo de desenvolvimento económico e social poderá inverter aquela tendência, criando melhores oportunidades de fixação das populações no interior através de medidas de discriminação positiva que consigam atrair mais investimento, maior número de empresas e o aumento significativo dos postos de trabalho. Esse modelo só pode ser planeado e desenvolvido se assente numa informação completa e fidedigna do território, pelo que é **urgente avançar rapidamente com o cadastro georreferenciado.**

O Estado tem uma particular responsabilidade em criar um território mais equilibrado, nomeadamente através da desconcentração e da descentralização de serviços públicos e da criação de um **quadro de incentivos à instalação de empresas** em zonas do interior. Adicionalmente, as novas entidades públicas a serem criadas deverão localizar-se preferencialmente fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Na medida do possível, alguns serviços públicos devem ser deslocalizados de Lisboa para as cidades de média dimensão.

Devemos apostar no **desenvolvimento das cidades médias**, baseado em clusters já existentes, mas ainda não suficientemente valorizados, da agricultura à agroindústria e serviços e novos clusters industriais (Indústria da Saúde; da Formação, do Bem-Estar de nível Europeu para a 3.ª idade, esta para acolhimento de reformados preferencialmente de todo o continente europeu). Devemos também **premiar as práticas de excelência que contribuam para a revitalização das vilas e cidades**.

O Estado tem uma particular responsabilidade em criar um território mais equilibrado, nomeadamente através da desconcentração e da descentralização de serviços públicos e da criação de um quadro de incentivos à instalação de empresas em zonas do interior.

Adicionalmente, como refere um recente estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), um dos desafios de Portugal na próxima década será afirmar algumas das suas regiões como regiões «estrela». Regiões que apresentem níveis de digitalização, trabalho qualificado e inovação muito elevados; forte conexão com os fluxos globais de comércio, serviços e capitais; e uma grande concentração de ativos intangíveis.

O PSD está disponível para construir um novo compromisso que permita a instituição de **regiões administrativas** que se traduza numa melhor distribuição de competências entre as diferentes administrações, num contributo inequívoco para a melhoria dos serviços públicos e que não represente um aumento dos encargos financeiros.

Um ambiente mais sustentável

Vivemos num contexto de **emergência climática** e o nosso país está particularmente exposto aos fenómenos extremos gerados pelo aquecimento global. Menorizar as ameaças que esta emergência climática potencia é não antecipar os riscos contingentes que já estamos a correr.

Sabemos que o problema não é resolúvel por qualquer posição voluntarista de cada um dos países, mas nada impede que Portugal seja pioneiro e que contribua para a construção de compromissos sólidos no âmbito desse processo.

Portugal tem condições excecionais para se tornar um exemplo de sustentabilidade ambiental face aos seus parceiros europeus. Em vez de utilizar a arma ambiental contra o desenvolvimento económico, tem de incorporar a dimensão de sustentabilidade no próprio modelo de crescimento.

É possível, a prazo, reduzir a nossa dependência energética pelo aumento da produção de energias renováveis, remetendo para uma dimensão complementar o consumo com base em combustíveis fósseis. Portugal deve estar na linha da frente na prossecução desse objetivo.

É desejável antecipar a data prevista para atingirmos a neutralidade carbónica (2050). Quer através da redução das emissões de gases com efeito estufa quer através de um esforço alargado da capacidade de captura de carbono da atmosfera.

Entretanto, o esforço que estes objetivos exigem poderá ser estéril caso não sejamos capazes de salvaguardar o que consideramos recursos estratégicos: a água, o solo e o mar.

Portugal tem condições excecionais para se tornar um exemplo de sustentabilidade ambiental face aos seus parceiros europeus.

Em vez de utilizar a arma ambiental contra o desenvolvimento económico, tem de incorporar a dimensão de sustentabilidade no próprio modelo de crescimento.

Precisamos de dotar Portugal de uma capacidade aumentada de reservas estratégicas de água, quer ao nível das águas subterrâneas quer pela capacidade de retenção de águas superficiais.

Portugal será sempre um país em que a produção agrícola terá um papel de relevo, mas para que tal se verifique a longo prazo **é necessário conservar a qualidade dos solos por uma adequada utilização produtiva, quer agrícola quer pecuária.**

O mar é uma das fontes de riqueza com maior potencial de crescimento económico e de sustentabilidade ambiental. Preservar a qualidade ambiental, garantir a biodiversidade e acumular capacidade de resposta a fenómenos climáticos extremos, são três objetivos que terão de orientar qualquer estratégia para o aproveitamento do mar. Entretanto é decisivo fazer um investimento acrescido na investigação sobre o mar e as zonas costeiras de forma a identificarmos com rigor esse potencial. A soberania sobre a zona económica exclusiva pressupõe um stock de conhecimento alargado sobre os recursos e a sua sustentabilidade, bem como a mobilização de recursos para a sua preservação e aproveitamento.

Uma demografia mais dinâmica

O espectro de declínio demográfico continua a pairar sobre a população Portuguesa. Os resultados provisórios do último censo são pouco animadores e fazem ressaltar não só a diminuição dos nascimentos, bem como a redução da população ativa e o aumento da população idosa. Os efeitos desta dupla tendência – a que os demógrafos definem como duplo envelhecimento – obrigam todas as forças políticas a encararem com especial atenção um dos mais sérios desafios que Portugal enfrentará nas próximas décadas.

Ambicionamos um País mais amigo das crianças e com sentido de futuro. A baixa natalidade só poderá ser contrariada com políticas favoráveis à maternidade e à infância, que abarquem não só os instrumentos de proteção social, mas que considerem novos contextos de compatibilidade entre a atividade profissional e a vida familiar. A chaga da pobreza infantil tem de ser erradicada da sociedade portuguesa.

Se é importante fazer regressar muitos dos nossos emigrantes, torna-se **decisivo evitar que continuem a emigrar todos os anos muitas dezenas de milhares de Portugueses em busca de melhores condições de trabalho e de vida.**

Portugal é um país que se tem revelado acolhedor de milhares de imigrantes e refugiados. Porém, ao bom acolhimento nem sempre tem correspondido idêntica abertura à sua integração e fixação. Subsistem bolsas de pobreza e de exclusão que urge eliminar. **Portugal pode ser um exemplo de acolhimento e integração de migrantes, estruturando uma sociedade cosmopolita, tolerante e multicultural, com elevados indicadores de integração social.** Para tal, o PSD propõe criar uma Agência para as Migrações: fusão da recém-criada – e ainda não implementada, Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo, no contexto da reforma do SEF, e transformação do Alto Comissariado para as Migrações, numa Agência para as Migrações essencialmente focada na atração e retenção de talento em Portugal. O talento tanto

Portugal pode ser um exemplo de acolhimento e integração de migrantes, estruturando uma sociedade cosmopolita, tolerante e multicultural, com elevados indicadores de integração social.

Ambicionamos um País mais amigo das crianças e com sentido de futuro.

A baixa natalidade só poderá ser contrariada com políticas favoráveis à maternidade e à infância.

pode ser estrangeiro como originário no retorno de portugueses no estrangeiro. Defendemos também a **revisão da lei da imigração** para a sua flexibilização e adoção do **sistema de pontos** (PBS – points based system) bem como de um **sistema de “carta verde” à semelhança** do adotado nos EUA.

Portugal precisa de conceber **políticas de imigração consistentes e estáveis que respondam aos previsíveis déficits de recursos humanos** que já estamos a enfrentar.

Pessoas mais qualificadas

Portugal registou nos primeiros quinze anos deste século um significativo progresso na qualificação das novas gerações. A melhoria gradual do desempenho dos alunos portugueses nos testes internacionais é uma garantia que o nosso sistema de ensino ganhou destaque e reconhecimento pelo enorme esforço que foi desenvolvido até 2015. É para nós inquestionável que essa melhoria tem de ser retomada, depois da quebra verificada nos últimos anos.

Se ao nível da economia ambicionamos maior competitividade das empresas e maior valor acrescentado com base no conhecimento, é indispensável que ao nível da educação saibamos preparar as novas gerações para os desafios tecnológicos, sociais e culturais que se avizinham.

Pessoas mais qualificadas pressupõem maior capacidade de domínio e mobilização do conhecimento fundamental, dos códigos de acesso e comunicação do saber e das maneiras de pensar cientificamente conduzidas, dos valores do esforço e da disciplina, da capacidade de organização e inovação face a problemas contingentes.

Precisamos de pessoas com maior potencial de iniciativa, adaptação e de inovação, capazes de se inserir na vida ativa como pessoas livres e autónomas, cidadãos responsáveis e participativos, profissionais competentes e empreendedores.

Pessoas que disponham de uma sólida formação de base que lhes é proporcionada pela escolaridade obrigatória, nas diferentes dimensões do conhecimento, da cultura e das novas tecnologias, e que encontrem no ensino superior o seu pleno desenvolvimento e o elevado potencial indispensável a carreiras de elevada qualificação.

A prossecução destes objetivos tem de estar presente desde a infância até à idade adulta. Os primeiros passos são decisivos na formação da pessoa e do seu potencial, em que a escolarização beneficiará em muito dos bons cuidados da infância, enquanto o ensino técnico e superior abrirá a porta das novas qualificações e das profissões do futuro.

Precisamos de pessoas com maior potencial de iniciativa, adaptação e de inovação, capazes de se inserir na vida ativa como pessoas livres e autónomas, cidadãos responsáveis e participativos, profissionais competentes e empreendedores.

Dignificação do trabalho

O facto de vivermos numa conjuntura que permitiu atingir baixas taxas de desemprego não pode servir de cortina às condições de uma parte significativa do emprego: **houve um claro aumento do emprego mal remunerado e com elevada precariedade.** Sendo um fenómeno extensivo a vários grupos etários e sectores de atividade, há que reconhecer que foram os mais jovens que encontraram maiores dificuldades em aceder a um trabalho digno e bem remunerado.

Portugal não pode desenvolver-se com base num modelo de crescimento assente em salários baixos. Há que progressivamente superar o modelo tradicional que hoje objetivamente se encontra esgotado.

Por outro lado, existem setores de atividade que enfrentam dificuldades crescentes em contratar novos colaboradores. Por um lado, temos subemprego, por outro carências em alguns segmentos e especialidades. Isto revela um claro desajustamento do sistema de produção de qualificações às necessidades do mercado de trabalho.

Estes são alguns dos ingredientes que poderão conduzir a uma proletarianização crescente de milhares de trabalhadores, não só entre os mais pobres e desqualificados, mas, cada vez mais, entre os qualificados que dispondo de enorme potencial são subaproveitados.

Neste contexto, pretendemos **desenvolver políticas de emprego que assentem no diálogo e no compromisso entre parceiros, nomeadamente pela valorização da concertação social** e pela limitação da intervenção do Estado nos processos de negociação coletiva.

Portugal não pode desenvolver-se com base num modelo de crescimento assente em salários baixos. Há que progressivamente superar o modelo tradicional que hoje objetivamente se encontra esgotado.

Um mercado de trabalho ágil e dinâmico pressupõe a **igualdade de acesso ao emprego e o combate às muitas formas de discriminação dos trabalhadores**, em função do género, da etnia ou das suas opções sexuais ou religiosas.

Todos os parceiros terão de fazer um esforço no sentido de **uma melhor compatibilidade entre a atividade laboral e a vida familiar, especialmente na responsabilidade de proporcionar melhores condições de acompanhamento dos filhos menores.**

Pretendemos **dissuadir as múltiplas formas de assédio no local de trabalho**, como condicionantes da liberdade e ofensivas da dignidade da pessoa.

Face às profundas mutações que se anteveem no mercado de trabalho, **entendemos que a formação profissional ao longo da vida é um instrumento fundamental de valorização do trabalho e de redução do risco de exclusão social.**

Um Estado que protege e serve os cidadãos

Nunca como nos últimos anos os cidadãos portugueses sentiram de forma tão marcante o duplo efeito de um Estado que bateu os máximos na cobrança de impostos e atingiu os mínimos nos serviços que presta. Têm razão todos aqueles que questionam: para que serve um Estado assim?

Tendo atingido a maior carga fiscal de que há memória nas finanças públicas portuguesas, nem por isso o Estado Português se tornou uma entidade de boas contas. Não paga aos fornecedores nos prazos estipulados, resiste a devolver aos cidadãos o que lhes é devido por decisões judiciais, lança coimas por não cumprimento de prazos, mas é o primeiro a não cumprir o previsto nas relações contratuais. Este Estado é precisamente o contrário do que pretendemos que seja.

A degradação dos serviços públicos tem sido a outra face desta má moeda. O próprio Governo o reconhece e volta a prometer o que não conseguiu fazer em seis anos. Os cidadãos sentem-se mais desprotegidos face à calamidade dos incêndios florestais, desrespeitados quando têm de recorrer aos serviços públicos para obtenção de uma declaração, de um cartão de cidadão ou da renovação de uma carta de condução, ignorados quando aguardam meses a fio por uma intervenção cirúrgica ou por uma primeira consulta no Serviço Nacional de Saúde, vilipendiados quando em sede de justiça aguardam anos pelo reconhecimento de justa

Nunca como nos últimos anos os cidadãos portugueses sentiram de forma tão marcante o duplo efeito de um Estado que bateu os máximos na cobrança de impostos e atingiu os mínimos nos serviços que presta.

causa, pela absolvição ou pela reparação dos seus prejuízos pessoais, quando não da sua própria dignidade e bom nome.

Este não é o Estado que ambicionamos para Portugal!

Pretendemos **um Estado que se valorize pela forma como se organiza para proteger e servir o cidadão** e não para se servir e desproteger o cidadão. A opção não está entre "mais Estado" ou "menos Estado", mas antes entre "melhor estado" ou "pior Estado". De que serve contratar mais funcionários, aumentar a despesa pública ou alargar as suas funções, se os procedimentos continuam a ser os mesmos e a lógica do seu funcionamento não corresponder aos novos desafios da sociedade Portuguesa? De que serve digitalizar a administração pública se os procedimentos continuam a ser os tradicionais?

*Pretendemos um
Estado que se valorize
pela forma como se
organiza para proteger
e servir o cidadão e
não para se servir e
desproteger o cidadão.*

Teremos de recuperar **o Estado que centra as suas prioridades nas funções de soberania, na gestão das infraestruturas e nas funções sociais, nomeadamente saúde, educação e segurança social**. Garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos, preservar os seus direitos cívicos e sociais, garantir o funcionamento em segurança das infraestruturas de base, assegurar o acesso à saúde e à educação para todos.

O velho modelo de estado-nação tornou-se pequeno demais para, por si só, enfrentar os grandes desafios da Humanidade (as alterações climáticas, o tráfico de armas, drogas e seres humanos, a globalização do sistema financeiro, etc.), mas grande demais para resolver os pequenos problemas dos cidadãos. Estamos perante um problema de desadequação de escala e de conceção que precisa de encontrar novas soluções.

Desejamos **um Estado mais descentralizado para melhor responder aos problemas das pessoas**. Um Estado que através de uma boa distribuição das suas competências consiga estar mais próximo dos cidadãos para os servir e mobilizar para a prossecução dos seus objetivos de desenvolvimento.

Mas, simultaneamente, ambicionamos um **Estado que possa representar os Portugueses no concerto das nações e contribuir para a superação dos grandes problemas da Humanidade**.

Uma justiça ao alcance de todos e em tempo

A realização da Justiça constitui uma matriz identitária do Estado de Direito Democrático.

É nessa matriz que se inscreve o seu mais relevante contributo para a pacificação social e desenvolvimento económico-financeiro do País, contribuindo decisivamente para a criação, preservação e consolidação de uma ordem social e económica mais justa, da qual todos partilhem e comunguem e na qual todos se revejam.

A Justiça tem, por definição, de ser perspectivada como uma realidade aberta e socialmente inclusiva, postulando-se como inderrogável e universalmente acessível a todos e a cada um: Cidadãos, Empresas e Instituições.

Acessível em tempo, em meios e recursos e em qualidade. Sem uma boa administração da Justiça não há um verdadeiro e efetivo Estado de Direito Democrático. Trata-se de um tema nuclear do e para o Estado de Direito e, em coerência e em primeira linha, deverá ter o seu lugar próprio e central no quadro das opções fundamentais de política legislativa.

Numa sociedade aberta e estruturada com base nos princípios da democracia liberal o Cidadão está no centro da ação e funcionamento da Justiça.

Numa sociedade aberta e estruturada com base nos princípios da democracia liberal o **Cidadão está no centro da ação e funcionamento da Justiça**. Deste princípio decorre a principal prioridade de generalizar o acesso do Cidadão à Justiça, superando os condicionamentos económicos que o poderão limitar. Os regimes de custas judiciais e de apoio judiciário têm de se organizar em função da condição social desse cidadão e das condições, por vezes de insolvência, de empresas e empresários em nome individual.

O acesso à justiça passa igualmente por **uma adequada organização judiciária e a sua especialização no contexto do território**, o que pressupõe **um mapa judiciário que traduza o objetivo de uma justiça de proximidade**.

A Lei e a Justiça são garantes constitucionais para a defesa do cidadão, nomeadamente contra os abusos do poder de Estado exercidos nos diferentes domínios da sua atuação.

No domínio da **Justiça Fiscal há que proteger o cidadão da "violência tributária"**, principalmente quando ao aumento da eficácia da "máquina fiscal" não correspondem as indispensáveis garantias do cidadão-contribuinte ou das empresas.

Ambicionamos uma justiça que assente na **simplicificação e celeridade processuais**. Neste plano, a **modernização do sistema de Justiça**, através da **adoção generalizada das tecnologias de informação**, constitui um objetivo a concretizar o mais cedo possível.

Um bom sistema de justiça exige a qualificação **dos seus profissionais**, designadamente dos Magistrados, dada a cada vez mais emergente especialização dos "saberes" e a complexidade das matérias da Justiça (p. ex., a criminalidade económico-financeira, a justiça fiscal).

Pretendemos uma **política criminal em que o combate à corrupção, à criminalidade económico-financeira e à criminalidade conexas se constituam como prioridades**, o que pressupõe uma permanente e estável política de reforço de meios e de recursos para os órgãos de investigação criminal.

*No domínio da
**Justiça Fiscal há que
proteger o cidadão da
"violência tributária",
principalmente quando
ao aumento da eficácia
da "máquina fiscal"
não correspondem as
indispensáveis garantias
do cidadão-contribuinte
ou das empresas.***

É sob estes desígnios que o PSD defende **uma Justiça independente**, reforçando os órgãos de administração e gestão da Justiça. É sob esta perspetiva - reforço dos órgãos de administração e gestão da Justiça - que se reequaciona o atual modelo de composição dos Conselhos Superiores de Magistratura.

Um país europeu aberto ao mundo

Portugal tem de se assumir cada vez mais como um vértice de um triângulo que ligue a Europa, África, América e a Ásia, fazendo uso da sua posição Atlântica. Há, pois, que apostar numa maior e mais capaz presença na Europa, num reforço da Lusofonia e no estreitar de relações com a América (Brasil, América Latina e EUA). Portugal deve assumir-se com um *hub* na circulação de pessoas e bens entre Europa, América, África e Ásia. É uma oportunidade estratégica que não pode ser desperdiçada. Como tal, o desenvolvimento de infra-estruturas e soluções de mobilidade, transportes e logística, bem como do ambiente de negócios e sistema fiscal deverá estar na agenda de prioridades de todos os decisores políticos e empresariais.

**Portugal não pode
descurar nunca a
Lusofonia, o pilar que
assegura a singularidade
portuguesa e distingue o
país de todos os outros.**

Uma maior e mais capaz presença na Europa tem de continuar a ser uma prioridade nacional. É necessário **reforçar as relações bilaterais com os restantes Estados-Membros**, o que implica valorizar as representações diplomáticas nos 27 países da UE. Dando resposta aos processos legislativos e de *policy-making* no seio da União de forma célere, mas institucional, criando uma estrutura transversal dedicada a matérias UE (e, por maioria de razão, OCDE). Como referido no Capítulo das Finanças Públicas, é essencial **completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária**. Como também referido nesse capítulo e em linha com o Programa Estratégico e dos Fundos Europeus do PSD e com a secção das Infraestruturas, o PSD defende que Portugal deve pugnar para que seja **aprofundado o esforço de mobilização de recursos financeiros para apoiar projetos viáveis e com potencial que acelerem a transformação económica**. Nessa linha, devem ser aprofundados esforços para aproveitamento do Horizonte, do Instrumento de Recuperação e de Resiliência e do Banco Europeu de Investimento, entre outros. Este esforço deve ser complementado por mecanismos que garantam um *level-playing field*, para permitir que países como Portugal sejam integrados nas redes europeias de produção, gerando valor acrescentado elevado nas cadeias.

Por outro lado, Portugal deve ser uma voz ativa na fronteira externa da UE, conciliando a necessária segurança com o humanismo de apoio aos refugiados e migrantes.

Portugal não pode descurar nunca a Lusofonia, o pilar que assegura a singularidade portuguesa e distingue o país de todos os outros. Na senda de definição de objetivos concretos que aqui nos orienta, as áreas que Portugal deve eleger como prioritárias, em conjunto com os restantes países amigos, são: (1) esforços concretos, através de um plano realista, para a elevação do português a língua oficial das Nações Unidas; (2) alinhamento e consultas regulares nas Nações Unidas e troca mútua de apoios a candidaturas internacionais; (3) aumento das relações económicas e, neste contexto, especial foco na cooperação no setor energético; (4) criação de uma cidadania da comunidade, que poderá ter como embrião o "regime de mobilidade da CPLP".

O regime de mobilidade da CPLP é um passo no sentido certo e deve começar a ser implementado o mais rápido possível (sempre de forma compatível com o primado de Schengen e em cumprimento de critérios de segurança prévios), sendo o propósito declarado de longo-prazo a criação de uma cidadania CPLP.

A especificidade de Portugal, situado no extremo ocidental da Europa e tendo o Atlântico como segunda fronteira, faz com que a relação transatlântica seja para nós mais importante do que para qualquer outro país europeu. Não ignorando as forças geopolíticas centradas na Ásia e no Pacífico, é necessário reforçar a comunidade atlântica, nomeadamente aprofundar a relação com os EUA, mas dando também relevo ao Canadá; Reforçar a ligação aos países da América Latina, bem como ao Brasil no âmbito atrás referido da Lusofonia; Como veremos na seção das infraestruturas, é preciso potenciar o papel de Portugal em matéria de ponto de acesso à Europa de mercadorias e energia.

África deve ser cada vez mais uma prioridade para Portugal. O PSD propõe que Portugal continue a apostar de forma decidida num papel de relevo na África Ocidental e Golfo da Guiné, mormente através de ações de capacitação. No âmbito da Lusofonia atrás descrito, é necessário aprofundar as relações técnicas, económicas e sociais com os PALOP's. Mas não devemos limitar os nossos esforços à África Lusófona, mas sim perceber que há espaço para forte cooperação com outros países da região. É também preciso assumir a centralidade do Norte de África e Magrebe, dada a proximidade territorial, os recursos energéticos e o potencial de relações comerciais.

As comunidades portuguesas no estrangeiro

Em matéria de Política Externa é fundamental manter o consenso das últimas décadas, tendo, contudo, uma **estratégia de ação que leve em linha de conta que um país de média dimensão e recursos limitados tem de ter prioridades.**

Por um lado, **temos de colocar como prioridade as Comunidades Portuguesas** espalhadas por todos os cantos do mundo. Isso passa por melhorar os serviços prestados, sobretudo nas Embaixadas e Consulados, modernizando a sua rede e avaliando os seus impactos. Entre outras medidas, propomos alargar o âmbito do atual Centro de Atendimento Consular (CAC) a todos os postos consulares, e funcionando num regime 24/7.

As Comunidades Portuguesas devem ser um eixo de defesa dos interesses de Portugal, através de uma verdadeira rede. Uma ligação estreita entre as comunidades e o tecido empresarial português constitui um enorme potencial de internacionalização dos produtos nacionais que precisa de ser melhor aproveitado, em estreita colaboração com a AICEP.

3. Outra cultura política

Se não mudamos a política, é a democracia e a liberdade que sacrificamos

Após 45 anos de regime democrático, são por demais evidentes os sinais de degradação de algumas instituições e do dia a dia da nossa vida coletiva. Os indicadores de interesse na política e de confiança que têm nos políticos e nos partidos políticos por parte dos Portugueses remetem-nos para os mais baixos níveis no quadro europeu.

Se os Portugueses deixaram de confiar nos políticos e nas instituições que suportam o regime, então todo o sistema está ameaçado.

O primeiro passo para mudar esta situação é, antes de mais, reconhecer que existe uma crise de confiança no regime democrático e nas suas instituições. O segundo passo passa por identificar os problemas e encontrar soluções que os possam superar.

Este é o nosso ponto de partida e, infelizmente, não vislumbramos quem partilhe a mesma preocupação. Por isso somos diferentes, eventualmente não compreendidos, mas cada vez mais convictos que o PSD, fiel à sua matriz social-democrata, desempenhará um papel decisivo para a regeneração do regime e das suas instituições.

*Portugal tem de estar
acima de qualquer
interesse, quer seja
partidário, corporativo,
económico, cultural ou
familiar.*

Portugal primeiro

Não se trata de um mero slogan, mas antes um princípio orientador da ação política que se inscreve na matriz programática dos social-democratas. Para o PSD a vida política e a governação estão cada vez mais hipotecadas aos interesses de grupos particulares, corporações profissionais e fações políticas cuja ação pública condiciona as políticas, reduz a governabilidade e alimenta injustiças no acesso e usufruto dos bens públicos. Perdeu-se a noção do bem comum e do interesse nacional, princípios que devem sobrepor-se a qualquer outro de carácter particular. Portugal tem de estar acima de qualquer interesse, quer seja partidário, corporativo, económico, cultural ou familiar.

Uma cultura de compromisso

Quando colocamos o interesse nacional em primeiro lugar temos de estar disponíveis para estabelecer compromissos em prol de um interesse superior. A prática do confronto partidário e dos combates ideológicos tem de dar lugar, sempre que esse interesse esteja em causa, à disponibilidade para encontrar soluções

Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos, tão só, disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses.

através do diálogo e do compromisso. Quando falamos de compromissos, não falamos necessariamente de consensos. Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos, tão só, disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses. Por esta razão o PSD reafirma a sua abertura para com as restantes forças políticas encontrar os entendimentos indispensáveis à implementação das reformas inadiáveis para fazer de Portugal um país mais desenvolvido e uma sociedade mais coesa e solidária.

Uma liderança consequente

Hoje, o PSD tem uma liderança com provas dadas. Em primeiro lugar, porque construiu uma visão para o País que responde ao desafio e à ambição de o tornar mais forte e mais capaz de aproveitar as oportunidades que a revolução tecnológica vai proporcionar. Em segundo lugar, porque para ganhar esse desafio é decisivo mobilizar os Portugueses e valorizar a diversidade dos seus contributos.

Por isso, **Rui Rio apresenta-se como candidato a Primeiro-ministro com as características que a particular conjuntura exige: firmeza perante a incerteza, resiliência face à adversidade, coragem perante o que tem de ser feito. A estas três características, Rui Rio acrescenta, entre outras, autenticidade e frontalidade.**

Falar verdade aos Portugueses é urgente. A política não pode esconder-se por detrás da retórica, da multiplicação de conceitos vazios e da sobreocupação do espaço mediático. A política-espetáculo tem de dar lugar à política orientada para a ação e para a resolução dos problemas dos Portugueses. Rui Rio, não engana!

Defesa intransigente das funções de soberania

Há uma degradação notória das funções de soberania e dos seus agentes. Nas Forças Armadas sentem-se os efeitos da desvalorização dos seus profissionais face a outros corpos especiais da administração pública. Enaltecem-se publicamente as suas missões, mas negam-se os investimentos indispensáveis à sua prontidão e eficácia. Nas forças de segurança aposta-

A política não pode esconder-se por detrás da retórica, da multiplicação de conceitos vazios e da sobreocupação do espaço mediático. A política-espetáculo tem de dar lugar à política orientada para a ação e para a resolução dos problemas dos Portugueses.

-se na quantidade de efetivos e raramente na sua formação e qualificação para os capacitar para os novos desafios e ameaças à segurança interna. No sistema judicial aumentam-se benefícios do topo da hierarquia, mas deixa-se degradar o funcionamento das organizações judiciais onde os processos se arrastam, transformando a justiça num bem de luxo apenas acessível a alguns. Na representação externa não se potencia o enorme valor das comunidades portuguesas no mundo de forma a afirmar o nome de Portugal e dos produtos portugueses na economia global. Apenas o aparelho fiscal parece funcionar com eficiência, na sua gula de arrecadar receita de qualquer maneira, ao ponto de se praticarem os exageros expressos pelos sucessivos casos de violência tributária. O atual nível de carga fiscal é insuportável.

Uma política a pensar no futuro

Nos últimos anos a política e a governação perderam sentido de futuro. Precisamos de construir uma visão para Portugal em que a maioria dos Portugueses se possa rever. Continuamos a navegar à vista, quando, perante os desafios (económicos, tecnológicos e culturais) com que somos confrontados diariamente, seria bem mais avisado que traçássemos um rumo e um propósito que nos unisse e mobilizasse.

Hoje governa-se em função de sondagens, das agendas mediáticas e corporativas. Por cada notícia inesperada responde-se de imediato com uma medida desgarrada. Temos políticas casuísticas, sem prévia reflexão, diagnóstico e posterior avaliação. Legisla-se ao sabor das notícias e a narrativa política é mais orientada para o mensageiro do que para o destinatário.

O PSD entende que mais urgente que governar para eleições, é governar para as gerações. É mais urgente governar para o cidadão e menos para os comentadores e supostos líderes de opinião. É mais urgente governar para resolver os problemas estruturais da economia e da sociedade portuguesas e menos para satisfazer interesses particulares e corporativos de curto prazo.

O PSD entende que mais urgente que governar para eleições, é governar para as gerações. É mais urgente governar para o cidadão e menos para os comentadores e supostos líderes de opinião.

Justiça intergeracional

Multiplicam-se as declarações sobre a inexistência de um conflito de gerações. Mas poucos conseguem negar o fosso cada vez maior entre elas. O país como um todo não consegue proporcionar às gerações mais novas as mesmas oportunidades que as gerações mais velhas beneficiaram com a mesma idade. Embora as gerações mais novas detenham níveis de qualificação, de consciência social e de cultura, mais elevados, nem por isso usufruem de melhores oportunidades de inserção na vida ativa, de melhores condições de trabalho e de vida. Por isso, são cada vez mais os jovens qualificados que procuram fora de Portugal um futuro mais digno, porque o país não tem condições para lhes pagar um justo salário. Se é certo que nos últimos anos temos tido menos desemprego, nem por isso temos melhor emprego e os jovens são os principais prejudicados.

O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida, contribuindo para, de forma gradual, estreitar esse fosso geracional que está criado na sociedade portuguesa.

Nem oligarquias, nem clientelas, nem parentelas

Em Portugal, a vulnerabilidade dos partidos e dos governos à influência de pequenos grupos de interesses é uma característica estrutural do seu sistema político. Reconhecemos que o problema não é de hoje, nem dos últimos anos. Mas reconhecemos que, à medida que o regime vai perdendo a confiança dos Portugueses, essa vulnerabilidade torna-se por demais evidente.

O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida, contribuindo para, de forma gradual, estreitar esse fosso geracional que está criado na sociedade portuguesa.

A dimensão do país e a sua particular estrutura económica prestam-se à formação de oligarquias cujo poder tende a confundir-se com o Estado. Pagámos bem caro pela promiscuidade entre altos decisores políticos e algumas elites financeiras. Os mecanismos que as sustentaram hoje são mais conhecidos. Se há uma lição a tirar dessa experiência, ela expressa-se pela necessidade de os governantes e os partidos políticos concretizarem na sua ação e conduta o princípio da independência e isenção face a esses interesses.

Quando os próprios partidos políticos ficam reféns de clientelas que têm de recompensar para garantir vitórias internas dos seus dirigentes, é o interesse público que, mais tarde ou mais cedo, é sacrificado. As redes de cumplicidades só podem ser desfeitas pela adoção de critérios de mérito, isenção, transparência e rigor no acesso a cargos e a funções na administração pública. Excluem-se, como é natural, as funções de confiança política, como as de assessoria e na constituição de gabinetes governamentais ou equiparados.

O requisito da confiança política não se pode limitar aos de confiança pessoal ou familiar. A multiplicação de casos de nomeações de familiares enquadra-se na tradição que julgávamos ultrapassada de privilegiar as parentelas no acesso a lugares e benefícios públicos. Os recentes casos de nomeações de familiares, levando ao cúmulo de famílias inteiras viverem do exercício exclusivo de cargos públicos de nomeação política, merece da parte do PSD o mais vivo repúdio e um exemplo que não poderá ser seguido.

O requisito da confiança política não se pode limitar aos de confiança pessoal ou familiar. A multiplicação de casos de nomeações de familiares enquadra-se na tradição que julgávamos ultrapassada de privilegiar as parentelas no acesso a lugares e benefícios públicos.

Responsabilidade e moderação contra o radicalismo

Não há bom, nem mau populismo. Há populismo enquanto perversão das mais elementares regras da conduta democrática, quer seja de direita ou de esquerda, e que vive da exacerbação emocional dos cidadãos através do lançamento de falsidades, meias-verdades e da invocação de um "povo" que se pretende mobilizar contra as instituições democráticas e de representação.

Se o populismo é uma ameaça, reconheçamos que ele frutifica onde as elites e os partidos políticos deixaram de valorizar a sua base social de apoio. Se o distanciamento entre eleitos e eleitores se acentua, se a confiança se degrada ou se o escrutínio público fica limitado, cria-se o contexto favorável à emergência dos populismos e do radicalismo.

O PSD foi, ao longo da sua história, um partido moderado e responsável. Moderado na matriz ideológica que o criou, responsável porque sempre valorizou o interesse nacional, acima de qualquer outro, e sempre foi objeto privilegiado do escrutínio público da sua ação política, independentemente de estar no Governo ou na oposição. É essa tradição de dedicação à causa pública e de transparência no seu funcionamento que presentemente pretendemos restabelecer e fazer vingar.

Reformismo responsável

Fiel à cultura política que sempre caracterizou os diferentes governos liderados do PSD e consciente das necessidades e desafios que se colocam ao País, desejamos afirmar a orientação reformista das nossas políticas. Não entendemos as reformas como grandes iniciativas legislativas que, em muitos casos, não têm o impacto esperado. Uma reforma é, antes de mais, um complexo sistematizado e coerente de iniciativas programadas ao longo de um determinado período que visa alterar o funcionamento das instituições ou das estruturas económicas ou sociais. Neste sentido, não as entendemos como uma rutura, antes como um processo de mudança cujos efeitos serão graduais. Reformismo exige gradualismo.

Porém, a ação reformadora exige uma avaliação rigorosa dos problemas de partida. Não se muda só por mudar. Na ação política a abordagem de um problema terá, antes de tudo, de avaliar a possibilidade de o resolver através de medidas cirúrgicas. Só, perante a impossibilidade de o fazer se deverá pensar numa reforma.

Uma governação responsável não pode quebrar o princípio da continuidade das políticas públicas, apostando prioritariamente na sua melhoria e, caso se torne indispensável, na sua reforma. Teremos de afastar a prática recorrente de, a cada governo, destruir tudo o que foi feito pelos seus antecessores, sem que o benefício da inovação esteja assegurado.

Teremos de afastar a prática recorrente de, a cada governo, destruir tudo o que foi feito pelos seus antecessores, sem que o benefício da inovação esteja assegurado.

Não prometer o que não pode, não dar o que não tem

A ação política responsável tem de assentar na viabilidade das propostas que se apresentam ao eleitorado. A tentação da promessa fácil é enorme perante a vontade de conquista do poder. Porém um partido responsável que pretende ser uma alternativa política e governar Portugal na próxima legislatura, não pode prometer o que não é possível cumprir.

Mais grave do que não cumprir uma promessa é pôr em causa o equilíbrio das contas públicas, a autoridade do Estado e os mais elementares princípios de justiça e igualdade perante os Portugueses.

Por isso, o PSD antes de elaborar o presente programa eleitoral concebeu um modelo de previsão macroeconómica que nos permite balizar o impacto financeiro das medidas que apresentamos. Trabalhamos sobre previsões e objetivos verossímeis que, a não serem concretizados, limitarão o cumprimento das propostas avançadas.

O que prometemos é possível cumprir se os Portugueses confiarem em nós para formar o próximo governo constitucional. Mas há um outro compromisso que queremos assumir perante os Portugueses: não os enganaremos com meias-verdades, nem nos desculparemos ao longo dos quatro anos da legislatura com o governo anterior. Ao fim

de um ano de governo deixaremos de invocar os governos anteriores como os responsáveis por algo que não tenha sido feito ou que tenha corrido mal.

Mais grave do que não cumprir uma promessa é pôr em causa o equilíbrio das contas públicas, a autoridade do Estado e os mais elementares princípios de justiça e igualdade perante os Portugueses.

Na política há uma dimensão ética a respeitar, mecanismos de escrutínio e de transparência da ação pública a valorizar, porque só assim se poderá restabelecer a confiança dos Portugueses no regime democrático e no sistema político.

Os políticos não são todos iguais!

4. As reformas inadiáveis

Um sistema político responsável e mais próximo dos cidadãos

A Reforma do Sistema Político integra um conjunto de propostas legislativas que são acompanhadas da proposta de Revisão Constitucional, pronta a ser entregue na Assembleia da República e da própria Reforma do Estado. Integra um novo quadro normativo para os partidos políticos, a revisão do Estatuto dos Eleitos e respetiva duração dos mandatos, e a Reforma do Sistema Eleitoral.

Esta última foi já apresentada publicamente nas suas grandes linhas.

O **sistema eleitoral** é um dos alicerces fundamentais do sistema político porque nele encerra as questões da representação, da legitimidade, da eficácia e do equilíbrio de poderes entre órgãos de soberania. O atual sistema eleitoral tem a sua origem no sistema adotado para a Assembleia Constituinte (1975) e de então para cá pouco se alterou, não obstante as sucessivas tentativas que não conseguiram reunir o consenso mínimo entre as forças partidárias.

Existe uma limitada identificação dos eleitores com os eleitos, o que reduz a confiança daqueles em relação a estes, degrada o funcionamento do sistema político e a qualidade da democracia. Por outro lado são manifestas as assimetrias territoriais, quer na distribuição dos mandatos pelos diferentes círculos quer na conversão dos votos em deputados eleitos. O método de Hondt agrava essa desproporção, tendendo a favorecer os grandes círculos e os grandes partidos políticos.

Neste contexto, pretende-se apresentar uma reforma que seja equilibrada e aberta a um compromisso alargado. **Reduz o número de deputados de 230 para 215**, limita a dimensão dos círculos eleitorais que elegem um máximo de 9 e um mínimo de 3 deputados, introduz um mecanismo de discriminação positiva para os círculos com menos eleitores e garante a mesma proporcionalidade e a representação dos pequenos partidos.

Uma das propostas que será apresentada é a da **limitação dos mandatos dos deputados à Assembleia da República**, à semelhança do que está já em vigor para outros órgãos de soberania e para as autarquias locais.

Para o PSD a base de partida para a reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República assenta nos seguintes pontos:

- Alterar a forma de eleição de deputados pela **reconfiguração dos círculos eleitorais**;

*Uma das propostas que será apresentada é a da **limitação dos mandatos dos deputados à Assembleia da República**, à semelhança do já em vigor para outros órgãos de soberania e para as autarquias locais.*

- **Uniformização dos mandatos** legislativos e autárquicos com os do Presidente da República e do Parlamento Europeu, **passando de 4 para 5 anos**;
- **Limitação dos mandatos dos deputados**, a exemplo do que acontece nas autarquias e na Presidência da República;
- Estratégia de reforço da participação do cidadão e de combate à abstenção com possibilidade de **valorização dos votos brancos**;
- Constituição de uma **Comissão de Ética**, com caráter permanente, constituída por cidadãos de reconhecido mérito e isenção e por antigos deputados que não tenham exercido funções na legislatura anterior, por nomeação do Presidente da Assembleia da República sob proposta da Conferência de Líderes.

Reforma do Governo das Autarquias Locais

O PSD entende que o quadro normativo do governo das autarquias deverá sofrer alguns ajustes de forma a conferir-lhe maior estabilidade, mais coesão e maior eficiência do executivo camarário.

- A duração dos **mandatos das autarquias locais deve passar a ser de 5 anos**, permitindo uma maior estabilidade do exercício da gestão autárquica.
- **O número de mandatos é limitado a três consecutivos, quer para os Presidentes de Câmara quer para os Vereadores.**
- Alteração da Lei Autárquica no sentido do reforço da **transparência e da qualidade da governação local.**
- Facilitar a **governabilidade**, permitindo que o Presidente eleito tenha maioria no seu Executivo, reforçando, em paralelo, os **poderes de fiscalização da oposição** na Assembleia Municipal e no Executivo.
- Criação da figura da **moção de censura ao Executivo** na Assembleia Municipal com aprovação por maioria qualificada.
- Dar mais possibilidades de escolha aos Presidentes de Câmara na **formação do Executivo e aquando da substituição de Vereadores.**

Revela-se essencial que se repensem as regras de organização e funcionamento das autarquias locais de forma a dotá-las dos necessários mecanismos e instrumentos de gestão adequados às atuais exigências dos cidadãos. O modo como os municípios são geridos não pode ignorar a dimensão da sua área territorial, da sua população, bem como a sua integração em áreas metropolitanas. Os instrumentos de gestão, as competências e o grau de autonomia dos municípios não pode deixar de ser determinado em função das especificidades próprias dos mesmos.

Partidos Políticos

Sendo os partidos políticos um dos pilares fundamentais do funcionamento das instituições e do sistema político é com especial preocupação que assistimos à degradação do seu funcionamento e ao afastamento dos cidadãos. Por outro lado, sendo organizações que beneficiam maioritariamente de financiamento público, é do mais elementar princípio que possam ser objeto de escrutínio público. Neste sentido, o PSD defende:

- A implementação de regras obrigatórias de rigor e transparência no funcionamento dos partidos políticos.
- Valorização da componente da formação política no funcionamento e financiamento dos partidos políticos.

Em capítulo específico deste programa abordaremos as principais linhas da Reforma do Estado que inclui o reforço da transparência, rigor e equidade na seleção dos **dirigentes da Administração Pública**, a clarificação funcional e maior reforço da **independência das entidades reguladoras**, bem como o da modernização das administrações públicas numa perspectiva de aumentar a sua eficácia e de proporcionar aos cidadãos melhores serviços públicos.

Recuperar a confiança no sistema de Justiça: o cidadão no centro da reforma

A Justiça é um dos pilares fundamentais da soberania do Estado de Direito Democrático. Por isso mesmo, desde a sua fundação que o PSD sempre pugnou por um Sistema de Justiça modelar, capaz de se tornar no espelho da vitalidade e equilíbrio da nossa vida coletiva.

A Justiça é essencial para a pacificação social e desenvolvimento económico-financeiro do País, contribuindo desse modo decisivamente para a criação, preservação e consolidação de uma ordem social e económica mais justa, da qual todos partilhem e comunguem e na qual todos se revejam.

A Justiça tem que ser, por definição, uma realidade aberta e socialmente inclusiva, postulando-se como inderrogável e universalmente acessível a todos e a cada um, Cidadãos, Empresas e Instituições. Acessível em tempo, em meios e recursos e em qualidade.

Temos objetivos muito concretos e realistas para a concretização de uma profunda reforma do setor. Porque sabemos que **Portugal só será uma democra-**

Portugal só será uma democracia moderna, saudável e eficaz se tivermos um Sistema de Justiça que seja: célere, mas não acelerado; humanizado, mas não desrespeitado; eficiente, mas não facilitista; eficaz, mas não superficial; competente, mas não indecifrável; justo, mas não justicialista; transparente, mas não indecoroso.

cia moderna, saudável e eficaz se tivermos um Sistema de Justiça que seja: célere, mas não acelerado; humanizado, mas não desrespeitado; eficiente, mas não facilitista; eficaz, mas não superficial; competente, mas não indecifrável; justo, mas não justicialista; transparente, mas não indecoroso.

Precisamos de um sistema judicial que, efetivamente, resolva os litígios dos cidadãos e que deixe de ser um adverso custo de contexto para as empresas e se transforme em coadjuvante do progresso e do bem-estar económico e social.

O PSD tem no seu ADN o espírito e a força de um partido vincadamente reformista. Com elevado realismo e pautado pelo sentido de Estado, o PSD propõe-se ser protagonista de uma profunda reforma da Justiça, particularmente nas áreas onde os estrangulamentos do atual sistema mais refletem a ineficácia e as contradições do aparelho judiciário.

Assim, é nosso compromisso de honra levar a cabo as seguintes reformas estruturais:

- A reforma das estruturas de investigação criminal;
- A reforma dos tribunais administrativos e fiscais (TAF);
- A reforma de codificações, com especial enfoque na legislação administrativa e tributária;
- A reforma dos mecanismos de peritagens técnicas;
- A reforma do sistema de ingresso e formação de magistrados (CEJ);
- A reforma de avaliação e promoção dos magistrados;
- A reforma dos Conselhos Superiores;
- A reforma do funcionamento dos tribunais superiores;
- A descentralização dos tribunais e reforma do mapa judiciário;

Em matéria de morosidade da jurisdição administrativa e fiscal, o PSD propõe uma **reforma urgente da legislação administrativa e tributária**, com uma **forte simplificação dos processos**. É também preciso proceder à simplificação processual nas jurisdições comum e administrativa de processos com valor reduzido, bem como a eficácia do recurso à solução alternativa de litígios jurídico-fiscais. Ainda em matéria de morosidade da Justiça, é preciso proceder à **identificação de áreas possíveis de descongestionamento dos tribunais**, sem o recurso à privatização da justiça, através, entre outras medidas, ao recurso da instituição de comissões independentes junto de entidades públicas, especificamente vocacionadas para a decisão de conflitos de valor inferior a metade da alçada dos tribunais de primeira instância, referindo-se a título de exemplo, entre outros, os litígios entre companhias de seguros, no domínio da responsabilidade civil extracontratual do Estado. Proceder à revisão da fixação de prazos peremptórios para a prática judiciária de atos.

O PSD defende a prioridade no combate à corrupção e criminalidade conexas, através de uma política criminal em que o combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira seja prioritário, o que pressupõe dotar o MP e os órgãos de polícia criminal do reforço de meios e recursos necessários à investigação criminal.

Por último impõe-se dotar o sistema judicial do acesso a perícias realizadas de forma célere e isenta.

Na Justiça penal, a fase de inquérito é a mais demorada nos processos criminais, os procedimentos burocráticos e ineficazes são geradores de atrasos incomportáveis que necessitam de ser revistos.

O PSD defende a prioridade no combate à corrupção e criminalidade conexa, através de uma política criminal em que o combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira seja prioritário, o que pressupõe **dotar o MP e os órgãos de polícia criminal do reforço de meios e recursos necessários à investigação criminal**. No que concerne especificamente ao crime de corrupção e criminalidade conexa não deverá perder-se de vista que, com frequência, a burocracia gera dificuldades que, muitas vezes, suscitam a venda de facilidades. Urge, portanto, a montante do Sistema de Justiça, agilizar procedimentos administrativos, assim se dificultando a venda de facilidades e, por isso, a corrupção.

Na legislatura passada o PSD apresentou várias iniciativas legislativas no âmbito da denominada "Estratégia nacional contra a corrupção" tendo sido possível consensualizar com o governo um texto de substituição que incluía muitas das propostas do PSD, como o estatuto processual das pessoas coletivas, com a obrigatoriedade de cumprimento de programas normativos ou *compliance*, entre muitas outras alterações. Não obstante, o combate a este tipo de criminalidade implica uma atenção constante e a monitorização das novas medidas aprovadas para aferir da sua real eficácia e corrigir o que for necessário.

Em matéria de Justiça económica, e sendo esta área um dos principais condicionantes da baixa competitividade e do fraco crescimento económico de Portugal, o PSD defende a **criação de secções de competência especializada para as insolvências**, processos que causam grande congestionamento aos juízos de comércio, bem como a criação de secções específicas nos juízos de execução para os denominados "grandes litigantes", que, atualmente, representam uma entropia considerável nestes Juízos.

É fundamental um **Plano de contingência para recuperação de atrasos processuais** – transversal às jurisdições comum e administrativa e fiscal, com aplicação prioritária de um plano de contingência e de equipas de recuperação de pendências nos Tribunais que delas careçam, incluindo o reforço de magistrados e de funcionários judiciais com vista à célere diminuição dos enormes atrasos processuais verificados.

A modernização da Justiça e a sua maior celeridade apenas ocorrerão com uma **forte aposta na gestão e nos meios tecnológicos, apoiados numa forte utilização da digitalização e das novas tecnologias**. O PRR prevê verbas para a transição digital, constituindo um forte estímulo e reforço para a modernização da justiça. Importa proceder à avaliação da funcionalidade e da segurança dos atuais sistemas (CITIUS e SITAF); à implementação de uma rede informática transversal a todos os Tribunais, incluindo a todos os Julgados de Paz, superando as conhecidas dificuldades que se verificam na gestão informática dos Tribunais e dos processos, o que permitirá uma redução significativa de custos e aumento de produtividade; bem como estimular o uso intensivo da tecnologia, implementando a formação tecnológica, com vista a tornar a tramitação processual extensível a todos os intervenientes.

Prevemos também a intensificação do programa de simplificação legislativa, com a redução do número de diplomas legislativos, definindo-se metas quantitativas e sua simplificação; publicação de repertórios consolidados de legislação por áreas; prévia avaliação do impacto que a legislação poderá ter nos cidadãos

Prevemos também a intensificação do programa de simplificação legislativa, com a redução do número de diplomas legislativos, definindo-se metas quantitativas e sua simplificação; publicação de repertórios consolidados de legislação por áreas; prévia avaliação do impacto que a legislação poderá ter nos cidadãos e nos operadores económicos (atualmente, estima-se em cerca de 37 mil os diplomas legais que condicionam as atividades económicas).

e nos operadores económicos (atualmente, estima-se em cerca de 37 mil os diplomas legais que condicionam as atividades económicas).

A qualidade da Justiça é, igualmente, indissociável da qualificação, não apenas dos Magistrados, mas também de todas as profissões auxiliares da realização da Justiça, designadamente dos Oficiais de Justiça. Neste contexto, afigura-se essencial a **elaboração e implementação de planos de formação contínuos e abrangentes de todos os profissionais auxiliares da realização da Justiça**, incluindo no domínio da utilização e manuseamento de novas tecnologias.

Pugnamos por uma Justiça mais transparente, inclusivamente nas decisões proferidas pelos tribunais arbitrais (sentenças e acórdãos), sempre com a salvaguarda da proteção dos dados pessoais. O PSD apresentou na legislatura que agora finda dois projetos de lei que visam introduzir mecanismos de fiscalização e controlo na forma como os processos são distribuídos nos tribunais. Estes diplomas foram aprovados e já deviam estar

a ser executados nos Tribunais mas o governo ainda não procedeu à sua regulamentação, não obstante o decurso de tempo entretanto ocorrido. É imperioso que o novo governo proceda à sua imediata regulamentação.

Como é, em geral, reconhecido por todos, o estado a que se assiste e a que se chegou no âmbito do segredo de justiça revela-se insustentável, com a inevitável degradação da imagem da Justiça. Por isso, e mantendo-se o princípio da publicidade no processo penal, urge, no entanto, reponderar, neste contexto, a proteção do segredo de justiça, equacionando-se medidas de combate à violação do segredo de justiça.

Em matéria de funcionamento dos tribunais, é necessária a elaboração de um Plano, a concretizar gradualmente e com definição de prioridades de remodelação ou de construção nova, para as instalações do Sistema de Justiça. O planeamento das instalações do Sistema de Justiça deverá também ponderar componentes organizacionais, substantivas e processuais de realização da Justiça, incluindo a separação física de Magistraturas, de forma a garantir uma efetiva autonomia e independência funcional entre Juízes e Magistrados do Ministério Público, dando, assim, e nomeadamente, visibilidade ao princípio da separação entre investigação, instrução e julgamento.

Sob a perspetiva da proximidade do Cidadão à Justiça, impõe-se proceder a uma análise do atual mapa judiciário

Em matéria de administração e gestão da Justiça e órgãos de governo das magistraturas, o PSD defende:

- **Recomposição dos Conselhos Superiores**, com vista ao reforço da transparência, a democraticidade e a independência, de forma a garantir que a maioria dos seus membros seja composta por não-magistrados;
- Diversificar as instituições que nomeiam os membros dos Conselhos Superiores, incluindo o Presidente da República;
- **Garantir que as personalidades a nomear sejam de reconhecido prestígio social e cultural**, não sendo requisito que provenham de profissões jurídicas;
- **Garantir na composição dos Conselhos Superiores a igualdade de género** nos mesmos termos em que a lei o prevê para a composição da Assembleia da República;
- **Reforma do sistema de avaliação dos Magistrados**, de modo a conferir-lhe mais rigor e maior transparência: adoção de regras mais claras que garantam o respeito pelos cidadãos aquando dos depoimentos em Tribunal e órgãos judiciais. Permitindo ainda o direito a apresentação de queixa relativamente ao funcionamento e comportamento dos funcionários e magistrados para com os cidadãos; Criação do Provedor do Utente Judiciário, nomeado pelo PR e que não poderá ser magistrado, que deverá fazer chegar ao CSM ou ao CSMP, no caso de Magistrados, e ao Presidente da Comarca no caso de funcionários, as queixas recebidas para fins disciplinares ou outros;
- **Valorização das competências do administrador judiciário**, com responsabilidades funcionais no domínio contabilístico, financeiro, gestão de equipamentos, nomeadamente informáticos, de forma a re-centrar a função do Juiz nas vertentes cardinais da Justiça, dispensando-o de toda e qualquer função de natureza administrativa;
- Introduzir métodos de gestão que garantam a alocação correta dos recursos, a eliminação das ineficiências de produtividade do sistema e promovam a qualidade;
- Levantamento e Auditoria da atual situação: Inventariação de todas as instalações/todos os imóveis afetos ao Sistema Judicial, identificando as instalações e o respetivo estado, incluindo a inventariação de todas as instalações e edifícios arrendados pelo Ministério da Justiça, com a contabilização específica e integral de custos mensais e de custos anuais para o Orçamento do Estado.

O Tribunal Constitucional tem vindo a rejeitar, liminarmente, a generalidade dos recursos interpostos pelos Cidadãos no âmbito da fiscalização concreta da constitucionalidade. Tal rejeição estriba-se, apenas e tão só, em argumentos de índole formal, sem cuidar de conhecer os vícios materiais de que as decisões enfermam e que são facilmente perceptível. Note-se que a fiscalização concreta é uma função fulcral e das mais nobres daquele tribunal que, assim, se demite de a desempenhar. Impõe-se, por isso, rever a Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, na sua redação atual, lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional.

Relativamente à acessibilidade económica, deve haver um reforço da proteção do Cidadão através da reponderação do sistema de acesso ao Direito, de modo a promover a extinção de desigualdades em função do rendimento. Tal como proposto no denominado Pacto para a Justiça, dever-se-á prever escalões dife-

É preciso uma maior especialização das Magistraturas na jurisdição comum e administrativa e fiscal, bem como garantir a especialização dos Magistrados, especialmente dos Juízes, é, hoje, uma exigência incontornável, em face da constatada emergência de especialização de saberes.

renciados de acesso ao sistema de justiça em função da situação económica do beneficiário de proteção jurídica.

O atual sistema de custas judiciais representa, em muitos casos, uma barreira objetiva e injusta no acesso à justiça, exigindo uma avaliação criteriosa das mesmas. Assim, é imperativo a introdução de uma componente social e o pagamento faseado como regra; o reforço das garantias do contribuinte; revisão da lei-quadro das contraordenações; adoção de medidas tendo em vista a agilização processual, com vista à promoção do investimento.

Adicionalmente, é preciso uma maior especialização das Magistraturas na jurisdição comum e administrativa e fiscal, bem como garantir a especialização dos Magistrados, especialmente dos Juízes, é, hoje, uma exigência incontornável, em face da constatada emergência de especialização de saberes.

Para o Ministério Público afigura-se também fundamental a aquisição de saberes altamente especializados em domínios cada vez mais exigentes e desafiantes da investigação criminal, como a criminalidade económico-financeira, a criminalidade informática, a cibersegurança e a produção de prova digital, entre outros.

Em matéria de Cidadania e Igualdade, o PSD propõe proceder ao reforço da legislação de proteção às vítimas, designadamente das mais vulneráveis, como crianças e idosos, com aumento do catálogo de crimes em que o Estado deverá indemnizar as vítimas com vista a uma eficaz justiça restaurativa. Há que ter particular atenção aos contextos da agressão, física ou psicológica e do assédio sexual, com relevo para as ocorrências através das redes sociais. O sistema de justiça deve ter como escopo evitar a vitimização secundária.

No âmbito da violência doméstica deve impor-se, na generalidade das situações, e como regra sistemática de coação e sanção acessória, o afastamento do agressor em relação às vítimas e reforço de especialização de magistrados e dos órgãos de polícia criminal na prevenção.

Deve-se ainda proceder ao reforço dos mecanismos legais de proteção de testemunhas vulneráveis, incluindo vítimas, e ao reforço da tutela penal de valores pessoais, designadamente ao bom nome, honra e consideração, no processo penal. Estabelecer políticas e medidas fortes de prevenção, repressão e combate aos crimes sexuais, tornando bem claro a viva reprovação da sociedade.

Assume-se como prioritária uma efetiva reinserção social, com vista à realização dos fins da política criminal, nas vertentes da prevenção geral e especial, tendo em conta os valores dos direitos humanos e da proteção da comunidade em geral. Propõe-se a realização de uma auditoria ao sistema prisional, visando a minimização/eliminação dos inúmeros problemas apontados em relatórios internacionais. O PSD fará também uma Lei de Programação do Sistema Prisional.

O declínio demográfico e a urgência de uma política para a maternidade e a infância

O espectro de recessão demográfica e do envelhecimento da população continua a pairar sobre a sociedade portuguesa. Pela primeira vez em 50 anos a população residente apurada pelo CENSOS 2021 registou um retrocesso, perdendo cerca de 200 mil habitantes, em comparação com o recenseamento anterior.

O número de nascimentos em 2021 quebrará a barreira histórica dos 80 mil nados-vivos.

Entretanto, nos cinco anos compreendidos entre 2015 e 2019 emigraram cerca de 438 mil Portugueses. Ou seja, nos melhores anos de conjuntura económica, os Portugueses continuaram a emigrar ao ritmo de 88 mil por ano.

As últimas projeções elaboradas pelo INE apontam, num cenário de ausência de políticas, para uma diminuição da população residente de 10,3 para 8,2 milhões de habitantes em 2080 (INE, cenário central). No mesmo período, o número de jovens diminuirá de 1,4 para cerca de 1,0 milhões. O número de nascimentos diminuirá de forma significativa mesmo num cenário em que se admite um aumento do índice sintético de fecundidade, em resultado da diminuição continuada do número de mulheres em idade fértil, reflexo de baixos níveis de fecundidade das últimas décadas. O índice de envelhecimento em Portugal quase duplicará, passando de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens, em 2080, em resultado do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. A população em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá de 6,6 para 4,2 milhões de pessoas, impactando fortemente a dinâmica do mercado de trabalho e o crescimento

Uma política integrada para a maternidade e infância, enquanto pilar para a promoção da natalidade e para a concretização do princípio do desenvolvimento humano, configura uma prioridade para o PSD e deve constituir um novo desígnio para Portugal.

Pela primeira vez em 50 anos a população residente apurada pelo CENSOS 2021 registou um retrocesso, perdendo cerca de 200 mil habitantes, em comparação com o recenseamento anterior.

potencial da economia, mesmo num cenário de pleno emprego. O modelo de organização e financiamento dos sistemas de proteção social e da saúde depende de uma estrutura demográfica equilibrada.

É inegável que Portugal enfrenta um conjunto de desafios em termos demográficos, motivados pelo efeito conjugado do envelhecimento acentuado da população portuguesa, dos saldos populacionais negativos há quase uma década e do declínio acentuado da taxa de fertilidade. A componente estrutural destas dinâmicas demográficas constitui um problema cuja dimensão sistémica não tem sido devidamente atendida, nomeadamente pela falta de articulação das políticas públicas.

Embora a decisão de ter filhos seja do foro pessoal, cabe ao Estado criar condições que favoreçam esta decisão e que permitam que as famílias se sintam amparadas e valorizadas na assunção desta responsabilidade. Por esta razão defendemos que a construção de uma política para a natalidade reside não apenas em criar condições (económicas, sociais, culturais) mais favoráveis para as decisões de paternidade como em restaurar e reforçar a confiança num futuro melhor, em que as circunstâncias ou dificuldades vividas no momento não se sobreponham à esperança e à vontade de construir um país melhor, no qual as crianças de hoje encontrem na infância e na juventude um ambiente que estimule e potencie o seu desenvolvimento.

A implementação de uma **política integrada para a maternidade e infância**, enquanto pilar para a promoção da natalidade e para a concretização do princípio do desenvolvimento humano, configura uma prioridade para o PSD e deve constituir um novo desígnio para Portugal. Esta firme convicção não nasce de um ímpeto eleitoralista, mas de uma aposta consistente no rejuvenescimento demográfico do país.

Ambicionamos um País mais amigo das crianças e com sentido de futuro. A baixa natalidade só se poderá contrariar com políticas favoráveis à maternidade e à infância, que abarquem não só os instrumentos de proteção social, mas que considerem novos contextos de compatibilidade entre a atividade profissional e a vida familiar, que valorizem o papel fundamental da família. Precisamos de uma **aposta forte, duradoura e previsível em políticas de família** que discriminem positivamente as famílias com filhos.

Se é importante fazer regressar muitos dos nossos emigrantes, torna-se **decisivo evitar que continuem a emigrar todos os anos dezenas de milhares de portugueses em busca de melhores condições de trabalho e de vida.**

O envelhecimento da população em Portugal e no mundo ocidental, as alterações climáticas, as tensões geopolíticas em muitas regiões do globo, a transição digital e tecnológica, a emergência de motivações não económicas (ex., preocupações em relação à coesão social, à desigualdade, à identidade cultural, à segurança) para a mobilidade, constituem macrotendências que reforçarão os fluxos migratórios e a importância económica e geoestratégica dos fluxos migratórios internacionais e das políticas de integração.

Portugal é um país que se tem revelado acolhedor de milhares de imigrantes e refugiados. Porém, ao bom acolhimento nem sempre tem correspondido idêntica abertura à sua integração e fixação, subsistindo bolsas de pobreza e de exclusão que urge eliminar. **Portugal pode ser um exemplo de acolhimento e integração de migrantes, estruturando uma sociedade cosmopolita, tolerante e multicultural com elevados indicadores de integração social.**

Portugal precisa de conceber **políticas de imigração consistentes e estáveis que respondam aos previsíveis déficits de recursos humanos** que, mais tarde ou mais cedo iremos enfrentar. Políticas que apostam numa **imigração qualificada controlada e planeada**, que aposte na atração de **núcleos fa-**

Portugal pode ser um exemplo de acolhimento e integração de migrantes, estruturando uma sociedade cosmopolita, tolerante e multicultural com elevados indicadores de integração social.

miliões completos, que contribua para uma **redistribuição mais equilibrada da população no território** e alimente as estratégias de **repovoamento** do interior do país.

Apoio à maternidade e à infância

Para o PSD, o atual modelo de atribuição dos apoios à maternidade e infância e o montante das prestações sociais em causa, têm um impacto insignificante na concretização dos seus objetivos primordiais – aumentar a natalidade, proteger e retirar crianças da condição de pobreza. Por isso pretendemos:

- **Reformular o abono de família pré-natal**, alargando progressivamente a base de beneficiários a todos os escalões de rendimento. Majoração do abono de família pré-natal em 50% para o segundo filho e 100% para o terceiro filho e seguintes e para as famílias que vivem no interior.
- **Alargar a licença parental de 20 para 26 semanas a partir do segundo filho**, com obrigatoriedade da segunda metade do período de licença parental (13 semanas) ser partilhada em pelo menos, 50% do tempo com o pai, de modo a evitar a penalização da mãe do ponto de vista profissional. A duração das licenças poderá ser estendida até um ano, sem pagamento adicional, por forma a que os pais / mães que assim o desejem possam acompanhar o primeiro ano de vida dos seus filhos. Em sede de concertação social iremos promover um compromisso com as associações patronais com vista ao estabelecimento de um enquadramento legal que preveja o regresso ao posto de trabalho, após o gozo da licença parental, de ambos os progenitores a tempo parcial até ao final do primeiro ano de vida da criança, por forma a que a família possa acompanhar de perto esta fase crucial do seu desenvolvimento.

Na atualidade estimam-se em 300.000 os casais que enfrentam problemas de infertilidade. São cerca de 3.000 os casais que aguardam uma primeira consulta no SNS. Face ao tempo de espera (chega a 18 meses entre o agendamento e início do tratamento), a maior parte dos casais recorrem aos serviços privados o que, face aos preços praticados, representam uma objetiva desigualdade no acesso a um serviço de primeira necessidade. O PSD conferirá especial prioridade nas respostas a este problema, quer pela agilização da resposta pública, quer pelo recurso à oferta privada sempre que entendido como indispensável.

Alargar a licença parental de 20 para 26 semanas a partir do segundo filho, com obrigatoriedade da segunda metade do período de licença parental (13 semanas) ser partilhada em pelo menos, 50% do tempo com o pai, de modo a evitar a penalização da mãe do ponto de vista profissional.

Educação de qualidade, desde a primeira infância

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, todas as crianças têm direito à proteção, provisão e participação nos serviços de ECEC (Early Childhood Education and Care), pois a pobreza infantil afeta gravemente o bem-estar das crianças, o seu desempenho educacional e a sua autoestima. A primeira infância corresponde a um período de desenvolvimento cognitivo crítico e crucial da criança. Uma educação de infância de alta qualidade é apontada como tendo efeitos benéficos no desenvolvimento inicial das crianças e no seu desempenho escolar subsequente em vários domínios, como no uso da língua, nas competências académicas emergentes - na literacia da leitura e na numeracia - e nas competências sócio emocionais, que potenciam o posterior sucesso académico e plena integração social, em particular nas crianças oriundas de contextos socioeconómicos mais desvantajosos.

Promover o acesso generalizado e equitativo a serviços acessíveis e de elevada qualidade de educação pré-escolar e programas de educação e cuidados para a infância, em especial para as crianças mais desfavorecidas, assume-se hoje como indispensável para ultrapassar défices de conhecimentos, de aptidões e competências que limitam o desenvolvimento pessoal e profissional.

A Comissão Europeia tem vindo a alertar para a vantagem, em termos de eficiência e eficácia, de se privilegiar o investimento público nas primeiras fases da educação, pois os elevados custos para as famílias de educação e guarda nos primeiros anos de vida podem constituir por si um entrave ao aumento da taxa de natalidade.

Importa relembrar que, em Portugal, para uma família cujos rendimentos se aproximem do rendimento mediano pode ser hoje mais caro ter uma criança numa creche do que um filho na Universidade.

Conscientes da realidade atual de muitas famílias, em que pai e mãe trabalham sem poderem contar com qualquer suporte familiar, e das dificuldades que enfrentam para que as suas crianças tenham acesso a cuidados e educação desde a primeira infância com qualidade, comprometemo-nos a implementar as seguintes medidas:

- **Universalização da creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos**, nas redes social, pública e privada, através da criação de uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos. Os parceiros de implementação da rede universal, as IPSS e as entidades privadas que optarem por aderir à rede, devem estar preparadas para assinar protocolos de cooperação os quais serão objeto de escrutínio e monitorização por parte do Estado.
- **Assegurar a colocação dos alunos através de uma plataforma central**. Esta plataforma tem como missão receber as candidaturas efetuadas pelos pais, sendo-lhes conferida a possibilidade de colocar por ordem os 3 estabelecimentos da sua preferência. Por seu turno as IPSS devem manter sempre atuali-

Universalização da creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, nas redes social, pública e privada, através da criação de uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos.

zado o número de vagas disponíveis. A plataforma colocará a criança no estabelecimento que primeiro tiver vaga, respeitando os critérios de acessibilidade claramente definidos. Existem em Portugal mais de 5.000 IPSS distribuídas por todo o território, o que se apresenta como um requisito relevante por forma a que uma medida desta dimensão não seja potenciadora de assimetrias regionais nem de discriminações de base social.

- **Programa de incentivos ao estabelecimento de creches e jardins de infância por parte das autarquias, das IPSSs e das empresas ou associações de empresas**, com recurso a fundos comunitários para construção e reabilitação de berçários, creches e infantários. Prevê-se a majoração da medida nos territórios do interior.

O PSD propõe-se implementar um **Plano de rastreio da acuidade visual, auditiva e de saúde oral** para todas as crianças até aos 5 anos, utilizando os meios já disponíveis na Administração Pública, de forma a permitir a **identificação precoce de problemas de aprendizagem**, contribuindo, assim, para a redução do insucesso escolar, na escolaridade obrigatória.

Imigrantes e refugiados

Num país que enfrenta um conjunto de desafios decorrentes da sua estrutura populacional, importa destacar o contributo positivo dos imigrantes, nos últimos anos anteriores à pandemia, para a demografia portuguesa (em 2017, as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por 10% do total dos nascidos-vivos) e para a segurança social (em 2016 +418,5 milhões de euros e em 2017 +514,3 milhões de euros).

Não obstante, e apesar do reconhecimento internacional das políticas de integração de imigrantes a vigorar em Portugal, continuam a persistir, de acordo com os últimos dados disponíveis, situações de desigualdade e de discriminação que urge corrigir se pretendemos uma sociedade mais justa, coesa e inclusiva.

Os alunos de nacionalidade estrangeira continuam a apresentar níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados para os alunos de nacionalidade portuguesa. Os trabalhadores estrangeiros estão, por comparação aos nacionais, mais representados nos grupos profissionais da base, comparativamente com os dos trabalhadores portugueses. Os imigrantes continuam mais vulneráveis e expostos a situações de desemprego.

Em Portugal, à semelhança do verificado nos restantes países europeus, os estrangeiros residentes apresentam um risco de pobreza mais elevado e vivem em maior privação material.

Também na vertente da habitação, a população imigrante permanece em desvantagem, não só no que refere à sobrelotação de alojamentos, mas também no acesso à propriedade da habitação. Enquanto os cidadãos de nacionalidade portuguesa apresentavam, em 2017, uma taxa de sobrelotação de alojamentos de 8,9%, no caso dos cidadãos estrangeiros residentes no país essa taxa atingiu os 29,1%. Os últimos dados identificam, ainda, a persistência de dificuldades no acesso a cuidados de saúde primários.

Estes indicadores convergem na necessidade de melhorar a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, sugerindo que o esforço deve incidir maioritariamente na superação dos mecanismos que contri-

buem para perpetuar as desigualdades e a discriminação. Mais do que uma alteração das políticas públicas impõe-se uma alteração ao nível das práticas, garantindo que a legislação vigente tem um impacto efetivo na melhoria das condições de vida da população imigrante.

O PSD pretende orientar a sua ação política no sentido de:

- Assegurar uma articulação eficaz dos diferentes programas e respostas existentes e que os recursos financeiros disponíveis para o seu desenvolvimento e implementação (nomeadamente, os provenientes de fundos europeus) são efetivamente utilizados;
- Reforçar e promover os programas locais de integração de imigrantes, dotando os municípios de recursos de modo a responderem cabalmente às necessidades identificadas junto destas populações;
- Monitorizar as políticas locais de integração;
- Promover o associativismo junto das comunidades imigrantes, impulsionando igualmente o associativismo jovem enquanto instrumento de coesão;
- Promover o exercício da cidadania ativa pelos membros das comunidades migrantes, reforçando a componente do conhecimento dos direitos e deveres, contribuindo para a coesão e efetiva mobilidade social;
- Desenvolver acordos de cooperação, no domínio da integração, com os países de origem dos principais fluxos migratórios, em especial com os países de língua oficial portuguesa, tendo em vista a valorização do espaço migratório lusófono;
- Continuar a reforçar a aprendizagem da língua portuguesa e a consolidação dos programas de ensino, tanto pela promoção do ensino envolvendo as escolas, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as associações de imigrantes, as ONG e as empresas;
- Apoiar a capacitação económica e empreendedorismo migrante, reconhecendo o elevado potencial e qualificações de imigrantes;
- Incentivar o autoemprego, através de um melhor aproveitamento das linhas de financiamento existentes;
- Combater a discriminação racial com novas práticas preventivas;
- Implementar uma campanha de sensibilização junto da população geral para os benefícios da imigração e contributos dos imigrantes para a sociedade portuguesa, desmitificando as perceções associadas ao fenómeno;
- Promover a recolha de dados sobre a acessibilidade e utilização dos serviços de saúde pela população imigrante, com vista a um conhecimento efetivo desta realidade;
- Reforçar as iniciativas de combate à exclusão social e abandono escolar, e as iniciativas com vista à inserção profissional dos descendentes de imigrantes e dos grupos étnicos da sociedade portuguesa.

O PSD, enquanto partido humanista, defende que Portugal deve manter a mesma disponibilidade e o mesmo espírito de solidariedade para com os migrantes deslocados, em estreita cooperação com a União Europeia e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O PSD, enquanto partido humanista, defende que Portugal deve manter a mesma disponibilidade e o mesmo espírito de solidariedade para com os migrantes deslocados, em estreita cooperação com a União Europeia e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Políticas de reequilíbrio na distribuição da população no território

A pandemia e as transformações no mundo do trabalho constituem uma oportunidade única para reforçar as condições de atratividade e de repovoamento do inte-

rior do país, sempre que acompanhadas da revitalização das bases económicas locais, nas quais se inclui o papel essencial da agricultura, pecuária, silvicultura e das agro-indústrias.

Só um novo modelo de desenvolvimento económico e social poderá inverter aquela tendência, criando melhores oportunidades de fixação das populações através de medidas de discriminação positiva que consigam atrair mais investimento, maior número de empresas e o aumento significativo dos postos de trabalho.

O Estado tem uma particular responsabilidade nesse processo, nomeadamente através da desconcentração de serviços públicos e da criação de um quadro de incentivos à instalação de empresas em zonas do interior.

A descentralização como requisito da coesão territorial

Nestas últimas décadas Portugal deu um enorme salto em termos de desenvolvimento económico no seu conjunto. Contudo, **os desequilíbrios territoriais continuam a acentuar-se, com muitas regiões a perderem população, dinamismo social e atividade económica.** Este é um dos maiores insucessos da nossa Democracia e é preciso interromper o círculo vicioso que faz com que, em muitos territórios, as pessoas saiam porque não há oportunidades e, porque saem, as oportunidades ainda se reduzem mais para os que ficam. O PSD não se resigna a assistir impotente a esta tendência e irá colocar este tema no topo da agenda de prioridades para a próxima legislatura.

O combate às desigualdades territoriais passa, no imediato, pelo aprofundamento e consolidação do processo de descentralização das funções do Estado Central que possam ser desempenhadas mais eficientemente pelos patamares da administração mais próximos do cidadão.

- O combate às desigualdades territoriais passa, no imediato, **pelo aprofundamento e consolidação do processo de descentralização das funções do Estado Central** que possam ser desempenhadas mais eficientemente pelos patamares da administração mais próximos do cidadão. Apesar do acordo sobre esta matéria a que foi possível chegar com o PS, o que se tem visto é que o atual governo tem chegado a soluções insuficientes e incapazes que têm emperrado o processo em vez de o fazerem avançar.
- O PSD propõe-se dar uma vida nova a este processo de descentralização, estabilizando o quadro de transferências de funções e estabelecendo um **compromisso financeiro seguro e estável** para regiões e autarquias. Assim, o ano de 2022 deverá iniciar com um quadro consolidado e estabilizado do **Regime de Atribuições e Competências e com um Regime Financeiro** adequado aos tempos que no fundamental estimule a competitividade baseada no desempenho económico e social e, para isso, determine que as receitas autárquicas resultam da participação proporcional em todos os impostos gerados em cada território, corrigido de um fator de coesão que compense e estimule os territórios com menos oportunidades.

Para além de ser possível fazer muito mais do que se tem feito para favorecer a implantação de empresas nos territórios de maior interioridade, o Estado tem uma particular responsabilidade no processo de concentração espacial da população por ser o responsável único pela localização dos seus próprios serviços. O Estado tem o dever urgente de reverter o processo de concentração de serviços públicos nas maiores áreas metropolitanas, e tomando como base a reflexão a fazer sobre os trabalhos da Comissão Independente para a Descentralização, o PSD implementará um **Programa de Desconcentração que desloca progressivamente alguns serviços públicos relevantes para fora das maiores áreas metropolitanas**, com respeito pelos direitos de pessoas e famílias e recorrendo a instrumentos de compensação sempre que isso se revele necessário.

É urgente repensar o quadro de autonomia, funções e competências dos patamares subnacionais do Estado. O PSD compromete-se, a **abrir à sociedade portuguesa esta discussão sobre a reorganização territorial do Estado** (sobre os patamares político-administrativos, sua autonomia e financiamento), bem como sobre a Regionalização, e a implementar as medidas que, neste âmbito, contribuam para corrigir as disparidades territoriais, **desde que correspondam à vontade maioritária dos portugueses**. O princípio geral, como sempre para o PSD, é que **qualquer alteração que melho-**

re os resultados da máquina estatal terá de assegurar a diminuição da despesa pública global. Uma das prioridades é **uniformizar a partição territorial das diferentes áreas de governação**, eliminando a profusão e confusão atual de partições territoriais que o país apresenta e que leva a que, em muitos territórios, os assuntos de saúde, de segurança social, de agricultura ou de licenciamento industrial, por exemplo, sejam tratados em sítios diferentes.

*O PSD compromete-se, a **abrir à sociedade portuguesa esta discussão sobre a reorganização territorial do Estado** (sobre os patamares político-administrativos, sua autonomia e financiamento), bem como sobre a Regionalização, e a implementar as medidas que, neste âmbito, contribuam para corrigir as disparidades territoriais, desde que correspondam à vontade maioritária dos portugueses.*

5. Uma economia mais competitiva e melhores oportunidades

Prioridade ao crescimento económico e ao desenvolvimento humano

Como já referido, nos últimos 20 anos a economia Portuguesa esteve estagnada, resultado de uma economia pouco competitiva, de baixos níveis de produtividade e de investimento (privado e público). Em 1995 Portugal tinha uma produtividade do trabalho em torno de 68% da média da União Europeia e em 2019 era de 66%. No mesmo período, a Irlanda passou de 106% para 180% da média da UE. O crescimento potencial da economia portuguesa é muito baixo [cerca de 1,5% antes da pandemia]. A pandemia agravou esta situação porque levou a uma destruição de capacidade produtiva, incluindo capital humano, e à redução da eficiência na utilização dos fatores de produção, o que pode ter efeitos persistentes sobre o produto potencial.

A pandemia veio agravar os problemas e constrangimentos da economia Portuguesa. Mas adicionalmente veio acelerar mudanças transformativas na economia e nas empresas, nomeadamente o enorme crescimento do teletrabalho do e-commerce, a alteração do território e a deslocalização de pessoas em teletrabalho, o reforço das grandes empresas e aceleração inevitável da automação e digitalização de processos. É a esses novos desafios, bem como aos constrangimentos pré-pandemia que um programa reformista do PSD deve procurar dar resposta.

Portugal tem de voltar a crescer, de forma sustentada e prolongada, acima dos 3% ao ano. A estagnação da economia tem sido um pesado constrangimento à mobilidade social.

Este crescimento tem de estar assente numa economia baseada cada vez mais nas exportações de bens e serviços com elevado valor acrescentado, na inovação, na I&D e na especialização, bem como na captação de investimento (sobretudo IDE). O aumento da competitividade da economia Portuguesa tem de ser a prioridade da atuação de qualquer governo. Apenas uma economia mais competitiva gerará maior crescimento económico, permitindo mais e melhor emprego, bem como as receitas fiscais necessárias a uma política redistributiva que aumente a justiça social e melhore os serviços públicos.

O Programa Estratégico e dos Fundos Europeus que o PSD apresentou em outubro de 2020, definia um objetivo estratégico único: **Recuperar a economia e tornar Portugal um país muito mais competitivo e, no médio/longo prazo, um dos países mais competitivos no quadro da zona Euro.**

Portugal tem de voltar a crescer, de forma sustentada e prolongada, acima dos 3% ao ano. A estagnação da economia tem sido um pesado constrangimento à mobilidade social.

Esse objetivo estratégico consubstancia-se em diversos objetivos operacionais:

- Aumentar as exportações para 60% do PIB até 2030;
- Melhorar o saldo externo atingindo contas externas equilibradas;
- Reduzir a dívida pública para valores em torno dos 80% do PIB até ao final da década;
- Aumentar o investimento privado e público para um total de 25% do PIB até 2030;
- Atrair um elevado Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e dentro do IDE privilegiar os bens transacionáveis, sobretudo na área industrial, de elevado valor acrescentado;
- Reduzir o desemprego gerado por esta crise e reduzir as desigualdades sociais e combater a exclusão e a pobreza.

No centro de qualquer política de competitividade da economia Portuguesa estão as pessoas e as empresas. Para o PSD é inequívoco que as empresas são o motor do crescimento económico e da criação de riqueza e emprego. As políticas públicas têm de estar concentradas na criação de um ambiente económico, legal, regulatório e social favorável às empresas e ao investimento. Adicionalmente o foco da economia Portuguesa tem de ser cada vez mais a produção de bens transacionáveis. A economia Portuguesa apenas pode crescer, de forma sustentável, apostando no investimento e nas exportações. O consumo privado é o objetivo da política económica, não um meio em si mesmo para o crescimento económico.

Para crescer de forma sustentada baseado numa economia competitiva é preciso realizar um conjunto de reformas estruturais nos "estrangulamentos" à competitividade da economia identificados logo no início

No centro de qualquer política de competitividade da economia Portuguesa estão as pessoas e as empresas. Para o PSD é inequívoco que as empresas são o motor do crescimento económico e da criação de riqueza e emprego. As políticas públicas têm de estar concentradas na criação de um ambiente económico, legal, regulatório e social favorável às empresas e ao investimento.

deste Programa Eleitoral, nomeadamente nos serviços públicos, sistema fiscal, Justiça, formação, ensino, ciência e investigação, mercado laboral, entre outros.

É fundamental para uma economia mais competitiva que exista concorrência nos mercados de produto, flexibilidade no mercado laboral e eficiência e robustez nos mercados financeiros.

A atuação de um governo PSD virado para a competitividade da economia baseia-se em duas linhas de orientação: medidas de apoio à economia, ao investimento e às empresas e uma política fiscal que promova a competitividade. Ao longo deste capítulo iremos identificar as medidas que defendemos para Portugal.

No que concerne ao desenvolvimento humano, o PSD, como partido humanista, não pode deixar de salientar que a economia tem de estar ao serviço das pessoas. As profundas mudanças sociais e tecnológicas das últimas décadas, bem como das próximas, impõem uma agenda de desenvolvimento humano, que combata todas as formas de exclusão (económica, social, tecnológica, entre outras). Estas transformações serão tão positivas e humanizadas quanto mais nos empenharmos colaborativamente como sociedade. Para isso temos de valorizar o terceiro setor, ter uma agenda de liderança (mas também de humanização) da digitalização, apostar na formação e adaptar o mercado laboral.

Adicionalmente, apenas uma economia baseada no conhecimento, inovação e I&D permite gerar melhores salários e permite inverter a tendência dos últimos 20 anos, quer em termos de estagnação económica, quer em termos da diminuição do retorno de cada ano de escolaridade.

Como crescer?

Investimento e competitividade externa

Portugal só poderá crescer acima de 3% ao ano de forma sustentada se for uma economia mais competitiva, com maior produtividade, que capte mais investimento e exporte mais. Para isso é preciso realizar reformas estruturais alinhadas com esses objetivos. A competitividade da economia depende de fatores internos, bem como da procura e dos mercados externos. As políticas públicas focadas no aumento da competitividade e da produtividade devem procurar alavancar o potencial dos determinantes da competitividade. Os drivers de competitividade das nações na economia moderna reportam-se fundamentalmente aos fatores de inovação e de sofisticação do ambiente de negócios. É preciso remover os obstáculos ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Mas é preciso olhar também para os requisitos básicos de competitividade de uma economia (qualidade das infraestruturas e das instituições, por exemplo) ou os potenciadores de eficiência da economia (eficiência dos mercados laboral e de bens e serviços por exemplo).

No médio/longo prazo, as empresas que sobreviverem terão que dominar um novo ambiente de negócios e terão que responder a cinco tendências que já existiam, mas que vão ser muito aceleradas por esta crise: Transição digital e novas tecnologias (por exemplo, digitalização, robótica, IoT, machine learning, blockchain, automação, impressão 3D); Alterações nas cadeias de abastecimento, também muito afetadas pelas novas tecnologias; Reconfiguração das cadeias de valor; Alterações e transição climática; Envelhecimento da população.

*Portugal só poderá crescer
acima de 3% ao ano de
forma sustentada se for uma
economia mais competitiva,
com maior produtividade, que
capte mais investimento e
exporte mais.*

As reformas estruturais (que inclusive estão perfeitamente identificadas no processo do Semestre Europeu), as medidas propostas, os incentivos, as medidas de natureza fiscal devem enquadrar-se em 5 pilares da competitividade e produtividade: Inovação; Investimento; Dimensão; Capitalização; Internacionalização.

As reformas estruturais (que inclusive estão perfeitamente identificadas no processo do Semestre Europeu), as medidas propostas, os incentivos, as medidas de natureza fiscal devem enquadrar-se em 5 pilares da competitividade e produtividade: Inovação; Investimento; Dimensão; Capitalização; Internacionalização.

É necessário reformular todo o Ministério da Economia, de modo a conferir-lhe a “alma” de uma Política Económica, nas suas múltiplas vertentes, distribuídas por uma matriz de Políticas Horizontais X por Políticas Setoriais. Entre as Horizontais, dar-se-ia prioridade a: Competitividade e Inovações incrementais promovendo o crescimento sustentado da produtividade; Interface com o Sistema de Ciência e Tecnologia; Digitalização, promovendo o up-grading da existente, e tendo como meta a Revolução 4.0; Capacidade de reação às Alterações Climáticas, em sintonia com a COP 26; Interface com o sistema financeiro, bancário e do Mercado de Capitais. Entre as Setoriais, dar-se-ia prioridade a (A) Indústria; (B) Comércio; (C) Energia; (D) Serviços (E) Mobilidade e Transportes e, (F) Interfaces com a Agricultura, e, com as Pescas.

É preciso criar uma Estrutura de Missão, independente e com forte ligação às universidades e às empresas, que revise o Relatório Porter e que analise os clusters, proponha linhas de ação e monitorize os resultados. Adicionalmente, o nosso país está cheio de plataformas competitivas - Clusters, parques de ciência, DIH (Digital Innovation Hubs), etc - e seria importante dar coerência a uma melhor especialização e *governance* dessas estruturas através da **criação de Estruturas de Competitividade Estratégica**.

Em matéria de Justiça económica, é preciso reduzir substancialmente a sua morosidade e ineficiência, bem como reduzir a corrupção e o compadrio. Para isso o PSD defende uma reforma profunda dos Tribunais e meios de litigação económica, com uma forte reengenharia de processos e simplificação administrativa, potenciada pela Digitalização e as novas tecnologias. Defendemos também o reforço dos Centros de Arbitragem (bem como da Arbitragem Tributária), bem como a emissão de todos os documentos das empresas (que o requeiram) em Inglês como fator de competitividade internacional. Como referido na seção da Justiça, o grande problema deste setor é a sua fraca gestão, pelo que é preciso criar gestores de Tribunais.

Em matéria de custos de contexto, o PSD defende uma **redução significativa da burocracia e destes custos, bem como uma melhoria e simplificação regulatória, para as empresas, mas também para os cidadãos**. Aqui também é preciso uma ação forte e determinada de reengenharia e simplificação de processos, apoiada não apenas na Digitalização e tecnologia, mas em parceria com as Associações Empresariais setoriais. É preciso eliminar todas as redundâncias e os processos obsoletos, simplificando licenciamentos, autorizações e reporte de informação. **A Administração Pública tem de funcionar em rede, através de um interface único para licenciamentos**, processos e reportes. Para isso é necessário reformular as infra-estruturas tecnológicas da Administração Pública, em que a gestão de dados seja um ponto nevrálgico de cada serviço público, bem como um programa de utilização de Inteligência Artificial nos serviços públicos. Na medida do possível, começando pelas empresas com maior dimensão, devemos instalar o conceito de **“single point of contact” de cada empresa com o Estado**. Devemos também realizar um **Programa de Simplificação**

Administrativa com uma abordagem holística, orientada para a gestão da qualidade total, bem como um **Programa "AP Digital"**, tornando a informação pública mais acessível, tanto para os serviços públicos como para os particulares. Para tudo isto é preciso um governo com capacidade reformista, um plano de ação bem definido, formação dos quadros do setor público e investimento.

Propomo-nos **reduzir substancialmente os prazos de pagamento na AP e as dívidas em atraso, procurando que o prazo de pagamento se reduza para um máximo de 30 dias.** O Estado deverá também, numa primeira fase **implementar rapidamente a conta-corrente fiscal entre a AT e os contribuintes**, avançando depois para uma **conta-corrente entre a Administração Central e as empresas.**

A atração de IDE afigura-se (dado o elevado nível de endividamento das empresas e das famílias), como absolutamente essencial na política de crescimento e no aumento da competitividade. O IDE, além do efeito direto no investimento, emprego e criação de valor, tem, por regra (quando assente em projetos sustentáveis, duradouros e com alguma dimensão no contexto nacional), dois efeitos adicionais: primeiro, permite à economia Portuguesa entrar em "fileiras" de negócios novas, desenvolvendo empresas a montante/jusante do projeto; segundo, permite criar escala, valor e competências nesse setor. O IDE é um instrumento essencial para aprofundar a integração das empresas portuguesas nas cadeias globais de valor, que representam mais de 50% do comércio internacional, e para o crescimento das exportações.

O IDE pode ser levado a cabo, na prática, por duas vias distintas, mas complementares: atuando de uma forma ativa sobre a oferta do conjunto dos investidores potenciais, ou passiva sobre a procura. O programa ativo de atração de IDE deve estimular continuamente as empresas já instaladas no nosso país a: aumentarem a sua dimensão; terem um peso crescente na estrutura da cadeia de valor das empresas-mãe no quadro das suas opções de crescimento regional e global; e desenvolverem parcerias com empresas de raiz portuguesa com potencial de expansão, de internacionalização e de densificação de "clusters" regionais à escala europeia ou mesmo mundial. O programa de atração de IDE deve também visar logicamente novas atividades e novos grupos empresariais ainda sem presença no nosso país em sectores de futuro, através do reforço das ações de "marketing" focalizadas em alvos bem definidos em função dos nossos critérios estratégicos. Tal deve inserir-se coerentemente numa estratégia global de crescimento económico sustentado e de renovação da nossa estrutura produtiva. Adicionalmente, Portugal deve posicionar-se como uma "plataforma" de "expansão internacional" para investidores (sede, centros de competências, consolidação de contas, etc.).

*Propomo-nos **reduzir substancialmente os prazos de pagamento na AP e as dívidas em atraso, procurando que o prazo de pagamento se reduza para um máximo de 30 dias.** O Estado deverá também, numa primeira fase **implementar rapidamente a conta-corrente fiscal entre a AT e os contribuintes**, avançando depois para uma **conta-corrente entre a Administração Central e as empresas.***

Em matéria de **inovação**, o PSD defendeu no seu Programa Estratégico e dos Fundos Europeus um **programa de centros partilhados de I&D** entre empresas e empresas-universidades, bem como criar mecanismos de fertilização cruzada entre setores, como já é exemplo a cortiça e o vestuário e calçado. É preciso também fomentar projetos de internacionalização que fomentem parcerias ou a criação de redes entre empresas portuguesas e nomeadamente com produtos complementares, em áreas como o Marketing, a Logística, a Distribuição e a Comercialização nos mercados externos em perfil de consórcios. Relativamente à **captação de investimento**, o PSD defende medidas no âmbito do sistema fiscal (detalhadas mais à frente) que permitam aumentar a captação de IDE bem como **atrair grandes projetos industriais**, que possam ajudar a reconfigurar o tecido industrial. Defendemos ainda a criação de um **regime de “Validação prévia de Investimento” e de um balcão único do investidor**.

O Programa Estratégico e dos Fundos Europeus defendia também para o PRR e para o PT2030 um forte programa PEDIP 4.0, reforço do programa Compete bem como um **programa específico para a captação de grandes projetos industriais**. É preciso em cada setor onde ainda não exista, fomentar a criação de uma empresa líder e de uma empresa *challenger*, que imprimam ritmo de desenvolvimento ao setor. É também **fundamental Portugal entrar na fileira das baterias elétricas para veículos, atraindo pelo menos uma fábrica para território nacional**, sob pena de a indústria automóvel e de componentes ficar para trás no processo de transição energética.

Ainda em matéria de captação de investimento e de desenvolvimento de empresas, é preciso alargar o âmbito de atuação da Portugal Ventures e ligação ao Banco de Fomento que assim passaria a atribuir financiamento / incentivos a empresas que já estivessem previamente validadas por algum tipo de capital de risco.

Em termos de **capitalização das empresas**, o PSD propôs no Programa Estratégico e dos Fundos Europeus o **reforço do papel do Banco de Fomento** (e o aumento de capital) e da sua *governance*, bem como um total de **oito linhas de capitalização** (com objetivos e destinatários diferentes, desde empresas com dificuldades de tesouraria até start-ups e capital de risco, bem como fundos de fundos e linhas de crédito). O Banco de Fo-

mento deve também centralizar a atividade de sistema de crédito e de sistema de seguros para as exportações.

Em termos da **dimensão das empresas**, o PSD defendeu no Programa Estratégico e dos Fundos Europeus um **programa de apoio à concentração e fusão de empresas** (no âmbito do PRR e do PT20-30), sobretudo exportadoras, para ganharem escala e sinergias.

Em matéria de **internacionalização**, o PSD também defendeu no âmbito dos Fundos Europeus um **programa de apoio à internacionalização** das empresas Portuguesas, bem como o reforço do programa “Portugal sou Eu” e um **programa específico de modernização do setor da indústria têxtil, confeção, vestuário e calçado**. Adicionalmente, é preciso reformar a AICEP, dando-lhe uma abrangência ter-

É também fundamental Portugal entrar na fileira das baterias elétricas para veículos, atraindo pelo menos uma fábrica para território nacional, sob pena de a indústria automóvel e de componentes ficar para trás no processo de transição energética.

ritorial e setorial mais profunda, nomeadamente através da criação de Agências Regionais de Exportação, associadas às CCDR's, e que trabalhem em estreita colaboração com as Comunidades Intermunicipais. Outro plano, é preciso criar Gabinetes locais de exportação nas Embaixadas Portuguesas.

Em matéria fiscal as principais críticas dos investidores são: Instabilidade Fiscal; Complexidade do sistema fiscal; Morosidade dos processos fiscais; Custos de contexto no cumprimento das obrigações fiscais; Taxas nominais de IRC e de IRS muito altas (as elevadas taxas marginais de IRS para níveis de rendimentos médios-altos são um problema na atração de mão-de-obra qualificada – a matéria de IRS será tratado no capítulo das Finanças Públicas).

A Política Fiscal deve ter como principal objetivo, de médio e longo prazo, a redução da carga fiscal, privilegiando o alívio da carga fiscal para as famílias da classe média, focado no aumento da poupança, e no aumento da competitividade da economia Portuguesa e das empresas sediadas em Portugal, reforçando o investimento (nacional e estrangeiro), através da redução de IRC e de benefícios fiscais ao investimento e à criação de emprego.

Em matéria fiscal o PSD defende uma **redução do IRC em 2 p.p. em 2023 e 2024, reduzindo a taxa de IRC de 21% para 17%, em linha com a reforma fiscal de 2013**. Defendemos a mesma redução para a taxa aplicável às PME (que passaria dos atuais 17% para 13%, alargando-se o limite dos atuais 25 mil € para 100 mil € para as empresas sediadas no interior). Adicionalmente, dentro da margem orçamental e até 2030, deverá eliminar-se ou pelo menos reduzir-se substancialmente a derrama estadual. Sinal de que a redução da taxa nominal do IRC não equivale, necessariamente - pelo menos a médio prazo - a uma redução da receita fiscal, pode ser constatado pelo facto da receita do IRC em Portugal, em 2015, ano em que se reflete a redução da taxa nominal de IRC na sequência da Reforma do IRC de 2013, ter aumentado de EUR 4.519 milhões (em 2014) para EUR 5.248 milhões.

As PME's devem beneficiar de um **regime simplificado revisto**, que seja mais simples e eficaz e que reduza o esforço fiscal dessas empresas.

Ainda **em matéria fiscal, e para o pilar da inovação, bem como da captação de investimento**, o PSD defende diversas medidas em sede de IRC: melhorar o reporte de prejuízos, o regime de patentes e licenças, reforçar o RFAI e o CFEI, reformular o SIFIDE, reforçar os mecanismos de preços de transferência, reforço do regime de *participation exemption*, taxas de depreciação aceleradas para determinados ativos/negócios, bem como um sistema abrangente de benefícios fiscais para investidores que invistam capital de risco nas rondas de financiamento podia ser um caminho para reduzir a onerosidade do ambiente fiscal e incentivar mais investimento em *start-ups*.

*Em matéria fiscal o PSD defende uma **redução do IRC em 2 p.p. em 2023 e 2024, reduzindo a taxa de IRC de 21% para 17%, em linha com a reforma fiscal de 2013**. Defendemos a mesma redução para a taxa aplicável às PME (que passaria dos atuais 17% para 13%, alargando-se o limite dos atuais 25 mil € para 100 mil € para as empresas sediadas no interior).*

As **medidas fiscais para a dimensão e capitalização das empresas** passam por alargar o âmbito do regime de dedução dos lucros retidos, um novo regime legal e fiscal para as fusões e aquisições bem como um regime de incentivos fiscais ao mercado de capitais. Pretendemos também tornar o regime fiscal mais atrativo para a capitalização das empresas, permitindo, em determinadas condições, alguma dedutibilidade fiscal do reforço do capital social, reduzindo a vantagem fiscal do endividamento.

*As **medidas fiscais para a dimensão e capitalização das empresas** passam por alargar o âmbito do regime de dedução dos lucros retidos, um novo regime legal e fiscal para as fusões e aquisições bem como um regime de incentivos fiscais ao mercado de capitais.*

No âmbito da **internacionalização, as medidas fiscais** são a criação de um regime fiscal de apoio à aquisição/criação de filiais no estrangeiro, bem como um sistema de dedução do *goodwill* da aquisição de empresas (nacionais ou estrangeiras). Adicionalmente, as despesas elegíveis relacionadas com a internacionalização devem ter uma majoração fiscal em IRC.

Tudo isto acompanhado por uma **revisão global e extensa dos benefícios fiscais às empresas**, atualizando-os às novas circunstâncias e objetivos da política económica.

Pretendemos também renovar incentivos às regiões do interior, nomeadamente através da criação de incentivos financeiros e fiscais ao estabelecimento de clusters / zonas económicas privilegiadas que apostem em determinadas atividades e indústrias específicas e na economia do conhecimento. Os programas e benefícios e regras fiscais devem ser

majorados para beneficiar as regiões com maior perda demográfica. Adicionalmente, a coesão territorial implica uma cobertura de infraestruturas físicas e digitais (nomeadamente o 5G) que sirva todo o território e potencie os recursos endógenos e o capital humano dos territórios de baixa densidade.

Reforçar os benefícios fiscais relacionados com o investimento e atividade económica que envolva os PALOP'S e a CPLP, nomeadamente com a criação de um "Acordo Multilateral de Fiscalidade" que transforme Portugal num centro financeiro para os investidores dos Países Lusófonos, através de um regime especial de isenção nas SGPS's e nos fundos de investimento, em termos de dividendos, mais-valias, juros, royalties e amortização do *goodwill*.

Paralelamente, é necessário criar um quadro legislativo onde cumprir as obrigações fiscais não seja um processo moroso e complexo, e onde planear não seja uma missão impossível. As normas fiscais têm de ser mais simples e estáveis, o que só poderá ocorrer com a **criação de um quadro fiscal que gere consenso suprapartidário e que seja apresentado aos Portugueses e aos investidores, como um quadro de referência de médio prazo**. A competitividade das empresas será reforçada através de um melhor funcionamento da Justiça Fiscal, da redução dos litígios, da simplificação dos procedimentos e obrigações, do alargamento do regime do IVA de caixa, bem como da mais rápida devolução dos impostos.

Dando seguimento às alterações introduzidas pela Reforma da **Fiscalidade Verde** (2015) e nunca negligenciando que a aceitação social das medidas ambientais na área fiscal depende, em larga medida, da perceção

clara dos seus objetivos numa perspetiva de justa repartição dos encargos (**as medidas na fiscalidade verde serão neutras do ponto de vista orçamental, com o aumento de receita a ser compensado com redução no IRS e IRC**), o desenvolvimento da fiscalidade ambiental deverá concretizar-se com base nos seguintes pressupostos: Contribuir para a eficiência na utilização dos recursos, a redução da utilização de combustíveis fósseis em linha com as metas de descarbonização estabelecidas através da correção de incentivos desadequados ainda existentes, a utilização sustentável do solo, do território e dos espaços urbanos, a indução de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, bem como fomentar o empreendedorismo e a inovação tecnológica, a criação de emprego e o crescimento sustentável; Possibilitar a diversificação das fontes de receita e contribuir para a simplificação fiscal e o alargamento da base tributável ambiental numa perspetiva de repartição equitativa de encargos, tendo em vista contribuir para a indução de comportamentos sustentáveis e a responsabilização das atividades poluidoras; Permitir a internalização das externalidades negativas para o Ambiente num contexto de neutralidade fiscal de molde a promover o crescimento económico, a proteção ambiental e a coesão social ("crescimento verde inclusivo").

Como crescer? **Conhecimento e Inovação**

Como já afirmado, o conhecimento, a inovação e a I&D têm de estar no centro da política económica. Apenas através da inovação pode Portugal subir na cadeia de valor e aumentar a riqueza nacional. Para além do ambiente económico e das infraestruturas acima referidas, a produção de ciência de acordo com os mais elevados padrões internacionais e a **qualificação dos trabalhadores, nomeadamente nas áreas CTEM** (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), são condições necessárias para a atração de centros de desenvolvimento de empresas multinacionais. Importa também criar um quadro institucional próprio para as *start-ups*, que reconheça o modelo de negócio único desta tipologia de empresas.

*É também fundamental
**incrementar a transferência
de conhecimentos das
Universidades, dos
Politécnicos e dos Parques
Tecnológicos e Incubadoras
para o meio empresarial e
empreendedor.***

É também fundamental **incrementar a transferência de conhecimentos das Universidades, dos Politécnicos e dos Parques Tecnológicos e Incubadoras para o meio empresarial e empreendedor**. As Universidades e Politécnicos são um instrumento chave na competitividade e inovação das empresas, e dada a sua dispersão por todo o território nacional um forte fator de coesão territorial e de desenvolvimento do interior. Devemos criar núcleos de inovação e I&D para as PME's.

O PSD propõe também: Programa de criação e dinamização de clusters industriais e pólos de competitividade e investigação ligando Universidades, Institutos Politécnicos e centros de investigação das empresas e associações empresariais; Plano de valorização e promoção do ensino profissional, de escolas tecnológicas e do ensino Politécnico, concebido em estreita articulação com as empresas; Programa Ensino Superior-Indústria, bem como um programa de co-financiamento de formação empresarial para os quadros das PME's;

Criar uma rede de excelência em IA que seja capaz de interligar as universidades e entidades privadas nesta área de modo a produzir conhecimento e patentes.

Promover projetos de formação de empresários, capacitando-os nas áreas da gestão; Reativar o Programa de Inserção de Doutorados nas empresas, e reforçar os programas de Bolsas de Doutoramento nas empresas; Criar novas e dinamizar as atuais unidades de interface entre as Universidades e as empresas, através de contratos-programa, sobretudo ao nível dos doutoramentos; Criar um programa realista, mas ambicioso, de endogeneização nas empresas e nos serviços públicos, através de contratação e formação de quadros superiores, dos conceitos e ferramentas ligados à indústria 4.0; Intensificar a ligação Universidades-empresas ao nível dos Politécnicos, como forma de desenvolvimento das regiões do interior, onde os Politécnicos têm hoje um papel muito relevante, mas que pode ser muito mais potenciado; Concentrar e majorar os incentivos comunitários, nos projetos que incluam uma elevada componente de inovação radical, suportada por um corpo de doutorados e mestrados nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, que garantam a viabilidade destes projetos; Fomentar um clima de cooperação entre o setor privado e as Instituições de Ensino Superior nacionais, de modo a alavancar a capacitação do tecido empresarial nacional; Criar uma rede de excelência em IA que seja capaz de interligar as universidades e entidades privadas nesta área de modo a produzir conhecimento e patentes. Esta rede também se deve dedicar ao estudo e aconselhamento ético no desenvolvimento da IA e à monitorização do impacto na sociedade, principalmente no que refere ao futuro do trabalho.

Um sistema científico e tecnológico orientado à inovação e impacto social não pode ser simplesmente um sistema massificado e global, sem foco ou prioridades. Deve, tendo em conta as especificidades nacionais, vantagens competitivas e papel de Portugal no mundo, focar-se em áreas que, num consenso nacional alargado (Estado, Instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação e comunidade científica) considerem prioritárias e que possam beneficiar da necessária massa crítica. Áreas como gestão do território, ambiente e alterações climáticas, agroalimentar, energia, saúde, aeroespacial e oceanos devem ser debatidas e equacionadas como prioritárias. São áreas nas quais dispomos de *track-record* em termos de projetos, capital humano e com elevado grau de criticidade para o nosso futuro desenvolvimento sustentável.

Um emprego mais qualificado e melhor remunerado

O emprego e a qualidade do capital humano são fundamentais para a competitividade da economia Portuguesa, assente num modelo de indústrias especializadas, com elevado valor acrescentado, que permitam empregos qualificados e melhor remunerados. Para tal são necessárias reformas estruturais e um ambiente de negócios que propicie o investimento e a inovação.

É crucial ter em conta que a procura de especialistas na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das CTEM (Ciência, Tecnologias, Engenharia e Matemática) tem crescido significativamente e prevê-se uma escassez deste tipo de formações nos vários níveis de especialização que envolvem. Os empregos nesta área são habitualmente melhor remunerados, oferecem melhores horários de trabalho, favorecem mais o

equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e a disparidade salarial entre homens e mulheres é menos acentuada do que noutras profissões. Dado o número residual de jovens raparigas e mulheres envolvidas na área das TIC e CTEM – frequentemente devido a estereótipos de género - é fundamental desenvolver programas de formação específicos de forma que o potencial que reside nestas áreas não exclua as jovens raparigas e mulheres.

É também necessário criar um ambiente de negócios amigo do investimento estrangeiro, que permita atrair empresas de base tecnológica, com as quais se estabeleceriam acordos de integração dos nossos jovens, licenciados, mestrados e doutorados pelas nossas Universidades de referência, constituindo este facto, uma vantagem comparativa para esses investimentos externos. Nesse sentido, o PSD propõe as seguintes medidas:

- **Recuperar o programa JTI – Jovens Técnicos para a Indústria**, desenvolvendo com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens licenciados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas.
- **Criar um programa TF – Tecnologias no Feminino**, assegurando a formação de um contingente significativo de jovens raparigas na área TIC, o qual, depois de incorporado no mercado, terá um efeito multiplicador e gerará uma distribuição diferente das ocupações laborais (proposta Tribolet na Subcomissão de Igualdade e não discriminação).
- **Criar um programa JDI – Jovens Doutorados para a Indústria**, desenvolvendo, com o apoio das Associações Empresariais Nacionais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens doutorados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas, substituindo, com vantagens para a economia portuguesa, o atual sistema de bolsas de investigação (Estes doutorados, integrados nas empresas, teriam prioridade na contratação, como Professores Convidados, para disciplinas aplicacionais, nas Universidade Públicas – trazendo uma maior ligação entre as universidades e as empresas, entre a teoria e a prática).
- **Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais**, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas. Por último, é necessário reforçar os mecanismos da concertação social enquanto local preferencial de construção de compromissos, de forma a criar incentivos e alinhar os interesses dos vários parceiros, tendo em vista contribuir para o aumento da produtividade nacional e a geração de emprego.

Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas.

Nesse sentido o PSD propõe promover a Agenda do Trabalho Digno e de Qualidade nas suas múltiplas dimensões: Aumento sustentado da remuneração do trabalho e dos salários médios; Reforma, em estreita articulação com os parceiros sociais, das políticas de formação inicial, de qualificação ao longo da vida e de requalificação da população activa; Estruturar e fiscalizar de forma mais efetiva a elaboração dos planos de igualdade por parte das empresas do sector público e privado; Criação de apoios económicos às empresas e IPSSs, ONGs, Instituições com fins públicos e outras que invistam na criação e manutenção de infraestruturas locais de apoio à família e apoiem a paternidade/maternidade; Reforma, em estreita articulação com os parceiros sociais, das políticas de formação inicial, de qualificação ao longo da vida e de requalificação da população activa; Promover, em sede de concertação social, um compromisso com as associações patronais com vista ao estabelecimento de um enquadramento legal que preveja o regresso ao posto de trabalho, após o gozo da licença parental, de ambos os progenitores a tempo parcial, a tempo parcial completado com teletrabalho ou exclusivamente em teletrabalho, até ao final do primeiro ano de vida da criança, por forma a que a família possa acompanhar de perto esta fase crucial do seu desenvolvimento, este gozo deverá ser partilhada em 50% pelos progenitores; Aprofundar a fiscalização e o combate à utilização injustificada de formas precárias e segmentadas de trabalho; Modernizar as políticas activas de emprego; Valorizar a importância do trabalho nos sectores direta ou indiretamente ligados com a satisfação de necessidades sociais; Prevenir e fiscalizar fenómenos de exclusão, de precarização e de violação dos direitos humanos de grupos mais vulneráveis em contextos de trabalho; Agilizar e reforçar os instrumentos de apoio à manutenção de emprego e à substituição de rendimentos em períodos de crise económica, reestruturação industrial e emergência de saúde pública; Fomentar a cooperação europeia na área da administração pública central apoiando a implementação da Estratégia de Lisboa que visa a melhoria do desempenho, competitividade e qualidade das administrações europeias, através do intercâmbio de informação, partilha de experiências e boas práticas entre os Estados membros.

Em matéria de Salário Mínimo Nacional, o PSD defende em primeiro lugar que é em sede de concertação social que o tema deve ser decidido, entre os diferentes parceiros sociais. O aumento do SMN deve estar em linha com a inflação mais os ganhos de produtividade.

O PSD procurará maximizar as oportunidades de criação de emprego sustentável e de qualidade desencadeadas pela transição económica, energética, digital e inovação tecnológica para promover a coesão territorial e repovoar o interior.

Em matéria de Salário Mínimo Nacional, o PSD defende em primeiro lugar que é em sede de concertação social que o tema deve ser decidido, entre os diferentes parceiros sociais. O aumento do SMN deve estar em linha com a inflação mais os ganhos de produtividade. A OCDE defendeu também que a decisão deveria ser tomada após a elaboração de um relatório anual técnico independente sobre o assunto.

As empresas como motor do crescimento

As empresas e a sua importância têm de estar no centro das políticas públicas. Só com crescimento económico será possível ultrapassar muitos dos problemas com que o país se confronta. Temos de criar um ecossistema em que as empresas que cumprem as leis, que inovam e criam valor e que tenham comportamentos éticos e de responsabilidade social sintam que são protegidas e defendidas. As medidas atrás defendidas apenas fazem sentido com uma mudança cultural profunda, em que o risco e o empreender sejam mais valorizados que o falhanço e o erro.

As políticas públicas têm de ser desenhadas para o atual tecido produtivo, potenciando a capacidade das empresas que já existem em Portugal, mas têm também de ser capazes de pensar nas “empresas que ainda não existem”, como refere um recente estudo da FFMS. A economia Portuguesa tem de assentar cada vez mais num trinómio empresas-universidades-inovação. Adicionalmente, a industrialização passa por um modelo de conhecimento, uma indústria 4.0 e não um modelo assente em baixos salários. A escassa mão-de-obra disponível em diversos setores obriga a que se acelere o processo de transformação da economia e da indústria e serviços Portugueses. É necessário criar uma administração pública 4.0, ou seja, uma administração pública eficiente, desburocratizada, que cumpra prazos e seja amiga do investimento e das empresas. Temos de reduzir os prazos de pagamento na economia, nomeadamente os do setor público para com as empresas. É também preciso colocar os institutos públicos de apoio ao desenvolvimento empresarial, AICEP e IAPMEI, ao serviço das empresas, em particular das mais inovadoras, fomentando a circulação de quadros entre aqueles institutos e as empresas, num processo de fertilização cruzada.

Mais e melhores oportunidades para os mais jovens

Num mundo globalizado, as oportunidades de realização profissional dos nossos jovens têm de estar, naturalmente, associadas a um conhecimento e vivência diversificada e internacional. A mobilidade dos nossos jovens é, pois, um desígnio nacional. Mobilidade entre países e regiões, entre sector público e privado, entre a academia e as empresas. Para além da mobilidade, a segunda variável crítica é a aprendizagem ao longo da vida, com regresso periódico e sistemático às instituições do ensino superior.

As ações que propomos, passam por: Fomentar e aumentar o programa Erasmus; Incentivar programas de estágios profissionais, no sector público e privado, ao longo da licenciatura e dos mestrados; Promover a melhoria curricular dos jovens que frequentaram cursos de baixa empregabilidade; Criar incentivos às empresas que, periodicamente, enviam os seus quadros jovens, de novo à universidade, para atualização, melhoria e complemento do seu conhecimento; Instituir programas de empreendedorismo e inovação, em todos os cursos superiores;

Num mundo globalizado, as oportunidades de realização profissional dos nossos jovens têm de estar, naturalmente, associadas a um conhecimento e vivência diversificada e internacional. A mobilidade dos nossos jovens é, pois, um desígnio nacional.

Mercado laboral

A fim de garantir maior proteção na eventualidade de desemprego e ainda, na eventualidade de cessação involuntária da atividade, deve ser promovida a redução dos prazos de garantia para acesso ao subsídio de desemprego e subsídio por cessação de atividade, nos seguintes termos: A redução (para metade) do prazo de garantia no acesso ao subsídio de desemprego, a fim de abranger os trabalhadores com contrato a termo certo ou incerto, que não tenha sido renovado, ou tenha caducado, no período do Estado de Emergência e no Estado de Calamidade, que não têm um registo de descontos que lhes permita aceder ao subsídio de desemprego; e ainda, a redução (para metade) do prazo de garantia do subsídio por cessação de atividade, a fim de abranger os trabalhadores independentes que cessem de forma involuntária o contrato de prestação de serviços com a entidade contratante, no período do Estado de Emergência e no Estado de Calamidade.

O PSD propõe ainda desenvolver uma **política nacional integrada de condições de trabalho**, bem como desenvolver mecanismos de agilização do mercado de emprego, facilitando o encontro entre empregadores e candidatos a emprego

Para assegurar maior coesão territorial em matéria de emprego, propomos também introduzir uma **discriminação positiva para os “territórios de baixa densidade” na promoção do emprego dos jovens e desempregados de longa duração**. Desenvolver para aqueles territórios de baixa densidade uma medida de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas – “Iniciativas Locais de Emprego – ILE’s”.

O Turismo como setor estratégico

Não podemos ignorar a importância do turismo, pelo impacto quer na criação de riqueza, quer no emprego, mas precisamos de subir na cadeia de valor e de ganhar mais quota de mercado em alguns nichos mais rentáveis e com maior valor acrescentado. O valor acrescentado da atividade turística é, no entanto, ainda muito baixo, quando comparado com outros destinos europeus, nomeadamente, Espanha, França e Itália. O aumento do valor acrescentado passa pela diversificação e sofisticação da oferta turística, aproveitando as potencialidades e especificidades de todo o território nacional. O desenvolvimento do interior do país e a melhoria da oferta cultural, são variáveis fundamentais para esse objetivo.

O principal desafio estratégico ao desenvolvimento do turismo nacional na próxima década configura-se, na nossa perspetiva, como um desafio de crescimento, mas, sobretudo, como um desafio de qualidade no crescimento, onde o primado da qualidade sobre a quantidade, e dos fluxos de valor sobre os fluxos de turistas, possa fazer o seu caminho de forma segura e sustentável, por forma a consolidar a competitividade externa do país enquanto destino turístico. Essa consolidação é absolutamente determinante, considerando o peso do setor na economia e no emprego, daí dizermos que um turismo dinâmico e robusto é indispensável ao crescimento económico do país.

O principal desafio estratégico ao desenvolvimento do turismo nacional na próxima década configura-se, na nossa perspetiva, como um desafio de crescimento, mas, sobretudo, como um desafio de qualidade no crescimento.

Para isso as medidas mais relevantes são:

Desenvolver com turismo diversificado o interior bem como o crescimento das cidades médias; Apoiar produtores culturais, sobretudo nas zonas referidas; Desenvolver programas que incrementem o turismo de natureza no nosso país; **Criar condições para a redução da sazonalidade no Algarve;** Promover uma maior integração dos diferentes organismos do turismo (e simultaneamente promover a descentralização de competências do Turismo de Portugal para as Entidades Regionais de Turismo); Reforçar as sinergias entre o turismo e outros setores da economia nacional bem como algo muito importante e totalmente na mão do Estado, que é **flexibilizar a legislação e reduzir a burocracia do setor, bem como a elaboração de uma nova “Lei de Bases do Turismo” e de um Plano de Ordenamento Turístico.** No âmbito do Banco de Fomento, e seguindo a proposta atrás para a capitalização das empresas, ativar um **quadro de apoio financeiro às empresas.** É também preciso fomentar a digitalização do setor, bem como a reconversão profissional dos trabalhadores.

É também fundamental, como discutiremos na seção das Infraestruturas, **aumentar a capacidade aeroportuária do país:** fazer da construção do novo aeroporto na zona de Lisboa, até 2025, uma prioridade nacional, bem como melhorar a capacidade dos aeroportos do Porto e de Faro. Por outro lado, Portugal deve **aumentar o investimento na promoção turística internacional,** apostando em segmentos de procura qualificada.

6. Ambiente e Sustentabilidade: motor de desenvolvimento ao serviço das pessoas

Ambiente e Sustentabilidade: motor de desenvolvimento ao serviço das pessoas

Uma política ambiental equilibrada é, antes de mais, a expressão do Direito fundamental ao Ambiente e Dever, não menos fundamental, de o defender, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, e da Lei de Bases do Ambiente.

Nos últimos 6 anos, assistiu-se a uma política errática, inconsequente e propagandística da governação socialista, cujos resultados são visíveis: o sistemático incumprimento de metas, o desperdício de capital acumulado, a descredibilização da Administração Pública e o consequente hipotecar do futuro do nosso país.

Portugal precisa de uma nova geração de políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável. Desafios como as alterações climáticas, a transição energética, a proteção da biodiversidade ou a gestão eficiente dos recursos hídricos obrigam-nos a evoluir, a inovar e a criar soluções que nos permitam enfrentar o futuro com maior resiliência.

O momento desafiante que vivemos traduz-se também numa oportunidade de desenvolvimento económico, de atração de investimento, geração de postos de trabalho e de riqueza para o País. A robustez das políticas ambientais, a utilização sustentável dos recursos existentes e a eficácia das estratégias de utilização dos fundos disponíveis no Plano de Recuperação e Resiliência e no novo quadro

PT2030, serão preponderantes para fazer face à crise económica, ambiental e sanitária que enfrentamos e garantir um futuro condizente com as legítimas expectativas dos portugueses.

Não é apenas um ato de responsabilidade no abate de passivos ambientais e de criação de um legado positivo para as gerações futuras, é também uma necessidade face ao conjunto sem precedentes de desafios que a Humanidade em geral e o País em particular enfrentam hoje.

Portugal precisa de uma nova geração de políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável. Desafios como as alterações climáticas, a transição energética, a proteção da biodiversidade ou a gestão eficiente dos recursos hídricos obrigam-nos a evoluir, a inovar e a criar soluções que nos permitam enfrentar o futuro com maior resiliência.

Para o PSD, a Pessoa está no centro da política de ambiente. O Cidadão é o ponto focal, o motor e beneficiário, na resposta aos imensos desafios que se avizinham em matérias tão distintas como a valorização das nossas riquezas naturais, a transição para um novo paradigma energético, a digitalização, a mobilidade suave, a economia circular, a emergente suficiência e racionalização na utilização dos recursos e a adaptação às alterações climáticas. Os reptos que se colocam nesta matéria são inultrapassáveis se as pessoas e a sociedade não estiverem motivadas e comprometidas em dar-lhes resposta. Para tal o Estado tem de ter a credibilidade e a garantir o envolvimento da sociedade nas políticas e na ação. É também necessário que o Estado reforce os poderes das entidades reguladoras, emane a regulamentação necessária e fiscalize adequadamente.

Chegou o momento de iniciar um novo ciclo de reformas e de combater o estado de estagnação a que se chegou com o PS no poder. Tal como no passado, em que, sob a liderança do PSD, Portugal foi pioneiro nestas matérias, defendemos um novo salto em frente: uma revolução na governação ambiental.

O desafio passa por mudar o paradigma. Há que colocar as políticas de ambiente e sustentabilidade no centro da ação governativa, com a transversalidade que se lhes impõem, em vez de serem apenas mais um domínio setorial. É fundamental integrar o ambiente e os princípios da sustentabilidade em todas as áreas setoriais governativas, assegurando a sua realização de forma transversal, interdisciplinar, consequente e colaborativa. Só com maior colaboração, transparência e interdisciplinaridade será possível recuperar metas, atingir elevados padrões de sustentabilidade e garantir Qualidade de Vida e Saúde às Pessoas e às gerações futuras.

Colocar a Sustentabilidade como um eixo central na estrutura social e económica do país

Revisão constitucional “verde”

O PSD defende que o processo de revisão constitucional a abrir tenha como um dos seus focos o aprofundamento no texto da Constituição das dimensões de ambiente e de sustentabilidade, considerando o contexto de emergência climática, a crise da perda de biodiversidade, a ameaça aos recursos naturais como a água, a subida do nível médio do mar e seus impactos nas zonas costeiras, os fenómenos climáticos extremos, os desafios da transição energética, mas também os aspetos sociais que todas essas dimensões acarretam.

O PSD defende que o processo de revisão constitucional a abrir tenha como um dos seus focos o aprofundamento no texto da Constituição das dimensões de ambiente e de sustentabilidade, considerando o contexto de emergência climática, a crise da perda de biodiversidade, a ameaça aos recursos naturais como a água, a subida do nível médio do mar e seus impactos nas zonas costeiras, os fenómenos climáticos extremos, os desafios da transição energética, mas também os aspetos sociais que todas essas dimensões acarretam.

A recente aprovação da Lei de Bases do Clima, após vários meses de trabalhos parlamentares presididos pelo PSD, mostrou que há um espírito de compromisso e de consenso em redor dos desafios ambientais. Importa que o texto fundamental reflita essas novas necessidades e compromissos. Precisamos de uma Constituição mais verde.

Desenvolver e implementar um sistema de Contas Nacionais Verdes e PIB Ambiental

Esta linha de ação visa alargar a visão do que o Ambiente representa para o país, não só nos seus parâmetros físicos, mas também em termos económicos. Propomo-nos alargar as contas económicas nacionais padrão, normalmente expressas em função do PIB, ao capital natural, medida que tem, aliás, respaldo em iniciativas europeias recentes.

Assumir a Ação Climática como prioridade efetiva

O combate às alterações climáticas e a adaptação aos seus efeitos são eixos prioritários da ação governativa e Portugal tem condições para se tornar num país de referência neste campo.

É fundamental **atualizar os instrumentos de planeamento estratégico** em linha com o reconhecimento do estado de emergência climática. De igual forma, é premente estudar a antecipação do horizonte para a neutralidade carbónica para 2045, e garantir a revisão do Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e do Plano Nacional de Energia e Clima (2030) **face aos compromissos assumidos na Lei de Bases do Clima e à revisão das metas da União Europeia**.

Pretende-se ainda lançar um novo programa, o **PACTE - Programa para Ação Climática, Transição Energética e Eco inovação**, que visa definir um quadro de medidas e de incentivos dirigidos aos agentes empresariais para desenvolverem projetos inovadores em linha com os objetivos de ação climática, sustentabilidade e aproveitamento de oportunidades de criação de novos produtos e serviços.

Capacitar as pessoas

É necessário que as pessoas estejam capacitadas para um mundo em mudança. Preconiza-se **relançar a Estratégia Nacional de Educação Ambiental**, dirigida a todas as faixas etárias da população e setores económicos, e apostar na formação profissional através da implementação de um **Programa de Requalificação do Capital Humano das Empresas de Serviços de Energia e Transportes**.

O combate às alterações climáticas e a adaptação aos seus efeitos são eixos prioritários da ação governativa e Portugal tem condições para se tornar num país de referência neste campo.

*É fundamental **atualizar os instrumentos de planeamento estratégico** em linha com o reconhecimento do estado de emergência climática.*

Incorporar o fator Sustentabilidade nas atividades de Regulação

A Regulação desempenha um papel chave numa transição racional para uma economia que se quer mais sustentável e mais competitiva, devendo contribuir para a articulação da regulação económica sectorial com as políticas nacionais de ambiente e clima. O Estado deve trabalhar junto das atividades reguladoras do setor financeiro, nomeadamente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no sentido de efetivar as diretivas europeias relativas à taxonomia, *corporate sustainability* e obrigações verdes.

Novas fileiras industriais e uma economia mais resiliente

É imperativo **renovar a estratégia visada no Compromisso para o Crescimento Verde**, cujas iniciativas devem contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal promovendo a competitividade do País e a sua afirmação internacional enquanto **referência do crescimento verde mundial**.

Para tal, proceder-se-á ao **estabelecimento fundamentado de objetivos económicos** de atração de investimento, crescimento do VAB sustentável, exportação sustentável e emprego sustentável, **incentivando as diversas fileiras industriais a construir um caminho próprio** e a **intensificar a colaboração das mesmas com as entidades do sistema científico e tecnológico nacional**.

Fiscalidade verde

A Reforma da Fiscalidade Verde - iniciada pelo PSD e considerada um exemplo internacional pelas Nações Unidas e Banco Mundial -, constituiu-se como um marco incontornável na história da Política para o Ambiente na medida em que iniciou a capacitação das pessoas para melhor quantificar o valor dos vetores ambientais. Após o abandono a que esta reforma foi votada nos últimos 6 anos, urge **retomar o percurso iniciado pelo PSD, aprofundando-o como catalisador das boas práticas ambientais e assegurando a neutralidade fiscal deste instrumento** com a consequente redução da carga fiscal sobre os rendimentos.

A Reforma da Fiscalidade Verde - iniciada pelo PSD e considerada um exemplo internacional pelas Nações Unidas e Banco Mundial -, constituiu-se como um marco incontornável na história da Política para o Ambiente.

O Ambiente como fator de coesão territorial

Os instrumentos de política ambiental, de gestão do território ou energética devem ser desenhados para incluir as pessoas e todo o património onde elas se inserem. É, neste sentido, necessário remunerar os territórios, as pessoas, dinamizando as economias locais. Propomos neste sentido: **implementar um sistema de créditos de biodiversidade**, garantir a **manutenção dos centros eletroprodutoras com fontes renováveis como polos de coesão territorial**, regulando a remuneração pelo uso do território e **envolver e premiar os municípios que mais contribuírem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal**.

Aproximar a Administração Pública do Ambiente à Sociedade

Uma Administração Pública credível, robusta, previsível, transparente e com resposta em tempo oportuno

O modo como o Estado, com as várias instituições de diferentes naturezas e responsabilidades, atua no setor do Ambiente é complexo, exigindo particular atenção à necessidade premente de se transitar para um modelo de economia mais sustentável. É urgente **proceder à reformulação da organização da Administração Pública e instituições envolvidas na governação em matérias de Sustentabilidade, focar a Administração Pública nas suas missões fundamentais** (regulamentação, licenciamento, monitorização e respetiva análise, fiscalização /inspeção) e **rever a articulação estratégica e operacional** entre os vários organismos dentro da Administração Pública. Simultaneamente, deve-se **proceder à revisão da legislação ambiental, promovendo a sua codificação**.

Desconcentração da Administração Pública do Ambiente

As questões ambientais têm de ser equacionadas ao nível global, mas é localmente que as medidas têm de ser aplicadas, em função das especificidades presentes. É neste contexto que se propõe o **desenvolvimento de um modelo mais concertado de concretização territorial das políticas de Ambiente e de Conservação da Natureza envolvendo os municípios e o reforço do envolvimento da Sociedade Civil, nomeadamente os Movimentos e Organizações Não-Governamentais para o Ambiente, na definição das políticas nacionais para o Ambiente e na condução de projetos**.

Portal Único do Licenciamento que atavesse toda a Administração Pública, tanto a Central como a Local, que assegure transparência, obtida a partir da digitalização integral do processo de licenciamento e que disponibilize de um modo claro e acessível as regras necessárias para o cumprimento do normativo aplicável e das respetivas tomada de decisão pelos órgãos competentes.

Um portal único e transversal para os atos de licenciamento

Apesar dos vários esforços passados no sentido de simplificar o licenciamento de atividades que impliquem ocupação de território, ainda é significativa a perceção de falta de credibilidade e transparência assim como o cumprimento de prazos aceitáveis nestes processos. O PSD, como governo, já foi responsável por grandes avanços na matéria, destacando-se o regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA), concebido com o objetivo de simplificar, harmonizar e articular os vários regimes de licenciamento no domínio do ambiente e, com isso, atrair investimento e criar emprego.

Trata-se de agora de retomar o aprofundamento desta abordagem alargando-a a toda a Administração Pública e assegurando total transparência e abrangência dos processos de licenciamento, algo a que nos propomos com o **Portal Único do Licenciamento que atravessasse toda a Administração Pública, tanto a Central como a Local, que assegure transparência, obtida a partir da digitalização integral do processo de licenciamento e que disponibilize de um modo claro e acessível as regras necessárias** para o cumprimento do normativo aplicável e das respetivas tomada de decisão pelos órgãos competentes.

Programa AIA 2.0 - Inteligência artificial aplicada à Avaliação de Impacte Ambiental

O regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental já teve várias evoluções e revisões. Foram desenvolvidos milhares de procedimentos, por todo o país, incluindo estudos que consideraram múltiplos descritores. Todo o capital acumulado de conhecimento deve ser integrado num sistema tecnológico inteligente que sirva de base à realização de Estudos de Impacte Ambiental e de referencial para as entidades que têm de se pronunciar e de decidir. Atualmente, urge modernizar esta metodologia, e com as ferramentas tecnológicas existentes. Propomo-nos a **criar um instrumento de apoio aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, o programa AIA 2.0, com recurso a tecnologias de inteligência artificial** visando a credibilização e robustecimento dos processos de desenvolvimento dos estudos e das avaliações de impacte ambiental e a tomada de decisão de forma fundamentada, consistente e coerente.

Uma fiscalização efetiva e consequente

A fiscalização é essencial para prevenir e punir a ocorrência de atos lesivos ao ambiente. Trata-se de um exercício cada vez mais exigente cuja efetividade passa por uma aposta no **reforço dos meios tecnológicos de fiscalização**, do **envolvimento da sociedade civil** e num maior aproveitamento **da capacidade de intervenção do SEPNA/GNR**, melhorada com o apoio técnico especializado dos vários serviços da Administração do Ambiente.

Governança do Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental, desde a sua criação, tem tido um conjunto de sucessivas deformações da missão a que se propôs e, sobretudo, das missões a que propunham um conjunto de demais fundos atuantes nas áreas do ambiente, energia e inovação. Esta realidade agravou-se com a incorporação de fundos desenhados com propósitos específicos e financiados, em grande medida, com impostos, taxas ou contribuições especiais.

*Para uma correta utilização das receitas tributárias que financiam hoje o Fundo Ambiental, é premente a **definição de critérios de afetação das receitas do Fundo Ambiental** consagrando os fins específicos a que as receitas tributárias se destinam.*

Atualmente, a forma arbitrária e opaca com que o Fundo Ambiental é gerido, gera desconfiança e grande preocupação. Para uma correta utilização das receitas tributárias que financiam hoje o Fundo Ambiental, é premente a **definição de critérios de afetação das receitas do Fundo Ambiental** consagrando os fins específicos a que as receitas tributárias se destinam, bem como a identificação e estruturação **das suas áreas de atuação**, estabelecendo de modo inequívoco a tipologia de projetos a financiar.

Impõe-se a redução da discricionariedade na aprovação de projetos a financiar, a monitorização e a avaliação dos resultados, assegurando-se o **reforço das regras de transparência, de boa gestão e fiscalização**.

Tornar os territórios mais resilientes e sustentáveis

Integrar a adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial

A inevitabilidade das Alterações Climáticas obriga à definição e execução de estratégias de adaptação às mesmas. O país tem de se preparar mais para um clima mais quente e com mais eventos climáticos extremos.

É necessário **rever a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e integrar essa mesma adaptação nos instrumentos de gestão territorial**, incluindo **regras de construção e de ordenamento do território que tenham em conta as condições climáticas futuras e a ocorrência de eventos meteorológicos extremos**. Este exercício deve ser conduzido com quem lida de modo mais próximo com o território e, nesse sentido, apontamos ao envolvimento dos municípios e das comunidades intermunicipais.

Pretendemos também **aumentar a capacidade de captura de dióxido de carbono**, primariamente **com recurso às florestas e à arborização urbana** mas também através da **promoção da inovação tecnológica**, envolvendo o Sistema Tecnológico e Científico Nacional.

O Programa Litoral - a primeira linha da defesa contra as alterações climáticas

A preocupação com o litoral e com a defesa da orla costeira sempre foi marca da política do PSD, cuja coragem nesta matéria ficou bem patente na sua ação governativa, quer na ação contra os interesses instalados, quer pelo assumir de medidas contra o perpetuar de situações de ordenamento do território irregulares, independentemente da impopularidade das mesmas.

Apesar da existência de instrumentos como a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira de 2009, da reflexão aprofundada e definição de planos de ação pelo Grupo de Trabalho do Litoral em 2014 e do consequente planeamento atempado dos instrumentos financeiros, nomeadamente os previstos no Portugal 2020 (para o período 2014-2020), nem a exposição do litoral português ao risco diminuiu, nem a pertinência de atualizar a estratégia foi considerada pela governação socialista dos últimos anos.

Propomo-nos **definir um novo modelo de governação para o litoral** por via da revisão da Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, a incluir a gestão sistémica de sedimentos que visem a reposição do ciclo sedimentar natural, a **concluir a elaboração dos Planos da Orla Costeira em falta** e a **concretizar as ações de proteção de pessoas e bens previstas**, nomeadamente as que ficaram suspensas durante a apatia governativa dos últimos anos.

Programa Foz - Restauro e revitalização das zonas estuarinas

As principais cidades de Portugal cresceram em redor de estuários, tirando partido dos seus recursos naturais e das suas vantagens geográficas. Contudo, a expansão urbana trouxe problemas ambientais muito diversos, debilitando o funcionamento dos ecossistemas. Por outro lado, o défice de planeamento trouxe dificuldades para as populações em matéria de transportes, habitação, instalação de atividades económicas, industriais e portuárias. Entre as duas margens dos estuários geraram-se interações que nos levaram a ter, na prática, cidades que funcionam em conjunto, mas que são geridas separadamente.

Propomo-nos a **criar um programa de financiamento destinado a intervenções integradas nas áreas urbanas em redor dos principais estuários nacionais**, visando o restauro ecológico, a adaptação às alterações climáticas, a regeneração urbana e a mobilidade sustentável, recuperando territórios e contribuir para a sua revitalização ambiental e socioeconómica. O Programa FOZ, mobilizando recursos financeiros de várias componentes do PRR, **apoiará projetos colaborativos dos municípios em redor de áreas estuarinas**, envolvendo vários outros agentes em candidaturas abrangentes e transformadoras que beneficiem as populações locais.

Programa Bairros + Sustentáveis

Criar Programa Bairros + Sustentáveis - programa de apoio dirigido à implementação de medidas eficiência energética em duas tipologias de territórios urbanos com maiores vulnerabilidade sociais e riscos de pobreza energética - bairros sociais e bairros históricos, ao abrigo do PRR, complementar ao programa Edifícios + Sustentáveis que apoia beneficiários individuais, visando ter intervenções conjuntas, com maior dimensão, obtendo economias de escala, permitindo intervir também em espaços comuns (áreas de condomínios, por exemplo no isolamento de fachadas) e ter sistemas partilhados de energia (painéis solares, caldeiras, bombas de calor).

Propomo-nos definir um novo modelo de governação para o litoral por via da revisão da Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, a incluir a gestão sistémica de sedimentos que visem a reposição do ciclo sedimentar natural, a concluir a elaboração dos Planos da Orla Costeira em falta e a concretizar as ações de proteção de pessoas e bens previstas, nomeadamente as que ficaram suspensas durante a apatia governativa dos últimos anos.

Articulação das diferentes redes de monitorização ambiental

Existem imensas redes públicas de monitorização das condições ambientais com fins múltiplos, geridas por organismos diferentes, sejam da Administração Pública Central ou Local. Trata-se de um conjunto alargado de dados que, pese embora alguns esforços, dificilmente são acessíveis de um modo integrado à Sociedade Civil e são ainda menos percebidos por ela como fontes de informação e conhecimento.

Neste contexto e tomando como modelo o conceito do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, propõe-se o **estabelecimento de um portal integrado com os parâmetros monitorizados necessários para a gestão alargada do ambiente**, alimentado pelas diversas redes existentes, operadas em conformidade com os requisitos do Sistema Português da Qualidade e por laboratórios acreditados para o efeito e **produzindo em tempo real indicadores adequados às diferentes necessidades dos vários utilizadores**.

O solo que habitamos

Após 6 anos de negligência governamental, urge aprovar o **novo regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos (PROSOLOS)**, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana e garantir a **elaboração do Atlas de Solos Contaminados**. Trata-se de uma ferramenta que se encontra no caminho crítico para a **adoção de uma estratégia de proteção do solo que obrigue as empresas que desenvolvam atividades perigosas, a avaliar a qualidade dos respetivos solos e a assumir a responsabilidade pela descontaminação**, de modo a prevenir futuros passivos ambientais e proceder à resolução de vários passivos ambientais espalhados pelo território.

Após 6 anos de negligência governamental, urge aprovar o novo regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos (PROSOLOS), com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana e garantir a elaboração do Atlas de Solos Contaminados.

Num plano diferente, deve-se também garantir que o **aproveitamento dos recursos geológicos e dos depósitos minerais é feito com critérios de sustentabilidade, acautelando a proteção de áreas ecologicamente sensíveis e o interesse das populações locais**.

Reverter os passivos ambientais

É necessário reverter o panorama preocupante relativo à existência de passivos ambientais dispersos pelo território nacional. Os projetos de recuperação e requalificação ambiental realizados na última década foram manifestamente insuficientes, sendo necessário colocar mais investimento e dinamismo

neste processo. Particularmente crítica é a **elaboração de um plano de requalificação ambiental de áreas industriais e mineiras degradadas**.

Num plano distinto, os rios portugueses apresentam um elevado nível de barreiras físicas, como açudes e barragens já sem utilização que contribuem para a perda de biodiversidade e para a erosão costeira. Apesar das intenções manifestadas pelo governo, a ação foi praticamente nula nesta matéria. É necessário **remover as barragens e açudes referenciados como obsoletos e elaborar o Cadastro Nacional de Continuidade Fluvial** identificando de forma abrangente barreiras físicas a remover visando o restauro dos ecossistemas.

A remoção do amianto das escolas foi outro processo caracterizado por uma incapacidade tremenda de execução. Nem o tempo de paragem das escolas em resultado da pandemia por COVID-19 foi aproveitado para as operações de remoção do amianto. É fundamental **concluir com celeridade o processo de remoção do amianto nas escolas**, assim como **planear a remoção de amianto de outros edifícios públicos e criar condições de financiamento das intervenções**. Simultaneamente, deve-se **auditar a deposição dos resíduos de construção e demolição com amianto em aterro**, avaliando riscos e práticas de acondicionamento indevidas que se possam traduzir em futuras contaminações.

Os ecossistemas - fábricas de vida:

A valorização e preservação do património natural é um elemento fulcral na construção de sociedades mais sustentáveis, justas e prósperas. Não é possível encarar o desenvolvimento sustentável sem conferir à temática da natureza e da biodiversidade um papel central, enquanto pilar no domínio do ambiente. Assim, propomos a **revisão do modelo de administração das áreas protegidas e a reintrodução da figura de diretor executivo, garantir que a cogestão tem em consideração objetivos e indicadores relacionados com a recuperação de espécies e habitats e reforçar o investimento na preservação, prevenção e restauro dos ecossistemas e da proteção da biodiversidade**.

Simultaneamente, **promoveremos a participação ativa na gestão internacional da biodiversidade**, quer no quadro das convenções e acordos multilaterais, na União Europeia, quer no espaço da Península Ibérica, quer na Lusofonia, mobilizando os diferentes atores e setores nacionais nessa participação.

A remuneração dos serviços dos ecossistemas

O PSD defende uma mudança do paradigma vigente, rompendo com a dispersão, ineficiência e falta de capacidade que o setor da conservação da natureza e biodiversidade tem tido até à data.

É premente a **revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**, conferindo-lhe credibilidade e fazendo desta um verdadeiro instrumento de gestão de um ativo nacional de interesse estratégico.

*É fundamental **concluir com celeridade o processo de remoção do amianto nas escolas**, assim como **planear a remoção de amianto de outros edifícios públicos e criar condições de financiamento das intervenções**.*

*É premente a **revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**, conferindo-lhe credibilidade e fazendo desta um verdadeiro instrumento de gestão de um ativo nacional de interesse estratégico.*

Neste sentido promoveremos **a avaliação integrada e completa do valor económico, atual e potencial, associado aos bens e serviços ecossistémicos e a definição clara e transparente da remuneração desse valor.**

Também redefinição da rede nacional de áreas protegidas, com vista a reforçar a conservação e utilização sustentável dos elementos da biodiversidade mais relevantes, dotando-as de estatuto e modelos de gestão mais eficientes, credíveis, participados e capazes de reduzir os conflitos entre as partes interessadas, está dentro das prioridades de execução do nosso programa.

Uma gestão diferenciadora espaço florestal

A floresta tem um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios rurais, em temas que vão desde a resiliência territorial ao ciclo da água, à biodiversidade e à economia no seu conjunto. Propomo-nos nesse sentido a definir e **implementar um modelo de Sociedades Gestoras dos Restos Florestais**, entidades reguladas com responsabilidades de gestão operacional da biomassa residual em fim de vida para uma determinada área geográfica e com objetivos específicos de prevenção e preservação, recolha e valorização.

Paralelamente, propomo-nos a **aumentar a Biodiversidade Florestal, implementar um Programa de Aconselhamento e Assistência Técnica aos produtores florestais**, visando promover o investimento suportado na melhor informação técnica e garantir o acesso à informação sobre os instrumentos de apoio que tem à sua disposição e **incentivar a modernização e capacitação de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços**, no sentido de incorporarem pessoal qualificado e atingirem padrões de qualidade elevados nas obras que executam, integrando boas práticas e protegendo solos e os recursos hídricos.

Colocar a Economia Circular a circular

Uma nova vida para os resíduos

Portugal tem apresentado nos anos mais recentes um fraco desempenho na sua política de gestão dos resíduos, aspeto mais visível no incumprimento generalizado de metas. Para tal contribuem, entre outras, uma excessiva interferência governamental na esfera regulatória, a concretização deficiente das medidas previstas nos planos estratégicos e a incapacidade de atuação por parte das entidades fiscalizadoras.

Procederemos à **revisão do quadro atual de planeamento setorial e identificaremos medidas adicionais**, em concertação com os agentes do setor, para **recuperar as metas** existentes e em estado de incumprimento. **Concluiremos o PERSU2030, assegurando os meios necessários para a sua execução.**

Iremos **assegurar a separação funcional das atividades de regulamentação e a verificação do seu cumprimento e da regulação, garantindo a independência dos organismos** e serão **efetivadas as regras de governação das sociedades gestoras** dotando a APA de meios para as fiscalizar e a ERSAR para atuar na regulação financeira das mesmas, corrigindo, sempre que necessário o seu funcionamento.

Será promovida a existência de **sociedades gestoras de resíduos para os fluxos** ainda não cobertos e atuar-se-á no sentido de **corrigir os desequilíbrios financeiros da gestão dos fluxos de resíduos** atuando na fonte, revendo o ecovale associado aos produtos.

Será dada particular atenção à **ecoinovação em toda a cadeia de valor**, desde a produção dos bens até à recolha, separação e tratamento os resíduos e sua reintrodução na economia e o setor empresarial será envolvido **na definição do destino final de resíduos** que atualmente não têm colocação, recorrendo a **bolsas de resíduos**.

Serão criadas as condições para o funcionamento eficaz do circuito de recolha e tratamento dos bioresíduos, e avaliados os resultados dos sistemas de depósito que têm vindo a ser implementados, incluindo modelo de operação, tecnologias e incentivos, **identificando condições para uma adoção mais abrangente e fomentando essa adoção.**

Serão criadas as condições para o funcionamento eficaz do circuito de recolha e tratamento dos bioresíduos, e avaliados os resultados dos sistemas de depósito que têm vindo a ser implementados, incluindo modelo de operação, tecnologias e incentivos, identificando condições para uma adoção mais abrangente e fomentando essa adoção.

Programa de Compras Públicas Circulares e Ecológicas

O papel do Estado passa também por imprimir na administração pública uma maior consciência ambiental, especialmente no que diz respeito à sua forma de investir, comprar e adquirir serviços, adotando o critério de sustentabilidade, a par dos critérios financeiros. Neste âmbito propomos, antes de mais, **avaliar o cumprimento das metas** da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e posteriormente **elaborar um novo programa de Compras Públicas Circulares e Ecológicas** vinculando toda a administração pública à inclusão de critérios ambientais nos seus procedimentos de aquisição.

Trata-se uma evolução muito significativa na medida em que todas as **aquisições inseridas no âmbito da contratação pública serão baseadas na matriz eficiência** (ao invés de objetivos de dimensão e escala das infraestruturas) e **antecedidas de uma avaliação dos respetivos efeitos não só económicos e orçamentais mas também e ambientais.**

Sistema de Rótulo Ecológico

Os critérios de avaliação do desempenho ambiental dos produtos e bens serão uma realidade cada vez mais próxima do tecido industrial europeu e, em particular, do nacional. Instrumentos como o Rótulo Ecológico da União Europeia e a Diretiva de Ecodesign terão o seu âmbito alargado e incluirão critérios de avaliação dos impactos dos produtos não apenas, em termos das emissões diretas geradas durante a fase do respetivo uso, mas também emissões integradas de um produto ao longo de seu ciclo de vida começando na extração.

Conscientes da necessidade de preparar a indústria nacional para esta evolução, propomo-nos a **trabalhar com as diferentes fileiras para definir agendas setoriais de rotulagem ecológica dos produtos** que permitam não só manter quota na exportação como aumentá-la.

Uma nova energia para o setor energético

Portugal é um crónico importador de bens energéticos e, por isso, sujeito à volatilidade dos preços das fontes de energia, muito associada a riscos de natureza geopolítica, e que constitui um vetor muito relevante de risco económico.

É consensual na sociedade portuguesa a necessidade de endogeneizar a energia diminuindo a dependência energética e fazendo-o de um modo que aumente a competitividade da economia. Este consenso é traduzido num conjunto de políticas que, com maiores ou menores solavancos, manteve-se fiel ao conceito introduzido em 2001 com o programa Eficiência Energética e Energias Endógenas e à estabilidade regulatória necessária.

Exemplo disto é a manutenção dos instrumentos criados no último governo PSD, na altura amplamente criticados pela esquerda parlamentar, mas que hoje são mantidos pelo governo socialista e permitem ao consumidor português de eletricidade encarar a evolução tarifária a curto e médio prazo com menos pessimismo que a maioria dos restantes cidadãos europeus.

Os desafios colocados pela já iniciada, mas ainda insuficiente, descarbonização do setor energético e, para todos os efeitos, da economia em geral, são uma premência nacional. De igual modo, é necessário assegurar que a energia é um fator de competitividade da indústria nacional e que é acessível aos consumidores, particularmente os mais vulneráveis.

Exige-se uma ação global traduzida nas medidas abaixo descritas, através de instrumentos legislativos e regulamentares adequados, sem conflito com a segurança jurídica e estabilidade regulatória que se exigem num setor tão fundamental para o País.

*Conscientes da necessidade de preparar a indústria nacional para esta evolução, propomo-nos a **trabalhar com as diferentes fileiras para definir agendas setoriais de rotulagem ecológica dos produtos** que permitam não só manter quota na exportação como aumentá-la.*

Agir para mitigar a alta dos preços da energia

Os preços da energia, em particular gás natural e eletricidade, atingiram em 2021 valores impensáveis. É neste contexto e dentro da margem de manobra das nossas obrigações comunitárias que nos propomos **promover a adaptação tecnológica da indústria** sem distorcer a concorrência no mercado interno e a **aprofundar o diálogo com os parceiros europeus** no sentido de reformar os mercados internos de energia, particularmente os da eletricidade. **Retomar a Portaria 24-A/2016 no ajustamento entre o ISP e os preços do petróleo e procurar formas de reduzir o custo da eletricidade**, incluindo analisar em permanência nesta matéria o diferencial fiscal com Espanha, procurando mitigar os problemas transfronteiriços.

Estabelecer um Programa de Eficiência e Suficiência Energéticas

Propomos o estabelecimento de uma **Estratégia Nacional de Eficiência e Suficiência Energética** assente na lógica da redução das necessidades energéticas. A estratégia procurará privilegiar o programa de financiamento no modelo de serviços de energia, potenciando assim um novo ecossistema de empresas ESCO (*Energy Service Company*) que já tem gozado de um sucesso apreciável no que à iluminação pública diz respeito. Dinamiza-se deste modo este mercado, tanto do lado do financiamento como da promoção das melhores soluções técnicas, elevando a incorporação de valor e o *know-how*.

Especificamente para os edifícios, a estratégia terá na sua base o Sistema de Certificação Energética de Edifícios (SCE) e a experiência adquirida nos sistemas de certificação de sustentabilidade da construção existentes para definir o Certificado da Pegada Ecológica do Edifício que abranja todo o nexus energia-água-materiais-

*Propomos ainda como medidas transversais a **implementação da taxa do IVA reduzida e de deduções fiscais para bens e equipamentos energética e ambientalmente eficientes**, o relançamento do **programa Água Quente Solar** com mais 1 milhão de m² de painéis solares em Portugal até 2030 e a **definição de benefícios fiscais na aquisição de serviços de energia**.*

Retomar a Portaria 24-A/2016 no ajustamento entre o ISP e os preços do petróleo e procurar formas de reduzir o custo da eletricidade.

-saúde e incluindo a **revisão dos critérios de classificação energética dos imóveis** – antecipando o que será o regime climático das diferentes regiões do país nos próximos 50 anos, na **regulamentação da utilização dos modelos Building Information Model (BIM)**. Propomos ainda como medidas transversais a **implementação da taxa do IVA reduzida e de deduções fiscais para bens e equipamentos energética e ambientalmente eficientes**, o relançamento do **programa Água Quente Solar** com mais 1 milhão de m² de painéis solares em Portugal até 2030 e a **definição de benefícios fiscais na aquisição de serviços de energia**.

É com este contexto de Estratégia Nacional que se pretende estabelecer um subprograma específico de **Combate à Pobreza Energética** das famílias visando a execução de obras e de famílias de baixos rendimentos (como defendemos no Programa Estratégico e dos Fundos Europeus, e como referido no capítulo dedicado à pobreza, através de um programa de financiamento de obras nas habitações das 150 mil famílias com menores rendimentos), **através de Contratos Locais de Combate à Pobreza Energética entre o Estado Central e o Poder Local, o reforço do Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, o ECO.AP 2030, de meios para atingir um nível de eficiência A em todos com exceção naqueles em que tal desiderato não colida com valores arquitetónicos e culturais**, uma dedicação particular ao setor industrial através da **Elaboração de abordagens setoriais** incorporadoras das idiossincrasias dos processos industriais e respetivos produtos, promovendo o aproveitamento descentralizado de fontes renováveis de energia assim como de tecnologias ligadas ao hidrogénio e outros vetores de fonte renovável. Simultaneamente, promoveremos agendas de **promoção de atividades de formação e projetos de Investigação e Desenvolvimento** conjunto entre instituições do Sistema Científico-Tecnológico Nacional e a Indústria e **dinamização do mercado das empresas de serviços de energia**, promovendo do emprego qualificado, circularidade, descarbonização das cadeias de valor e aposta nas cadeias de valor locais.

Ultrapassar o paradigma do consumidor

É necessário **promover o cidadão como verdadeiro ator da energia**, na sua habitação e na mobilidade, através de um melhor uso da energia, e maior aposta nas renováveis descentralizadas e no armazenamento descentralizado. Nesse sentido, iremos **dinamizar as Comunidades Energéticas**, reconhecendo-lhes o papel de motores da descentralização e atomização da geração de eletricidade e/ou geração e distribuição de calor e **incentivar a participação da sociedade civil no investimento em centrais electroprodutoras de base renovável**, criando um enquadramento regulatório favorável à participação de cidadãos nos investimentos em centrais electroprodutoras de base renovável.

Reforçar estabilidade do sistema e promover a dinamização de um mercado mais organizado, mais competitivo e mais transparente.

A crescente participação da eletricidade de origem renovável no mercado tem de ser acompanhada da entrada de novos mecanismos de remuneração da energia que vão substituindo aqueles cuja vigência finda – o preço de toda a eletricidade também tem de ser descarbonizado. Não é, contudo, possível proceder a um redesenho dos mercados num espaço exclusivamente nacional: o país está integrado no Mercado Ibérico de Eletricidade e é cumpridor com as Diretivas Europeias aplicáveis. Ainda assim, e dentro da margem de manobra que o país tem, propomo-nos a **anular a dívida tarifária, afetando as verbas provenientes da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE) exclusivamente a este de-**

*Ainda assim, e dentro da margem de manobra que o país tem, propomo-nos a **anular a dívida tarifária, afetando as verbas provenientes da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE) exclusivamente a este de-***

siderato. Uma vez anulada a dívida tarifária, o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (FSSSE) deverá focar-se em **garantir que a transição para um novo paradigma energético se processe de modo suave** e sem disrupções significativas ao nível dos custos para os cidadãos. Propomo-nos ainda a **implementar mecanismos necessários à massificação do estabelecimento de Power Purchase Agreements**, bilaterais ou multilaterais, diretos entre geração e comercialização / consumidores industriais, diretos e a **reforçar a capacidade do consumidor em comparar os vários tarifários**, através da informação constante na própria fatura.

Reforço da resiliência das infraestruturas de transporte e distribuição de energia

Os desafios que hoje se colocam às infraestruturas de transporte e distribuição tornam premente a **conclusão do processo de atribuição das concessões de exploração das redes de distribuição** assim como o **reforço do investimento na infraestrutura de distribuição, nomeadamente no reforço da sua capacidade**, assegurando a adaptação os riscos associados às alterações climáticas, e **na instalação de contadores inteligentes**, através de concurso internacional que inclua componente industrial. **Prosseguiremos ainda com as negociações com Espanha e França visando o reforço das ligações elétricas ao resto do continente europeu**, assegurando capacidade exportadora e segurança no abastecimento, mas sem perder o racional sobre as mais-valias destes investimentos para a economia nacional.

Prosseguiremos ainda com as negociações com Espanha e França visando o reforço das ligações elétricas ao resto do continente europeu, assegurando capacidade exportadora e segurança no abastecimento, mas sem perder o racional sobre as mais-valias destes investimentos para a economia nacional.

Diversificar as fontes de energia

Não é saudável para um sistema energético de um país com as nossas características ou com os nossos compromissos internacionais estar dependente de uma única fonte de energia. A diversificação é importante desde que acompanhada de um racional económico. Neste sentido, propomos o **incentivo à substituição do gás natural em processos industriais por gases de origem renovável** assim como a **diversificação das fontes de alimentação das redes de gás com gases de origem renovável**, a definição de um **enquadramento que fomente mecanismos promotores de cooperação** entre operadores da agropecuária e responsáveis por instalações de produção de biogás, e **es-**

tabelecendo uma remuneração regulada da venda de bio metano à rede, o apoio ao **desenvolvimento de instalações piloto P2G (power-to-Gas)** de produção de gases renováveis em **projetos conjuntos com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional** e estabelecer um **Plano Nacional para a Biomassa Florestal**, promovendo-se a construção de uma **rede de pequenas biorefinarias** em todo o território nacional, com rendimento global superior a 60%.

Promover o valor acrescentado da indústria da energia

Existe toda uma cadeia de valor associada à energia com um peso muito significativo na economia nacional. Trata-se de uma dinâmica que deve ser estimulada, enetando políticas que visem **acentuar a inovação, tanto tecnológica como em modelos de negócio**, como parte do ADN de uma nova energia do setor traduzida em benefício económica para o país como um todo, **dedicar especial atenção ao capital de conhecimento acumulado nos vários centros de saber e desenhar modelos de contratação de energia capazes de atrair e dinamizar fileiras industriais.**

***Dedicar especial atenção
ao capital de conhecimento
acumulado nos vários centros
de saber e desenhar modelos
de contratação de energia
capazes de atrair e dinamizar
fileiras industriais.***

7. Valorizar os recursos naturais

Capital natural e ambiente

Portugal tem alguns recursos endógenos, como o seu solo agrícola, o subsolo mineral, a floresta, a água, o mar e o sol que têm de ser bem aproveitados, com eficiência e sustentabilidade. Numa era em que as sociedades mais avançadas assentam o seu desenvolvimento sobre os pilares do conhecimento, da inovação e da capacidade de formar e valorizar o talento das novas gerações, os recursos endógenos, por mais limitados que sejam, acabam por adquirir um valor adicional pela escassez e unicidade que representam.

Precisamos mobilizar a investigação científica e a inovação para a valorização dos nossos recursos endógenos, a começar pela preservação e valorização do nosso capital natural, do enorme potencial que representa a água, o mar, a agricultura e a floresta. Precisamos de aprofundar os mecanismos da economia circular para que o legado que recebemos das anteriores gerações possa ser transmitido às novas, se possível acrescido, ou, pelo menos, preservado.

Precisamos mobilizar a investigação científica e a inovação para a valorização dos nossos recursos endógenos, a começar pela preservação e valorização do nosso capital natural, do enorme potencial que representa a água, o mar, a agricultura e a floresta.

Gerir a Água - um bem cada vez mais precioso

Um novo modelo de gestão da água

Na atualidade, por força dos efeitos já sentidos das alterações climáticas, a concorrência para a utilização da água é já uma realidade sentida e crescente. O modelo de gestão da água vigente, ainda que assente em princípios corretos, a Gestão por Região Hidrográfica, com a participação dos seus vários utilizadores, não está a conseguir responder aos novos desafios, muito pela falta de uma real capacidade de gestão, aspeto agravado num cenário de crescente escassez do recurso.

Portugal precisa, pois, de investir de forma estrutural na resolução do problema de gestão de recursos hídricos nacionais. O país tem uma necessidade premente de reduzir a escassez hídrica, bem como a dependência de água proveniente de rios com nascente em Espanha.

Para agravar, a especificidade das nossas bacias Hidrográficas, com prevalência de rios partilhados com Espanha, e a nossa situação geográfica a jusante dos mesmos, coloca-nos numa posição delicada que os acordos internacionais não têm conseguido mitigar.

Portugal precisa, pois, de investir de forma estrutural na resolução do problema de gestão de recursos hídricos nacionais. O país tem uma necessidade premente de reduzir a escassez hídrica, bem como a dependência de água proveniente de rios com nascente em Espanha.

Para ultrapassar desafios como estes, teremos que utilizar uma nova estratégia para a gestão dos Recursos Hídricos que terá por um lado de constituir o principal desiderato do 3.º ciclo de planeamento (2022-2027) dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, e por outro a necessidade de aplicar novas formas de gestão.

Assim, proceder-se-á ao **reforço da capacidade interventiva das entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos das Regiões Hidrográficas**, dotando-as de competências, meios técnicos e financeiros adequados para fazerem cumprir a legislação existente e à **integração do conceito de gestão integrada dos recursos hídricos disponíveis no modelo de gestão das Regiões Hidrográficas**. Ao mesmo tempo, é necessário **assumir a gestão numa lógica de fins múltiplos**, integrando na matriz de decisão todas as utilizações dos recursos hídricos dentro da região hidrográfica, humanas e naturais. Ainda numa abordagem ao modelo, impor-se-á o **envolvimento efetivo na**

gestão por parte de todos os agentes nacionais, regionais e locais, de natureza pública e privada e reforçar a coordenação com Espanha no caso das bacias internacionais.

Numa lógica de contribuição para a coesão territorial, prosseguir-se-á com a **reestruturação do sector das águas, i.e. a agregação dos sistemas multimunicipais em sistemas de maior dimensão**, permitindo aumentar a produtividade e reduzir as tarifas (mais altas) pagas no interior face às do litoral. Ao mesmo tempo, deve-se **rever e adaptar o balanço entre oferta e procura de água numa perspetiva integrada**, elaborando os estudos e planos de ação visando a adaptação às alterações climáticas das bacias hidrográficas.

Em particular no que respeita à **bacia Hidrográfica do Tejo e das Ribeiras do Oeste**, prevê-se a criação de **uma região piloto para aplicação dos conceitos de Gestão Integrada de recursos, numa lógica de fins múltiplos, apoiada na corresponsabilidade e parceria com os utilizadores**. Ainda neste território, serão envidados esforços para, no âmbito da União europeia, **desenvolver uma Macro Região**, destinada a melhor gerir os caudais internacionais, com particular incidência no estabelecimento e garantia dos caudais ecológicos.

Prevê-se **melhorar a rede de monitorização quantitativa e qualitativa das massas de água contribuindo para uma melhor implementação dos planos de gestão**, incluindo a definição dos caudais ecológicos e a disponibilização desses dados a todos os interessados. Esta ação é particularmente importante para operacionalizar **estratégias preventivas e de gestão de risco de cheias, seca e poluição accidental e da concretização das medidas de adaptação às alterações climáticas**. Deve ainda ser prosseguido o objetivo de melhorar o estado das massas de água, concretizando **a meta de ter 100 % das massas de água nacionais com qualidade “Boa ou Superior” até ao final da década.**

A **preparação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2030**, após avaliação e revisão do anterior programa, está no caminho crítico da adoção de novas medidas de eficiência hídrica em geral mas, com maior relevância, nos setores com maior consumo de água. A resposta a dar terá de passar, pelo **desenvolvimento de projetos de reutilização de água, tanto ao nível residencial como na rega e na limpeza urbana** e pela **certificação e rotulagem hídricas em equipamentos e edifícios**, assim como pela maior integração, sem acréscimo de custos para os consumidores, de **tecnologias de informação e comunicação** nas redes de distribuição de água.

É ainda necessário **assumir os aquíferos como instrumento fundamental para a resiliência dos recursos hídricos às alterações climáticas**, na medida em que se constituem como enormes volumes armazenados sem recurso a barragens, e **desenvolver uma estratégia de salvaguarda das águas subterrâneas**. Propõe-se ainda **desenvolver um projeto piloto de recarga de aquíferos** destinado a valorizar a capacidade de resiliência dos mesmos, reforçando a sua capacidade de armazenamento recorrendo e de regularização de caudais.

A preparação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2030, após avaliação e revisão do anterior programa, está no caminho crítico da adoção de novas medidas de eficiência hídrica em geral mas, com maior relevância, nos setores com maior consumo de água.

Preconiza-se ainda desenvolver um **programa de investimento para a adaptação das infraestruturas de abastecimento de água aos fenómenos climáticos extremos**, abrangendo gestão integrada de recursos e interligação de sistemas, incluindo o seu financiamento. Devemos também colocar os recursos do país, quer em termos de fundos Europeus, quer em termos de capacidade científica, em linha com projetos de dessalinização. **A dessalinização é uma aposta tecnológica com capacidade de inovação e de responder aos desafios de gestão hídrica nacional.**

Águas e Saneamento: +Saúde, +Desenvolvimento, +Qualidade de Vida

A aposta efetuada nos anos 90 pelo PSD foi a premissa chave para a evolução que o setor evidenciou no passado recente. No entanto, o abandono a que foi votado nos últimos anos tem evidenciado as suas limitações e as componentes ainda em falta para a conclusão deste edifício, nomeadamente o facto do sistema não abranger a total cobertura do país e a **necessidade de convergência para que os municípios em falta adiram** a este processo. Decorrente deste ponto está a necessidade de **harmonização de preços da água em Alta e dos serviços de Tratamento de Efluentes**, num espírito de coesão territorial e social, utilizando para tal mecanismos de perequação e de ganhos de produtividade.

Também evidente é a degradação das infraestruturas por falta da sua manutenção. A **participação de privados na estrutura do grande edifício dos sistemas de abastecimento público é não só necessária como muito vantajosa** para corrigir a situação. Mantendo a gestão do setor na esfera pública, através de empresas de capitais públicos, o recurso a *outsourcing* de empresas privadas para a prestação de serviços bem definidos é o modelo que consideramos mais adequado.

Ainda no contexto das “Altas”, a garantia da continuidade da boa qualidade de serviço, num cenário de alterações climáticas em crescimento, **a interligação de sistemas e o reforço da sua resiliência é também um papel chave que só uma estrutura com a Águas de Portugal** pode assegurar, pelo conhecimento e meios financeiros que pode potenciar.

Relativamente às “Baixas”, abrangendo no abastecimento a distribuição aos consumidores e no saneamento a drenagem dos efluentes, o principal problema técnico que subsiste é o das elevadas perdas na distribuição. É necessário **estabelecer com as entidades gestoras em baixa um programa de reabilitação a 5 anos das suas redes de distribuição**, fixando objetivos de redução de perdas e de qualidade de serviço, disponibilizando linhas de financiamento para o efeito e **promover a reutilização das águas residuais tratadas para outros fins**.

Entende-se que os municípios, através dos seus serviços ou empresas, são as entidades mais bem posicionadas para assegurarem o serviço da Baixa. Dever-se-á, no entanto, **promover a transparência dos custos dos sistemas em Baixa, potenciando tarifas socialmente justas, mas que garantam a sustentabilidade económica das entidades gestoras**, a cobertura dos custos, a boa qualidade dos serviços e a manutenção dos seus ativos.

Propomo-nos ainda a **reforçar da independência e as competências das entidades reguladoras**, quer ao nível financeiro (ERSAR) no que a tarifários, plano de investimentos e qualidade de serviço diz respeito, como ao nível técnico (APA) na validação dos projetos estruturantes, na gestão de ativos e nos planos de manutenção.

O Mar, um potencial por explorar

A **dinamização e plena concretização do desenvolvimento sustentável do Mar** Português é, para o PSD, **uma imposição** ditada pela identidade marítima de Portugal, consagrada na dimensão geográfica dos espaços marítimos nacionais e gravada na História.

Para o desenvolvimento sustentável do Mar considera-se necessário um reforço contínuo da construção de **Conhecimento** através da I&D; da criação de valor económico pela **Exploração** do Mar; e, em simultâneo, da **Conservação** do Mar, ou seja, a manutenção ou melhoria do seu estado ambiental.

As ações a levar a cabo para a materialização em valor do Mar Português terão um carácter estratégico e transversal, e tomam como prioritárias para ação:

Para o desenvolvimento sustentável do Mar
*considera-se necessário um reforço contínuo da construção de **Conhecimento** através da I&D; da criação de valor económico pela **Exploração** do Mar; e, em simultâneo, da **Conservação** do Mar, ou seja, a manutenção ou melhoria do seu estado ambiental.*

- **Áreas emergentes de usos e atividades do oceano**, biotecnologia, recursos minerais marinhos, novas formas de energia, aquacultura e turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros;
- O **desenvolvimento inovador e renovador de áreas de uso e atividade tradicionais**, pescas e a transformação dos recursos vivos, portos e transporte marítimo e a construção, manutenção e reparação naval;
- A **simplificação dos processos** de licenciamento das atividades económicas ligadas ao mar;
- O **reforço da investigação, conhecimento e literacia** do oceano em suporte do desenvolvimento sustentável da economia do Mar; e a **Governança do oceano** como garante do uso do oceano conforme a vontade global acordada e aceite; e a **ação reforçada no âmbito da União Europeia (EU)**, para que aos deveres inerentes à soberania e jurisdição dos Estados sobre os espaços marítimos, corresponda uma atribuição proporcional de meios.

A **preocupação dominante para o PSD é a afirmação efetiva do País como uma grande nação marítima**, nomeadamente através da concretização em valor, económico, social e ambiental, do imenso espaço marítimo nacional, ou seja, conseguindo que a dimensão geográfica tenha uma consequência de importância idêntica no bem-estar, presente e futuro, dos portugueses.

A dinamização do desenvolvimento sustentável do Mar Português é, para o PSD, uma imposição face à dimensão geográfica dos espaços marítimos nacionais (que será reforçada no âmbito do processo de extensão da plataforma continental), face às oportunidades, face aos direitos, face às obrigações, pelos deveres consagrados internacionalmente e, pela obrigação de concretizar o potencial do vasto Mar como suporte estrutural de prosperidade dos Portugueses.

Este caminho terá de ser suportado e alavancado através da adequação da estrutura, eficiência e eficácia da Administração Pública em geral, da Diplomacia em particular, e da mobilização acrescida da iniciativa privada e das organizações não governamentais.

A preocupação dominante para o PSD é a afirmação efetiva do País como uma grande nação marítima, nomeadamente através da concretização em valor, económico, social e ambiental, do imenso espaço marítimo nacional.

As ações a levar a cabo para a materialização em valor do Mar Português terão, objetivamente, um carácter estratégico e transversal, pelo facto de o mesmo interagir com diversos domínios relevantes da sociedade, como sendo a Economia, as Infraestruturas, a Ciência ou o Ordenamento do Território.

Estas preocupações e necessidades permitem a identificação de áreas chave de ação que devem ser tidas como prioritárias, nomeadamente **áreas emergentes de usos e atividades do oceano**, a biotecnologia, os recursos minerais marinhos, as novas formas de energia sustentável, a aquacultura e o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros; o desenvolvimento inovador e renovador de áreas de uso e atividade tradicionais como as pescas e a transformação dos recursos vivos, os portos e o transporte

marítimo e a construção, manutenção e reparação naval; a **simplificação dos processos de licenciamento** das atividades económicas ligadas ao mar; o reforço da investigação, conhecimento e literacia do oceano em suporte do desenvolvimento sustentável da economia do Mar; e a Governação do oceano como garante do uso do oceano conforme a vontade global acordada e aceite.

Também no âmbito da União Europeia (EU), é necessária uma ação reforçada, garantindo o reconhecimento do Mar, em todas as suas valências, como oportunidade fundamental para o desenvolvimento sustentável da UE e influenciando os instrumentos de ação e de financiamento. Procura-se desta forma que aos deveres inerentes à soberania e jurisdição dos Estados sobre os espaços marítimos, corresponda uma atribuição proporcional de meios, nomeadamente no que respeita aos deveres no âmbito da qualidade ambiental dos espaços marítimos.

Considerando este enquadramento para a ação, e no que a Portugal diz respeito, a preocupação dominante para o PSD é a afirmação efetiva do País como uma grande nação marítima, nomeadamente através da concretização em valor, económico, social e ambiental, do imenso espaço marítimo nacional, ou seja, conseguindo que a dimensão geográfica tenha uma consequência de importância idêntica no bem-estar dos portugueses.

A visão do PSD para promoção da prosperidade económica de Portugal a partir do Mar, considera os grandes setores de ação **Conhecimento, Exploração e Preservação**, sustentados pela **Administração Pública**, a **Iniciativa Privada** e as **Organizações Não Governamentais**.

É considerando todo este contexto que o PSD propõe um conjunto de medidas abrangentes e integradoras, que visam a afirmação definitiva de Portugal enquanto nação marítima por via do reforço efetivo do Mar enquanto vetor de desenvolvimento económico, social e ambiental.

Estas medidas são:

No âmbito do **Conhecimento**:

- Criação de um **Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais, do Estado Ambiental e do Património Arqueológico dos Espaços Marítimos Nacionais**, incluindo a produção de um **Atlas de Referência do Mar Português**;
- **Integração do Atlas de Referência do Mar Português com o Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo**, de modo a promover a exploração das oportunidades de desenvolvimento económico, social e ambiental que forem identificadas;
- Assegurar, no âmbito do Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais e do Estado dos Espaços Marítimos Nacionais, a manutenção de um **Programa Nacional de Investigação e Desenvolvimento do Mar**, que promova uma abordagem sistémica e a aquisição contínua de diferentes tipos de dados meteo-oceanográficos. Este programa visa o reforço do conhecimento do oceano e zonas costeiras através da investigação e desenvolvimento em áreas estratégicas, nomeadamente Biotecnologia

*Criação de um **Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais, do Estado Ambiental e do Património Arqueológico dos Espaços Marítimos Nacionais**, incluindo a produção de um **Atlas de Referência do Mar Português**.*

marinha, Tecnologias de produção alimentar, Transformação de recursos vivos e aproveitamento de subprodutos, Automação e robótica submarina, Tecnologias de espaço para observação do mar, Adaptação às alterações climáticas, no âmbito económico, social e ambiental, Geopolítica e Geoestratégia do Mar;

- Estabelecimento de um **Programa Nacional para a Literacia do Mar** dirigido a todos os portugueses e com aplicação obrigatória em todos os níveis de ensino. Esta é uma medida estruturante, visando dar a conhecer a Portugal “o que é o Mar”.

No âmbito da **Exploração**:

- Criação do **Atlas Nacional das Empresas e Instituições do Mar** assegurando a divulgação das capacidades e interesses por forma a promover a sua participação nos variados *fora* e iniciativas, nomeadamente tecnológicas e económicas, a nível global;
- Estabelecimento de um **Plano de Reestruturação da Frota Pesqueira Nacional** adaptando-a às reforçadas exigências futuras de desenvolvimento sustentável e promovendo a integração da capacidade nacional de construção e reparação naval;
- Criação de um **Programa Nacional dos Portos** (marítimos, de pesca e de recreio), assegurando a sua ligação com as cidades e as comunidades costeiras e o seu desenvolvimento integrado com as infraestruturas de transportes, rodoviárias, ferroviárias e aeronáuticas, nomeadamente as ligações internacionais, e com as redes energéticas no contexto do estabelecimento de Portugal como um Hub de GNL para a Europa;
- Incremento **da atividade de transformação**, nomeadamente, dos produtos com prazo de validade alargado (i.e. conservas e congelados), promovendo o uso de pescado nacional;
- Incremento **da Aquacultura**, suportada pelo Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, e como resposta à crescente procura de pescado sustentável;
- **Criar o Programa Energias Renováveis Marinhas**, apoiado na ação estratégica de Integração do Atlas de Referência do Mar Português com o Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, promovendo a exportação e investimentos de valor acrescentado.

*Estabelecimento de um **Plano de Reestruturação da Frota Pesqueira Nacional** adaptando-a às reforçadas exigências futuras de desenvolvimento sustentável e promovendo a integração da capacidade nacional de construção e reparação naval.*

No âmbito da **Conservação:**

- **Atualização das áreas de proteção especial e estabelecimento dos respetivos Planos de Gestão**, no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, como produto do Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais, do Estado Ambiental e do Património Arqueológico dos Espaços Marítimos Nacionais e do Atlas de Referência do Mar Português;
- **Pleno desenvolvimento do Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo** tornando clara a geografia das possibilidades para usar e levar a cabo atividades no mar, das zonas costeiras às profundidades abissais, no quadro do modelo de desenvolvimento sustentável estabelecido, reforçando os aspetos essenciais da adaptação às alterações climáticas, nomeadamente, no âmbito do litoral e zonas costeiras;
- Criação do **Quadro Nacional de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável do Mar**;
- Criação do **Programa Escola Azul** em substituição do atual projeto com o mesmo nome. Com estreita ligação ao **Programa Nacional para a Literacia do Mar**, a Escola Azul deverá dar a conhecer e promover as boas práticas ambientais para preservação do mar, nomeadamente, os comportamentos que em terra ajudam a salvaguardar o ambiente marinho, prevenindo situações críticas como o lixo marinho.

Atualização das áreas de proteção especial e estabelecimento dos respetivos Planos de Gestão, no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, como produto do Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais, do Estado Ambiental e do Património Arqueológico dos Espaços Marítimos Nacionais e do Atlas de Referência do Mar Português.

No âmbito da **Administração:**

- Criação do **Conselho Nacional do Mar**, órgão independente de consulta do governo para o estabelecimento das opções estratégicas e em todos os domínios do planeamento, gestão sustentável e desenvolvimento económico do Mar de Portugal, incluindo as matérias de governação internacional do oceano;
- **Estabelecimento de uma entidade independente para a promoção e o desenvolvimento da economia nacional do Mar** (assegurando o financiamento adequado), nomeadamente na identificação de oportunidades, na criação das condições para instalação e funcionamento das atividades, na identificação dos programas de apoio ao desenvolvimento das atividades e na promoção de parcerias, no âmbito nacional e internacional;
- **Ação reforçada no quadro da União Europeia garantindo o reconhecimento do Mar como oportunidade fundamental para o desenvolvimento sustentável da UE**, influenciando os instrumentos de ação e financiamento por forma a que aos deveres inerentes à soberania e jurisdição dos Estados sobre os espaços marítimos corresponda atribuição proporcional de meios;

- **Ação reforçada da Diplomacia Económica para o Mar**, com enfoque permanente no reconhecimento e aproveitamento de oportunidades que contribuam para a atratividade e demonstração do potencial do Mar português;
- **Desenvolvimento acelerado do funcionamento online da Administração Marítima**, através da desmaterialização, digitalização e simplificação de processos, como uma medida facilitadora da ação das diversas autoridades com competências no Mar e de promoção e apoio à iniciativa privada; Estabelecimento de um **Código do Mar**, que permita juntar de forma concertada toda a legislação relativa a atividades marítimas, facilitando o trabalho dos legisladores e dos utilizadores do espaço marítimo;
- Tornar os serviços aduaneiros de portos e aeroportos entre os cinco mais eficientes no índice internacional de desempenho logístico do Banco Mundial até ao final da legislatura.
- Assegurar que a **Estratégia Nacional para o Mar** é um instrumento de planeamento e pleno desenvolvimento do Mar, no âmbito nacional e internacional, garantindo a sua atualização, revisão e avaliação periódicas e garantindo que está dotada de um Programa de Ação claro quanto às medidas e ao respetivo financiamento, prazos de execução e respetivas equipas operacionais e de gestão.

Agricultura e Florestas: rumo a um setor agroflorestal competitivo, saudável e sustentável

A agricultura, juntamente com a pecuária e a floresta, tem um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios rurais e na economia do país no seu conjunto: o Valor Acrescentado (VAB) do Complexo Agroflorestal (CAF) representa atualmente 5% do Produto Interno Bruto nacional, 14% do emprego, 13% das exportações e 15% das importações. Mas a sua importância está longe de se limitar à produção de alimentos e matérias-primas. A agricultura e as florestas gerem 90% do nosso território, são responsáveis por grande parte da gestão do ciclo da água, pelo sequestro de carbono, pela biodiversidade e pela preservação do ambiente e das paisagens.

O sector agroalimentar tem demonstrado uma resiliência extraordinária, tendo sido um sector determinante na recuperação do País na última crise financeira assim como na atual crise pandémica, em que tem sido um garante da segurança pública ao manter o aprovisionamento regular de alimentos. Apesar do cenário de crise, o sector a produzir, a exportar e até acelerou a dinâmica de investimento.

Não obstante este desempenho, o complexo agroflorestal e agroalimentar padece de graves fragilidades estruturais, que se impõe ultrapassar a médio prazo, como sejam, designadamente: Termos a população mais envelhecidas da UE; Insuficiência quantitativa, qualitativa e tecnológica de água; Baixa criação de valor, com a produção capturada pela tesoura de preços e pela penalização na cadeia de valor, onde é o elemento mais fraco, recebendo menos de ¼ do valor final pago pelo consumidor; Baixo nível de organização económica e de gestão das fileiras e de qualificação dos seus operadores, aos diferentes níveis; Fragmentação e pequena dimensão média das explorações agrícolas e florestais; Considerável dependência alimentar do exterior.

O PSD considera, assim, o setor agroflorestal um pilar estratégico da nossa sociedade, na independência alimentar, na economia, no ambiente e na coesão social e territorial do nosso país.

Portugal necessita de um novo ciclo de política agrícola que aposte numa agricultura mais competitiva, diversificada e multifuncional, que promova a ocupação do território e a renovação de gerações, que dê expressão social e económica a todas as regiões portuguesas, e que contribua para a coesão nacional e para um maior nível de autoabastecimento alimentar. **Uma política que produza mais e melhor, responsável, sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social, que fomente a confiança entre a administração e os agentes do sector.**

Apostamos na articulação em rede entre o ensino, a investigação/experimentação e a produção e transformação e suas organizações, com o objetivo de assegurar transferência de conhecimento e tecnologia, potenciadora da inovação e da criação de valor acrescentado.

Porém, para que tudo isto seja possível, temos que ter um outro olhar para os nossos agricultores, apoiar o seu trabalho, reforçar as suas associações, cooperativas e organizações de produtores e voltar a dar ao Ministério da Agricultura um lugar central na gestão da política pública para a agricultura, florestas e alimentação, incluindo uma visão integrada de toda a saúde e bem-estar animal.

**O PSD considera, assim,
o setor agroflorestal
um pilar estratégico
da nossa sociedade, na
independência alimentar,
na economia, no ambiente
e na coesão social e
territorial do nosso país.**

Agricultura: inovação, competitividade e sustentabilidade

Renovar as gerações, preparar o futuro

A agricultura portuguesa tem a população mais envelhecidas da União Europeia (U.E.), com 52% dos agricultores com idade superior a 65 anos. Pior do que isso, o processo de envelhecimento acelerou-se neste milénio, com o número de jovens agricultores a baixar 74% entre 1999 e 2016, valor muito superior à queda global do número de agricultores, que foi de 40% neste mesmo período. Em consequência, a representatividade dos jovens agricultores (com menos de 40 anos) no total dos agricultores passou de 9,4% naquele ano para 4,2% no de 2016 e para menos de 4% na atualidade, o que evidencia um manifesto fracasso da política dirigida aos jovens agricultores. Impõe-se, assim, uma nova política, não apenas dirigida aos projetos de primeira instalação, mas também aos de consolidação. Uma política que não se limite à dimensão financeira ou administrativa, mas que tem que assegurar condições para minimizar as taxas de insucesso.

Medidas prioritárias:

- **Reforçar a dotação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020-2027 para apoio os Jovens Agricultores, aumentando o prémio à primeira instalação, o apoio a fundo perdido ao investimento e o apoio ao crédito institucional adequado para a parte não subvencionada.** Propomos afetar a este objetivo 25% da dotação do eixo da competitividade e organização da produção do futuro PDR 2021-2027, para além da majoração em 3% nos pagamentos diretos do primeiro pilar.
- **Criar uma linha de crédito com garantia pública, para financiar, a custos razoáveis, a parte não subvencionada do investimento a realizar no quadro dos projetos de primeira instalação dos Jovens Agricultores, até 95% do investimento total.** Esta linha de crédito deverá continuar disponível para financiamento após os 5 anos iniciais, nos casos de sucesso dos projetos, devendo cobrir adequadamente o período de carência.
- **Premiar os jovens agricultores que tiverem sucesso na execução dos respetivos projetos de instalação** com apoios para novos investimentos de redimensionamento, consolidação e melhoria das suas explorações, em condições iguais ou próximas das da primeira instalação.
- **Criar condições de fixação dos jovens agricultores nos territórios das suas explorações,** com a institucionalização de um regime de apoio, no quadro da política de coesão, para a aquisição ou reestruturação de habitação própria, ou arrendamento, localizada em território rural de baixa densidade próximo da sua exploração.
- **Apoiar a aquisição de terras** confinantes no quadro de projetos de investimento de primeira instalação ou de consolidação, que permitam melhorar a dimensão e racionalidade das explorações.
- **Criar um sistema de monitorização e acompanhamento técnico-económico** aos projetos de primeira instalação dos jovens agricultores, no quadro do financiamento dos serviços de aconselhamento técnico.

Reforçar a dotação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020-2027 para apoio os Jovens Agricultores, aumentando o prémio à primeira instalação, o apoio a fundo perdido ao investimento e o apoio ao crédito institucional adequado para a parte não subvencionada.

Criar condições de fixação dos jovens agricultores nos territórios das suas explorações, com a institucionalização de um regime de apoio, no quadro da política de coesão, para a aquisição ou reestruturação de habitação própria, ou arrendamento, localizada em território rural de baixa densidade próximo da sua exploração.

co, por forma a reduzir a taxa de insucesso dos projetos aprovados. Tornar elegível para apoio, a título de complemento ao prémio à primeira instalação, a formação avançada em universidades ou centros de IDI nacionais ou estrangeiras.

- **Criar um regime diferenciado de apoio a projetos de primeira instalação na agricultura de cidadãos entre os 40 e os 55 anos que optem por residir de forma permanente nas zonas de muito baixa** densidade e preencham os demais requisitos a respeito da viabilidade dos investimentos e das qualificações técnicas.

Dar prioridade ao investimento produtivo para uma agricultura mais competitiva e sustentável

Portugal tem um défice alimentar de 3.700 milhões de euros, uma produtividade do trabalho e um rendimento agrícola de 40% e 60% da média da União Europeia, respetivamente. Precisa, consequentemente, de aumentar a sua produção e melhorar a competitividade da atividade, sem prejuízo das regras comunitárias que impõem a afetação de níveis mínimos das dotações da PAC (25% no primeiro pilar e 35% no segundo) a fins ambientais e climáticos.

Medidas prioritárias:

- **Concentrar uma maior proporção dos recursos disponíveis no apoio aos investimentos** produtivos que visem a competitividade, a organização da produção e a criação de valor, sempre num quadro de sustentabilidade da exploração dos recursos. Diferenciar positivamente o nível de apoio em investimentos de elevada tecnologia de agricultura de precisão, digital, ou associada a eficiência no uso de fatores.
- **Simplificar a burocracia no sistema de apoios a fundo perdido**, instituindo um regime de comparticipação por tipologias de operações – o regime *forfetário* ou de custos-padrão de operações. Simplificar o quadro legal e garantir que os processos de licenciamento ao nível da exploração agrícola e da agroindústria são agilizados e adequados ao grau de complexidade dos mesmos e com prazos conducentes ao investimento. Simplificar os processos de contratação de recursos humanos.
- **Corrigir as insuficiências do sistema de subvenções a fundo perdido**, criando, de forma integrada e coerente com ele, um sistema de financiamento bancário que contemple: i) a parte não coberta pelos apoios a fundo perdido nos projetos aprovados no quadro do PDR ou do Vitis; ii) crédito de campanha e crédito de funcionamento com um horizonte de médio prazo; e iii) investimentos realizados sem apoio do PDR.
- Tornar obrigatório a contratação de seguros de colheita a todos os agricultores que beneficiem de apoios públicos e/ou de financiamentos bancários mutualizados acima de determinados montantes e promo-

Concentrar uma maior proporção dos recursos disponíveis no apoio aos investimentos produtivos que visem a competitividade, a organização da produção e a criação de valor, sempre num quadro de sustentabilidade da exploração dos recursos.

ver a criação de seguros que possam estar associados a riscos de preços ou de rendimento, valorizando a sua adoção no acesso a medidas de apoio público.

- **Criar um regime simplificado de política agrícola para os pequenos agricultores** (um *simplex* agrícola), pondo a funcionar, à semelhança do que já existe para os pagamentos diretos e para os pequenos investimentos, um conjunto de procedimentos simplificados, de fácil execução, em domínios como: i) a fiscalidade; ii) a certificação da qualidade dos produtos; ou iii) o licenciamento de atividades agrícolas, pecuárias, florestais e agroindustriais.
- **Implementação de um programa que permita ao sector agroalimentar produzir energia renovável**, valorizando os recursos e tendo em conta as especificidades próprias do sector, através de um balanço do consumo anual, ou intra-anual de três anos, de forma a abranger a especificidade e a sazonalidade dos consumos agrícolas.
- **Desenvolver o regadio sustentável** como pilar da modernização da agricultura e da proteção ambiental.
- **Promover a criação de uma rede de “estágios profissionais” entre diferentes empresas** agrícolas, no sentido de promover a partilha de boas práticas e de conhecimento.

Desenvolver o regadio sustentável como pilar da modernização da agricultura e da proteção ambiental.

É urgente atualizar e concluir o cadastro predial rústico, essencial para a defesa dos direitos de propriedade e de justiça fiscal, e ainda para a gestão adequada do património rústico e do ambiente. Os instrumentos de planeamento e ordenamento territoriais passarão a ter mais rigor, ficando facilitada a aplicação dos instrumentos financeiros, designadamente dos apoios ao investimento e ao rendimento e dar-se-á um estímulo à procura de terra para o redimensionamento das explorações, sobretudo se forem criados estímulos fiscais, como é nosso propósito, para esse redimensionamento e reorganização das estruturas agrárias.

Contudo em termos específicos de política agrícola, num clima predominantemente mediterrânico como o nosso, a água constitui uma condição indispensável para uma agricultura moderna e competitiva, numa ótica de utilização eficiente, de melhoria das condições e tecnologias de produção e de uma gestão mais moderna e sustentável.

Medidas prioritárias:

- **Ampliar a área de regadio**, designadamente através de: i) reabilitação de perímetros existentes que estejam degradados ou subutilizados; ii) flexibilização das regras de licenciamento de pequenas infraestruturas de captação de águas superficiais nas explorações agrícolas; iii) apoio à construção de pequenos açudes de utilização coletiva, sempre que houver manifesta prova de necessidade de utilização para fins produtivos, de minimização de riscos climáticos ou de preservação das espécies piscícolas; e iv) elaboração de um plano de novos aproveitamentos com potencial agrícola e de uso múltiplo.

**Apoio prioritário a
regadios coletivos de
iniciativa privada.**

- **Concluir o estudo sobre os recursos hídricos, de fins múltiplos, na grande bacia do Tejo** que, integrando os perímetros de rega já existentes, tenha em conta o aproveitamento das águas superficiais da bacia para ampliação da área regada, drenagem e controlo das cheias e da cunha salina. Deverá iniciar-se uma execução faseada já no próximo quadro de programação dos Fundos Estruturais e de Investimento da U.E. Estudar a construção de outros aproveitamentos agrícolas ou de fins múltiplos, designadamente nas regiões mais carentes de água, como o Algarve, o Oeste ou o Douro e Nordeste Transmontano.
- **Apoio prioritário a regadios coletivos de iniciativa privada;**
- **Rever a legislação de licenciamento de pequenas barragens e charcas de retenção de águas superficiais no interior das explorações**, com vista a simplificar procedimentos, reduzir a erosão, melhorar os recursos aquíferos e reduzir o recurso a águas subterrâneas.
- **Apoio à criação ou melhoria de infraestruturas associadas à atividade agroflorestal**, designadamente caminhos agrícolas e agroflorestais, regularização de linhas de água e proteção de ecossistemas.
- **Isenção de custos de registo e de IMI, durante 10 anos, a quem compre terras contíguas e promova o emparcelamento rural**, no quadro de um plano de investimento e gestão das explorações adquirentes
- Organizar a produção e equilibrar a posição dos produtores na cadeia de valor

**Rever a legislação de
licenciamento de pequenas
barragens e charcas de retenção
de águas superficiais no
interior das explorações.**

A realidade da agricultura portuguesa, face às suas características estruturais, é a de uma considerável atomização da oferta, de falta de integração da produção nas cadeias de comercialização, de fragmentação e debilidade do poder negocial dos produtores face aos grandes compradores das cadeias de distribuição. Justifica-se, assim, a necessidade de uma política robusta de apoio às organizações de produtores e ao redimensionamento e reestruturação das cooperativas, no sentido de preservar e potenciar o valor criado pela produção.

Medidas prioritárias:

- **Criar um programa nacional de organização da produção com base nas Organizações de Produtores e nas Cooperativas de Comercialização de Produtos**, as quais deverão ter papel central na organização das respetivas fileiras: concentração, orientação e planificação da produção, experimentação, investigação, investimentos, processamento, industrialização, comercialização, exportação, regulação e valorização dos produtos agrícolas.
- **Regulamentar e tornar operacional o apoio às Organizações de Produtores multiprodutos**, em que o valor total de vendas a considerar seja o somatório de diferentes culturas e atividades que os integrem,

por forma a não penalizar as regiões onde predominam os sistemas de policultura e de agricultura não especializada.

- Implementar um **Programa de Apoio ao Redimensionamento e Modernização das Cooperativas Agrícolas e de outras Organizações de Produtores**, incluindo as dimensões de investimento em infraestruturas e equipamentos, de digitalização e descarbonização, de gestão, e de recursos humanos.

- Criar uma **Entidade Reguladora do Setor Agroalimentar**, por forma a assegurar o respeito por práticas comerciais corretas e um melhor equilíbrio na cadeia de valor, entre a produção e a grande distribuição. A criação desta entidade justifica-se pela necessidade de criar um equilíbrio mínimo entre as partes intervenientes neste mercado, atendendo a que estamos perante uma situação de oligopsónio por parte de quem compra e no qual não existe uma base mínima de concorrência. Trata-se, além do mais, de criar condições para o mercado destes produtos evoluir no sentido da generalidade dos outros Estados Membros da U.E. a respeito da harmonização das condições de acesso às prateleiras e de preços.

Criar uma Entidade Reguladora do Setor Agroalimentar, por forma a assegurar o respeito por práticas comerciais corretas e um melhor equilíbrio na cadeia de valor, entre a produção e a grande distribuição.

Floresta: bem ambiental, económico e cultural

Organizar, ordenar, proteger e valorizar o potencial económico das Florestas

A floresta ocupa 35% do território nacional, a que acrescem 32% de áreas de matos e pastagens espontâneas. O que significa que, no seu conjunto, mais de 2/3 do território nacional é ocupado por espaços silvestres, incultos, ou sem exploração. Tem um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios rurais e na economia no seu conjunto, um pilar essencial para a economia e coesão territorial. O setor florestal tem um peso importante na economia nacional, com um valor acrescentado de mais de 3.000 milhões de euros, representando cerca de 15 % do Valor Acrescentado Bruto (VAB) Industrial, 10% das exportações nacionais e apresenta um saldo comercial (exportações menos importações) de 2.500 milhões de euros.

A natureza intrinsecamente multifuncional da floresta implica que as suas dimensões económica, ambiental, social e territorial são inseparáveis. O contributo das florestas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa será tanto maior quanto maior for a área florestada e menores os riscos dos incêndios. Ora isso só será possível se a política florestal der prioridade a novas plantações e à reestruturação de plantações mal conservadas, a realizar pelos proprietários.

Medidas prioritárias:

- **Reintegrar a tutela das florestas no Ministério da Agricultura**, por forma a facilitar a coordenação e integração territorial das duas políticas tendo em conta que 97% da superfície florestal é privada ou comunitária, a proteção da floresta contra incêndios carece, mais do que nunca, de uma política de gestão conjunta com a agricultura, visto serem as áreas cultivadas as principais zonas de contenção da expansão dos fogos e porque a quase totalidade dos agricultores, proprietários destas, serem também proprietários florestais. Em simultâneo, reintegrar também o Fundo Florestal Permanente na esfera de gestão do Ministério da Agricultura, respeitando os objetivos que presidiram à sua criação.
- **Simplificar a legislação e reduzir ao mínimo o emaranhado legislativo e regulamentar do setor, substituindo-o por regras de ordenamento, plantação e prevenção de riscos simples, percutíveis pelos proprietários e produtores e acompanhadas de um sistema sancionatório que seja efetivamente levado a sério.**
- **Aumentar o Investimento Florestal Reprodutivo.** A média da área ardida anualmente no período 2008-2018 é de 103.000 hectares, dos quais 42.000 são de povoamentos florestais.
- **Aumentar a Biodiversidade Florestal**, mediante a definição de uma quota não inferior a 40% nas novas plantações, em áreas atualmente ocupadas por matos e incultos e desde que respeitadas as demais regras de ordenamento florestal, e a 25% nas replantações (após o terceiro corte), de obrigação de plantação de espécies de folhosas ou de crescimento lento em arborizações com espécies de mais rápido crescimento. Trata-se de aumentar o investimento na diversificação, proteção e resiliência da floresta, criando mosaicos florestais naturais, que tornam a floresta mais diversa e resiliente a incêndios, pragas e doenças e melhor adaptada às alterações climáticas. Uma tal opção (que não é aplicável às áreas agrícolas ou florestais, nem às da Rede Natura) permite, além do mais, compatibilizar a política de ordenamento florestal com o aumento do potencial produtivo da floresta e do respetivo valor económico.
- **Implementar programas integrados agroflorestais específicos em áreas mais sensíveis**, com destaque para o sistema do montado, para as dunas litorais e para as áreas de maior risco de incêndios, integrando neles medidas de política agrícola (através da PAC) e medidas de política florestal (através da PAC, do Fundo Florestal Permanente e do Fundo Ambiental).

Reintegrar a tutela das florestas no Ministério da Agricultura, por forma a facilitar a coordenação e integração territorial das duas políticas tendo em conta que 97% da superfície florestal é privada ou comunitária, a proteção da floresta contra incêndios carece, mais do que nunca, de uma política de gestão conjunta com a agricultura, visto serem as áreas cultivadas as principais zonas de contenção da expansão dos fogos e porque a quase totalidade dos agricultores, proprietários destas, serem também proprietários florestais.

- **Implementar um Programa de Aconselhamento e Assistência Técnica aos produtores florestais**, visando promover o investimento apoiado na melhor informação técnica e garantir o acesso à informação sobre os instrumentos de apoio que tem à sua disposição.
- **Apoiar a modernização e capacitação de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços**, no sentido de incorporarem pessoal qualificado e atingirem padrões de qualidade elevados nas obras que executam, integrando boas práticas e protegendo solos e os recursos hídricos.
- **Reorientar o Fundo Florestal Permanente para a floresta e os agentes privados, numa ótica de verdadeira complementaridade com o Plano de Desenvolvimento Rural**, em contraste com a situação atual, em que cerca de 2/3 deste Fundo se destinam a entidades públicas do Estado Central ou Autarquias, substituindo os respetivos orçamentos, em detrimento do apoio aos produtores.
- **Reforçar o movimento associativo e a organização interprofissional do setor**, apoiando os Agrupamentos de Produtores para comercialização de produtos florestais e articulando os diferentes atores para promover o setor numa lógica de fileira e de autorregulação. Apoiar especialmente, neste quadro, operações agregadas de plantação ou replantação.
- **Apoiar a sustentabilidade das organizações**, responsabilizando-as, transferindo para elas algumas funções atualmente (mal) desempenhadas pelos Serviços do Estado com as contrapartidas financeiras correspondentes ao nível de desempenho de tais funções, num quadro de seleção criteriosa e exigente sob o ponto de vista das capacidades das organizações e dos resultados a alcançar.

Implementar programas integrados agroflorestais específicos em áreas mais sensíveis, com destaque para o sistema do montado, para as dunas litorais e para as áreas de maior risco de incêndios, integrando neles medidas de política agrícola (através da PAC) e medidas de política florestal (através da PAC, do Fundo Florestal Permanente e do Fundo Ambiental).

Assegurar a Sustentabilidade ambiental, climática e a economia circular

A problemática da sustentabilidade no setor agroalimentar, incluindo o florestal, deve constituir uma matriz de consideração obrigatória, tal como para todas as políticas públicas, estando explicitado nas Estratégias do Prado ao Prato e da Biodiversidade, apresentadas pela Comissão Europeia. Consideramos, porém, que este princípio deve ser indissociável do princípio da proporcionalidade, no que respeita ao cumprimento geral das metas nelas estabelecidas, não podendo Portugal ser obrigado a ter que atingir, no mesmo horizonte temporal, as mesmas metas dos países muito mais desenvolvidos e competitivos e que no passado tiveram práticas lesivas do ambiente muito mais intensas.

Revisão e simplificação dos sistemas de licenciamento ou regularização das explorações pecuárias (REAP) e da recolha de cadáveres dos animais (SIRCA), implementando, sempre que adequado, soluções de reutilização nos solos, no quadro de uma lógica de valorização da economia circular.

Consideramos que a atividade pecuária é uma dimensão indissociável da agricultura e que não deve ser posta em causa por quaisquer agendas ocultas. E que se há atividades em que o princípio e as práticas de incentivo à economia circular se devem aplicar é precisamente nesta.

Tal como atrás referido, consideramos prioritária a adoção de práticas inteligentes e racionais do uso da água, mas rejeitamos qualquer agenda holística contra os sistemas de produção intensiva apenas por esse facto. Tal como os outros sistemas culturais, estes também devem obedecer a critérios de racionalidade no uso dos fatores de produção que, como referido, terão sempre presente a matriz da sustentabilidade na multiplicidade das suas dimensões ambiental, económica e social.

Medidas prioritárias:

- **Valorizar as práticas agrícolas sustentáveis**, no quadro da aplicação do PEPAC no horizonte 2027, definindo modelos de remuneração dos serviços dos ecossistemas realizados pelos produtores agrícolas e florestais.
- **Promover a economia circular e uma abordagem consistente das questões ambientais da agricultura e da pecuária**, definindo regras razoáveis que compatibilizem a funcionalidade das explorações com as obrigações decorrentes do cumprimento das normas comunitárias.
- **Revisão e simplificação dos sistemas de licenciamento ou regularização das explorações pecuárias (REAP) e da recolha de cadáveres dos animais (SIRCA)**, implementando, sempre que adequado, soluções de reutilização nos solos, no quadro de uma lógica de valorização da economia circular.
- **Desenvolvimento de um Programa Nacional de Sustentabilidade e Carbono nos sectores agrícola e agroindustrial**

Melhorar os rendimentos e a resiliência dos agricultores

O sector agroflorestal e agroalimentar português tem evidenciado uma notável resiliência, tendo conseguido adaptar-se às grandes mudanças e crises ocorridas nos mercados, melhorando a sua competitividade nalgumas fileiras e o seu contributo para a balança comercial. Resulta, porém, evidente, que existe um sério problema com os rendimentos dos agricultores, cujos apoios recebidos através da PAC têm sido absorvidos pelo aumento acentuado dos preços dos consumos intermédios de bens e serviços, em contraste com a redução real dos preços dos produtos agrícolas (a chamada tesoura de preços). Torna-se, assim, necessário, implementar uma política de apoios ao rendimento, no quadro da Política Agrícola Comum, capaz de ajudar a estabilizar os rendimentos agrícolas.

É neste contexto que não se entende a decisão do governo socialista cessante em manter o regime de direitos históricos de pagamento 30 anos depois da sua criação em 1992 e 20 anos depois da sua conversão em pagamentos desligados, em 2003, quando quase todos os Estados Membros já há muito que alargaram tais pagamentos a todos os agricultores e culturas e promoveram a equidade e a convergência. Para além de estar em flagrante contradição com a racionalidade da sua justificação política e económica, o regime de direitos históricos é castrador das dinâmicas de entrada de novos agricultores e de novas culturas, mantém um circuito fechado nos mesmos beneficiários de sempre; e mantém os desequilíbrios gritantes entre agricultores e entre territórios.

Medidas prioritárias:

- Robustecer até ao máximo possível as medidas de natureza redistributiva, como sejam um pagamento redistributivo forte, o princípio da modulação nas medidas de superfície e uma abordagem específica para as áreas até agora mais excluídas dos apoios da PAC.
- Implementar programas especiais de intervenção nas áreas em maior risco de incêndio (Portaria 301/2020 de 24 de dezembro) e as de muito baixa densidade, em acentuado risco de despovoamento e abandono e concentrar nelas instrumentos especiais de apoio, de que se destacam, para além dos instrumentos normais do PEPAC, os seguintes: i) uma ativação de direitos de pagamentos diretos a todos os agricultores em atividade; ii) um pagamento complementar ao destinado à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MZD); iii) uma majoração substancial dos pagamentos redistributivos; iv) uma taxa de apoio ao investimento mais elevada; v) um programa de infraestruturas, construção de pequenas barragens, açudes, sistemas de irrigação, depósitos de água para irrigação por gravidade, reabilitação de construções para habitação e turismo e outras atividades da exploração e apoio à utilização de energias renováveis; e vi) uma especial articulação com as medidas da política florestal para as áreas arborizadas, incluindo as de remuneração de ecoserviços tendo como contrapartida a limpeza das matas.

As componentes higiene-sanitária e ambiental

Alimentação, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental

Sendo uma atividade baseada na exploração direta de recursos da natureza, a agricultura e a pecuária foram evoluindo através dos tempos no sentido de responder aos sucessivos aumentos de procura alimentar e às dinâmicas económicas a ela associadas. Consequentemente, a agricultura dos nossos dias não é uma exceção à utilização das modernas tecnologias de produção, conservação e transformação dos produtos. Terá, porém, de o fazer no escrupuloso respeito de regras que assegurem a segurança higiosanitária dos produtos, assim como a garantia de que as tecnologias utilizadas são compatíveis com a sustentabilidade do meio ambiente, a qualidade dos produtos e o bem-estar animal.

Medidas prioritárias:

- **Reforçar os recursos humanos e orçamentais dos Serviços públicos competentes e especializados, capazes de assegurar as funções gerais de inspeção sanitária e de bem-estar animal**, a fim de ser garantido rigor e homogeneidade na execução das políticas higio sanitárias. Caberá, neste contexto, reforçar a ação da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), o que implica, além do mais, autoridade para tutelar a sanidade e o bem-estar animal dos animais de companhia, que lhe foi retirada pelo governo socialista.
- **Reforço dos planos de sanidade animal e vegetal**, com vista a combater as inúmeras pragas e doenças que constituem ameaças ao desenvolvimento agropecuário, à rentabilidade das explorações e, nalguns casos, à saúde pública. Trata-se de matérias em que o Estado tem que assegurar as suas responsabilidades, no quadro da estratégia comum da U.E., organizando programas e parcerias com as organizações agrícolas para assegurar a sua eficaz aplicação.
- **Simplificação de normas para os produtos locais tradicionais.** Os mercados locais e tradicionais serão objeto de uma legislação simplificada que respeite as tradições, sem prejuízo do cumprimento das regras básicas de segurança. A sua fiscalização será assegurada pelos municípios ou comunidades intermunicipais, sob supervisão das entidades de tutela competentes.
- **Promover a confiança dos consumidores nos produtos nacionais**, através de uma campanha estruturada e universal, que sublinhe aspetos como a excelência e/ou tipicidade da qualidade, o rigor no cumprimento das regras de segurança alimentar, a transparência de procedimentos e o seu contributo para o desenvolvimento dos territórios rurais.
- **Promover a economia circular e uma abordagem consistente das questões ambientais da agricultura e da pecuária**, definindo regras razoáveis que compatibilizem a funcionalidade das explorações com as obrigações decorrentes do cumprimento das normas comunitárias. Em situações de concentração acentuada de produção animal deverão ser criados sistemas integrados de tratamento e utilização dos efluentes, que contem com o apoio da política agroambiental e que responsabilizem os produtores envolvidos.

Reforçar os recursos humanos e orçamentais dos Serviços públicos competentes e especializados, capazes de assegurar as funções gerais de inspeção sanitária e de bem-estar animal.

Simplificação de normas para os produtos locais tradicionais. Os mercados locais e tradicionais serão objeto de uma legislação simplificada que respeite as tradições, sem prejuízo do cumprimento das regras básicas de segurança.

- **Revisão e simplificação dos sistemas de licenciamento ou regularização das explorações pecuárias (REAP) e da recolha de cadáveres dos animais (SIRCA)**, implementando, sempre que adequado, soluções de reutilização nos solos, no quadro de uma lógica de valorização da economia circular.
- **Desenvolvimento de uma Política Nacional de Sustentabilidade e Carbono** nos sectores agrícola e agroindustrial, abrindo o caminho para a adoção de sistemas de certificação relacionados com a sustentabilidade e a pegada de carbono e visando criar valor por esta via. A política agrícola deve estar ligada a políticas de sustentabilidade e proteção do meio rural. Contudo, a sustentabilidade ambiental deve estar associada à sustentabilidade económica e a proteção do meio rural à criação de valor nas regiões. A economia circular vem contribuir de forma inegável para este desafio, ao permitir contribuir para a sustentabilidade ambiental da cadeia de valor agroalimentar ao mesmo tempo que gera novos produtos, matérias-primas secundárias, produzidas localmente.

Desenvolvimento de uma Política Nacional de Sustentabilidade e Carbono nos sectores agrícola e agroindustrial, abrindo o caminho para a adoção de sistemas de certificação relacionados com a sustentabilidade e a pegada de carbono e visando criar valor por esta via.

A componente territorial

A Política de Desenvolvimento Rural

Sendo responsáveis pela gestão de cerca de 90% do território, a agricultura e as florestas reclamam um especial cuidado no que respeita aos impactos espaciais das respetivas políticas. Daí a necessidade de políticas integradas e equitativas.

Trata-se, essencialmente, de assegurar a presença da atividade agrícola e florestal em todo o território, assim como uma abordagem mais vasta da atividade agrícola, visando essencialmente a sua integração na economia envolvente, procurando sinergias com outros setores produtivos, fomentando a diversificação da base económica local e abrangendo também as preocupações de ordem social das comunidades rurais. E mais equitativa em matéria de respostas aos diferentes sistemas produtivos e respetivos impactos sobre os rendimentos.

Principais medidas:

- Assegurar a continuação da abordagem LEADER no quadro do PEPAC/PDR2030, mas envolvendo mais as organizações representativas da agricultura e da floresta na sua gestão e alargar o leque de apoios a atividades exteriores à exploração agrícola e a infraestruturas, de modo a que haja complementaridade de atividades no território. Defendemos que o programa LEADER possa assumir no futuro uma natureza plurifundos, reforçando especialmente o apoio às microempresas e às infraestruturas locais e assegurando uma melhor articulação da política de desenvolvimento rural com a política de desenvolvimento regional.

- **Reforçar as cadeias de valor ao nível dos mercados locais**, alargando consideravelmente o programa de apoios às cadeias curtas de comercialização e encorajar a constituição de parcerias locais de produção-comercialização-consumo, envolvendo, designadamente, municípios, organizações agrícolas, médias superfícies de distribuição locais, entidades públicas e entidades da economia social, as quais, em conjunto, são responsáveis por quantidades significativas da procura alimentar local. Importa também nestas parcerias sensibilizar os operadores locais da hotelaria e restauração para a utilização de produtos locais na oferta gastronómica, atendendo à importância crescente do turismo como mercado.
- **Desenvolver um programa nacional de comunicação e de educação cívica com carácter permanente**, centrado na informação sobre os valores ambientais, económicos, sociais e culturais gerados pela agricultura e pela floresta. Publicar anualmente um Relatório sobre o estado do setor agrícola e florestal, com apresentação pública e debate na Assembleia da República.

Reorganizar a Governança e a gestão das políticas no setor agroflorestal

Para que a nossa ambição seja uma realidade, temos que ter uma forte preocupação com a eficiência da aplicação das políticas públicas e não só com os seus conteúdos ou intenções, ter um outro olhar para os nossos agricultores, apoiar o seu trabalho, reforçar as suas associações, cooperativas e organizações de produtores.

Para além de completarmos e melhorarmos a conceção e a articulação das políticas, medidas e linhas de ação, preocupa-nos alterar significativamente a governação, monitorização e avaliação da execução de tais políticas, de modo a criar mudanças no quadro da gestão administrativa que instituem a regularidade, a previsibilidade e a simplificação, sem diminuição do rigor; e passar a ter execuções mais eficientes, que eliminem os desperdícios de dinheiros públicos mal aplicados e combatam vícios administrativos, que tudo atrasam, que só beneficiam os mais ágeis e não necessariamente os que tem mais mérito e mais adequabilidade aos objetivos das políticas.

Medidas prioritárias neste âmbito:

- **Reorganizar o Ministério da Agricultura** como pilar central de conceção e aplicação das políticas para o setor, dotando-o dos necessários recursos e integrando as dimensões agrícola e pecuária, alimentar, florestal e do desenvolvimento rural, que foram gravemente amputadas pelo governo cessante.

Reorganizar o Ministério da Agricultura como pilar central de conceção e aplicação das políticas para o setor, dotando-o dos necessários recursos e integrando as dimensões agrícola e pecuária, alimentar, florestal e do desenvolvimento rural, que foram gravemente amputadas pelo governo cessante.

- Criar uma medida especial de reforço da capacidade técnica e de gestão das organizações agrícolas no quadro de um programa nacional de melhoria de apoio técnico e de gestão aos agricultores, a financiar no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2030)
- **Territorializar algumas medidas e orçamentos no quadro do PDR2030**, com alteração do atual modelo exclusivo de gestão centralizado, para, pelo menos em determinados territórios e para determinados objetivos, introduzir unidades de gestão regionais mistas, coordenadas por unidades de gestão nacional, com capacidades técnicas reforçadas.
- Acabar com o caos dos atuais concursos a medidas de apoio quase sempre fechados e que são abertos em função dos ciclos político-administrativos e passar para candidaturas sempre abertas à economia, com períodos de decisão fixos ao longo do ano, orçamentos calendarizados de assunção de compromissos e critérios de seleção, que privilegiem mais a capacidade técnica e empresarial demonstrada e menos os parâmetros formais, frequentemente inadequados às realidades de cada situação e que por vezes se anulam uns aos outros, gerando ineficiências e induzindo “engenharias de critérios”.
- **Garantir o cumprimento dos prazos de análise e decisão das candidaturas**, que não podem ser só para os beneficiários das políticas, mas também para a administração gestora dessas medidas.
- Adotar um sistema dinâmico de avaliação técnica permanente, que permita ajustar em tempo útil a gestão dos apoios, em detrimento das atuais avaliações meramente financeiras e dos controlos burocráticos meramente administrativos.

8. As pessoas e o seu bem-estar no centro das políticas públicas

Uma política de Saúde para prevenir a doença

As políticas públicas de saúde têm sido nas últimas décadas mais orientadas para remediar e combater a doença do que para a promoção da saúde e dos estilos de vida saudáveis. Não será fácil inverter essa tendência, mas se não dermos, quanto antes, os primeiros passos na promoção da saúde seremos cada vez mais reféns da doença. Precisamos de uma nova estratégia para a prevenção, dando ênfase à responsabilidade individual, à orientação para a promoção da saúde e qualidade de vida, rompendo com a abordagem tradicional, essencialmente curativa, centrada na prestação de cuidados de saúde, e privilegiando as atitudes de prevenção da doença evitável. Como principais aspetos dessa estratégia, do lado da **prevenção da doença evitável e promoção da saúde**, destacamos as seguintes medidas:

- **Promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis** e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível, bem como a criação de novos programas nacionais que contemplem a promoção da alimentação saudável e da atividade física, que definam estratégias concretas de atuação nestas áreas e que permitam concretizar a Resolução da Assembleia da República nº 195/2021, de 08 de Julho
- Agravamento fiscal dos produtos nocivos à saúde, contrabalançando-se com a redução da carga fiscal sobre alimentos saudáveis;
- **Investir na prevenção das doenças crónicas**, adotando políticas ativas de saúde na prevenção para combater o sedentarismo, o alcoolismo, o tabagismo e a obesidade (adultos e crianças);
- **Promover estilos de vida saudáveis** acentuando a importância da alimentação, do exercício físico e de uma vida equilibrada, sem excessos, bem como atuar e investir no rastreio das doenças que constituem as principais causas de morte precoce, designadamente doenças do sistema circulatório, neoplasias e patologias cardiovasculares;

Promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível, bem como a criação de novos programas nacionais que contemplem a promoção da alimentação saudável e da atividade física, que definam estratégias concretas de atuação nestas áreas e que permitam concretizar a Resolução da Assembleia da República nº 195/2021, de 08 de Julho.

- Investir no rastreio, em todas as crianças em idade escolar, de problemas que são também as principais causas do insucesso escolar, designadamente problemas de visão, de audição, de dislexia, de hiperatividade e de défice de atenção;
- **Investir na literacia em saúde**, sublinhando o papel fundamental no incremento destas temáticas nos curricula escolares;
- Recentrar o sistema de saúde no “valor” fornecido ao utente: Mais saúde por cada euro despendido; Resultados obtidos; Ganhos em saúde.

Um Serviço Nacional de Saúde (SNS) que satisfaça os cidadãos e os profissionais de saúde

O SNS constituiu uma das maiores realizações, no campo social, da sociedade portuguesa, após o 25 de Abril de 1974, tendo sido criado para garantir a toda a população o acesso a cuidados de saúde de forma universal e tendencialmente gratuita. Esta garantia está expressa na Constituição, sendo um dos direitos adquiridos decisivos da sociedade portuguesa, que importa preservar e defender. Neste pressuposto é fundamental que seja uma realidade para todos os portugueses. **É, no entanto, forçoso reconhecer que atualmente o SNS debate-se com gravíssimos problemas**, quer na qualidade do serviço que presta, quer na acessibilidade, a qual não está garantida, de forma equitativa, para toda a população, penalizando sobretudo os grupos sociais mais desfavorecidos.

Neste contexto, o objetivo central para o PSD é defender a finalidade do SNS como conquista indiscutível do 25 de Abril, mantendo a elevada qualidade dos serviços que os profissionais de saúde têm sido capazes de prestar aos portugueses e garantindo a manutenção e modernização da estrutura e dos equipamentos, de acordo com a evolução tecnológica.

Constatando-se que, atualmente, o SNS já não consegue satisfazer os cidadãos nem os profissionais de saúde, **impõe-se uma reestruturação do seu modo de funcionamento**, das relações entre os diversos níveis de instituições de saúde, da autonomia de cada instituição, da forma de financiamento do SNS e da sua gestão. Deverá, ainda, ser **primordial a complementaridade entre instituições do SNS**, a **evolução do funcionamento das unidades de cuidados de saúde primários e hospitalares**, bem como a **atualização e dignificação das carreiras dos profissionais de saúde**. No que diz respeito à **gestão**, há que mudar o seu paradigma, motivando as equipas de gestão e os profissionais de saúde e garantindo que estes profissionais tenham uma participação ativa na definição de medidas deste âmbito; garantindo a autonomia de gestão, com fixação contratualizada de objetivos em função das melhores práticas (em termos nacionais e internacionais); responsabilizando essas equipas pelos resultados atingidos; e criando um sistema de incentivos e de penalizações em função da prossecução dos objetivos previamente definidos.

É necessário aperfeiçoar o novo modelo de financiamento dos cuidados de saúde primários, orientado para os resultados em saúde e que inclua a prevenção de doenças evitáveis.

É necessário aperfeiçoar o novo modelo de financiamento dos cuidados de saúde primários, orientado para os resultados em saúde e que inclua a prevenção de doenças evitáveis.

A concretização daquele objetivo passa, ainda, pela instituição de **um Sistema Nacional de Saúde compreensivo e complementar**, que deverá assentar em três pilares - público, privado e social - passando de um SNS fechado, em que o Estado desempenha todos os papéis - maior produtor, empregador, financiador e fiscalizador - para um Sistema em que o Estado continua a ser o elemento central e maioritário, mas cuja função primeira é o cumprimento da Constituição, ou seja, garantir o acesso de todos os portugueses aos cuidados de saúde, de forma justa e equitativa e tendencialmente gratuita.

Neste Sistema Nacional de Saúde o Estado continua a ter o papel fundamental, mas terá de desenvolver com os outros pilares uma cooperação inteligente, no sentido da complementaridade e ganhos em eficiência e efetividade. Esta cooperação e articulação entre todas as áreas - pública, privada e social - permitirá uma afetação de recursos mais eficiente, com custos mais baixos para o Estado e para o contribuinte, um aumento da acessibilidade da população sem perda da qualidade dos cuidados prestados e um poder acrescido de escolha por parte dos cidadãos.

Reorganizar o sistema de saúde e realizar a revisão da Lei de Bases da Saúde, criando uma efetiva rede de cuidados de saúde, que agregue os vários níveis (cuidados primários, hospitalares, cuidados continuados, cuidadores informais) e que prestem cuidados de saúde integrados ao longo da vida das pessoas, com um foco nas doenças crónicas e envelhecimento da população.

Este Sistema Nacional de Saúde pressupõe a transparência para os portugueses do desempenho das unidades geridas por todas as entidades através da divulgação pública, regular e sistemática de indicadores de desempenho e de satisfação do serviço prestado. Nos casos em que se opte pela contratualização da gestão de unidades públicas com outras iniciativas - sociais e privadas - ela decorrerá de concursos públicos cujo caderno de encargos definirá os objetivos e metas a atingir na prestação do serviço público que garantam o acesso aos cuidados de saúde por parte da população nas condições garantidas pela Constituição, visando a melhoria dos cuidados prestados à população e numa gestão mais eficaz dos recursos públicos.

Para atingir estes objetivos o PSD adotará as seguintes medidas:

- **Reorganizar o sistema de saúde e realizar a revisão da Lei de Bases da Saúde**, criando uma efetiva rede de cuidados de saúde, que agregue os vários níveis (cuidados primários, hospitalares, cuidados continuados, cuidadores informais) e que prestem cuidados de saúde integrados ao longo da vida das pessoas, com um foco nas doenças crónicas e envelhecimento da população. Pretende-se desenvolver uma visão integradora sublinhando três vertentes: vontade política, cultura organizativa e recurso a sistemas de informação digitais.
- **Promover um novo modelo de financiamento que premeie os ganhos em saúde**, reforçar a autonomia da gestão das unidades de saúde e incrementar o modelo das Unidades Locais de Saúde.

- **Garantir acesso a um médico de família a todos os portugueses**, garantindo-se, na fase de transição até à cobertura universal, o acesso a um médico assistente a todos, recorrendo-se ao sector social e privado quando necessário.
- **Introduzir no SNS uma política de saúde mental, uma de saúde oral e uma de cuidados em fim de vida**, áreas muito negligenciadas na política de saúde em Portugal.
- **Promover a integração da Saúde em todas as outras políticas**, estreitando a sua relação com o ambiente, a agricultura, a educação, as relações internacionais e as finanças públicas.
- **Criação de uma Carta da Saúde em Portugal**, que, ao contrário da “carta hospitalar”, envolva todas as unidades de saúde, os recursos humanos existentes e os equipamentos instalados no país, que permita um correto planeamento político a curto e médio prazos.
- **Reforço da rede de unidades de cuidados continuados e de cuidados paliativos**, que garanta um número de camas ao nível da média europeia, de forma a garantir os cuidados de saúde prolongados necessários a doentes crónicos ou em fim de vida, particularmente aos grupos mais vulneráveis (crianças e jovens, idosos e pessoas com doenças não-oncológicas), e a diminuir o número de internamentos sociais nos hospitais de agudos. O envelhecimento das populações e, em particular, os lares de idosos terem sido especialmente atingidos pela pandemia, expôs a fragilidade do sistema de saúde e de alojamento dos idosos portugueses.
- **Apostar na digitalização do setor da saúde** bem como em parcerias do SNS com empresas tecnológicas do setor. Fomentar a atualização da rede digital do SNS, a racionalização e interligação das aplicações atualmente utilizadas, bem como o desenvolvimento da *internet-of-things* e plataformas digitais para a sua implementação.
- **Alargar o sistema SIGIC das listas de espera para cirurgias à consultas de especialidades médicas hospitalares e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica**, através da emissão de vouchers, quando os mesmos não se realizem em tempos clinicamente aceitáveis.
- **Promover a passagem de todas as unidades de cuidados de saúde primários a Unidades de Saúde Familiar (USFs) de modelo B**, de forma a se garantir o acesso a médicos de família a todos os portugueses no espaço de 3 anos. Possibilidade de surgirem USF's de modelo C, já previsto na lei, particularmente em regiões mais carenciadas, de forma a atrair profissionais de saúde para essas áreas.
- **Implementação de um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes**, para melhorar a sua saúde e a sua qualidade de vida e aliviar a pressão sobre as urgências hospitalares e evitar alguns internamentos.

Implementação de um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes, para melhorar a sua saúde e a sua qualidade de vida e aliviar a pressão sobre as urgências hospitalares e evitar alguns internamentos.

- **Reconhecer a importância, garantir apoio e formação aos cuidadores formais e informais**, de forma a aumentar a sua literacia e capacidade para prestar cuidados de saúde domiciliários.
- **Implementação de uma Nova Visão da Responsabilidade Social Corporativa no Setor da Saúde.** Os hospitais devem ser considerados como organizações complexas cuja responsabilidade social extravasa a prestação de cuidados de saúde a uma comunidade. O envolvimento dos agentes económicos da região – desde a indústria farmacêutica à das tecnologias da saúde, ou aos transportes e restauração – são exemplos de uma abrangência mais alargada do que se percecionava no passado.
- **Aprofundar a conceção do Estado Regulador e do Estado Garantia**, aceitando que o sistema de saúde é um sistema aberto onde o prestador público, sendo o pilar do sistema, deve coabitar com outros prestadores (privados e sociais) sem qualquer reserva intelectual ou ideológica que não seja a busca da eficiência, a melhoria da qualidade e a garantia de um acesso equitativo e universal.

Os desafios do envelhecimento da população

De acordo com os últimos censos, a população portuguesa com 65 e mais anos de idade passou de 16% da população, no início deste século, para 21% em 2011. Em 2018 representava 21% da população e representará 32% do total da população portuguesa em 2050. Prevê-se, ainda, que a população com 80 ou mais anos venha a aumentar no nosso país, ultrapassando nas próximas décadas o peso da população jovem na população total. Este crescimento é superior ao projetado para o conjunto da União Europeia. Os números falam por si. Em Portugal assistir-se-á a uma perda muito significativa da população ativa e da força de trabalho e a um agravamento do índice de dependência de idosos (para 40,65 em 2030 e 55,6 em 2050), com consequências diretas nomeadamente na sustentabilidade do sistema público de pensões, na política da saúde e nas políticas sociais em geral.

As necessidades específicas da população mais idosa têm sido resolvidas através das respostas que os setores da saúde e da segurança social vêm desenvolvendo e que revelam dificuldades de articulação, fruto de abordagens isoladas e distintas. O idoso é “cliente” do sistema de saúde e é “cliente” do sistema de segurança social.

Desta visão parcelar dos problemas é imperioso que se passe para uma outra conceção, em que o idoso se torne o “centro” de atuação em cada um dos sistemas. Esta transição implica uma reestruturação nos dois se-

Aprofundar a conceção do Estado Regulador e do Estado Garantia, aceitando que o sistema de saúde é um sistema aberto onde o prestador público, sendo o pilar do sistema, deve coabitar com outros prestadores (privados e sociais) sem qualquer reserva intelectual ou ideológica que não seja a busca da eficiência, a melhoria da qualidade e a garantia de um acesso equitativo e universal.

tores, até aqui excessivamente departamentalizados em sistemas verticais, através da adoção de modelos de organização mais horizontais, logo mais capazes de criarem respostas integradas, globais e ajustadas às especificidades que resultam do envelhecimento da população.

O PSD considera muito importante retardar a institucionalização das pessoas idosas evitando a sua integração em equipamentos coletivos. Assim, entendemos que deve ser privilegiado um **novo tipo de serviço de apoio domiciliário** que vá além das componentes básicas de apoio e que possa incluir serviços básicos de saúde com apoio tecnológico. Devem ser encontradas **novas formas de habitação** coletiva como as de "co-housing", que permitem a criação de áreas de serviços coletivos integradas no apoio às respetivas residências.

Todos os cuidadores informais terão de ser apoiados por instituições de retaguarda (públicas, privadas ou sociais) na formação, capacitação e apoio psicossocial.

Defendemos que as pessoas em situação de dependência que não conseguem realizar as atividades da vida diária, devem manter-se no seu domicílio sempre que estejam garantidos os cuidados de saúde e apoio necessários que assegurem a manutenção do seu conforto, qualidade de vida e bem-estar.

Para que esse objetivo seja atingido é muito importante o papel das famílias e das pessoas no apoio aos deficientes, idosos e crianças em situação de dependência.

O PSD entende ser necessário consagrar e valorizar o **Estatuto dos Cuidadores Informais**, aprovado na Assembleia da República com os contributos do PSD, o qual deverá conferir particular

atenção à articulação entre o trabalho e a ocupação de tempos livres. **Todos os cuidadores informais terão de ser apoiados por instituições de retaguarda** (públicas, privadas ou sociais) na formação, capacitação e apoio psicossocial. Devem, ainda, ser objeto de regulamentação adequada em termos de direitos laborais e acesso ao regime de seguro social voluntário. À semelhança do que hoje se permite às famílias que deduzem no IRS as despesas de institucionalização (lares de idosos, etc.) permitir também que as **despesas com os cuidadores informais** possam ser de igual modo dedutíveis.

Ultrapassada a pandemia, o previsível agravamento do envelhecimento da população e a redução do papel dos núcleos familiares tradicionais exigem um **forte investimento na sustentabilidade e na capacitação das instituições e dos cuidadores, reforçando a aposta numa proteção social e em saúde de proximidade**. Para tal, o PSD irá:

- Criar, em parceria com as instituições, um **programa de reequilíbrio financeiro e de capacitação das instituições do 3º Sector e dos cuidadores** para a criação de respostas integradas sociais e em saúde, preparando-as para enfrentar o impacto do envelhecimento da população e a desertificação humana dos territórios;
- **Reforçar a articulação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Saúde** na resposta às populações, aumentando o número de profissionais de saúde ao serviço da rede de equipamentos e serviços sociais, dotando as instituições de áreas dedicadas à saúde;

- **A revisão e aumento da comparticipação do Estado nas despesas correntes dos utentes**, actualizando os acordos de cooperação em linha com aumento do custo da prestação dos serviços; Apoiar as iniciativas de apoio a cidadãos em situação de exclusão ou marginalização social (de carácter cultural, desportivo, económico ou outro) protagonizadas e desenvolvidas por cidadãos, empresas e outras organizações comunitárias;
- **Consagrar o direito a uma carreira profissional aos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias**, aumentando a atratividade das profissões relacionadas com a prestação de serviços sociais, apoiando a sua valorização e qualificação profissional e o recrutamento de trabalhadores cada vez mais qualificados e especializados, bem como **reforçar os mecanismos de proteção social dos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias**;
- Desenvolver programa de formação de gestores voluntários das instituições do 3.º sector; Capacitar as instituições para o reforço do apoio domiciliário em detrimento da institucionalização dos utentes;
- **Dinamizar os concelhos locais de ação social**;
- **Desenvolver o conceito de “Aldeia ComVida/ Aldeia Lar / Aldeia Social”**, centrado no aproveitamento de aldeias/vilas do interior do País em processo de despovoamento e desertificação.

O PSD preconiza uma sociedade onde o processo natural de envelhecimento ao longo do ciclo de vida seja acompanhado da manutenção de elevados níveis de saúde, de bem-estar, de qualidade de vida, de realização pessoal, profissional e social, e de segurança, um envelhecimento ativo saudável e de qualidade no qual todas as gerações participem de forma inclusiva, solidária e não discriminatória (em particular em razão da idade). Para isso propomos: Políticas de saúde e desporto para o envelhecimento ativo e saudável; Políticas centradas nas características de uma vida saudável (atividade física, alimentação saudável, desafios intelectuais e culturais, combate ao sedentarismo); Políticas de educação, cultura e formação profissional e em cidadania ao longo da vida; O investimento em ambientes físicos públicos e privados que garantam a segurança em todas as idades.

Aposentação e envelhecimento ativo

O aumento sustentado da esperança de vida e o envelhecimento da população trouxeram novos desafios para o processo de transição entre a idade ativa e a aposentação. A fixação de uma idade de referência, atualmente nos 66 anos e 5 meses, é cada vez mais posta em causa quer por aqueles por razões de saúde física e mental desejariam antecipar esse limiar, quer por aqueles que se sentem em condições de poder prolongar a sua atividade profissional.

Todos os estudos independentes realizados em Portugal e por organismos internacionais demonstram que não obstante as inúmeras medidas legislativas (algumas delas já revertidas) de carácter extraordinário adotadas, agravaram-se os problemas de sustentabilidade e suficiência das prestações.

Os portugueses desejam manter o contrato social e a solidariedade intergeracional para com as gerações que ajudaram a construir o país e apoiam políticas redistributivas transparentes e justas para com os mais carenciados. Mas ambicionam, há muito, um sistema de protecção social moderno, sustentável, justo, transparente, que lhes prometa e garanta os níveis de rendimento necessários para enfrentar as contingências da vida e do mercado de trabalho e a segurança e qualidade de vida desejadas na velhice. Querem participar ativamente, de forma coletiva, mas também individual, na sua protecção social.

Em resposta a estes problemas e às legítimas ambições da população portuguesa, o PSD apresentará aos parceiros sociais, aos demais partidos e à sociedade em geral uma reforma global que modernize o sistema de protecção social e o prepare para enfrentar os desafios do presente século. Esta reforma assentará num conjunto de princípios fundamentais, entre os quais destacamos:

- **A criação de um sistema único e universal para todos os trabalhadores**, sejam eles do sector público e do sector privado, dependentes ou independentes, sem regimes especiais ou tratamentos mais favoráveis para determinados grupos, em que todos são tratados em condições de equidade social, de igualdade, e de respeito pelo princípio da diferenciação positiva;
- **A preservação e reforço do atual modelo de financiamento do contrato social, assente na solidariedade intergeracional e na solidariedade de base profissional**; A introdução do **princípio da justiça intra e intergeracional na relação entre o esforço contributivo dos trabalhadores e empregadores e o valor das prestações sociais**, com uma clara separação entre a função redistributiva e as funções de poupança e de seguro social e adequação nos sistemas de protecção social;
- A concretização, já prevista na Lei de Bases da Segurança Social, do princípio da diversificação das fontes de rendimento na protecção social;
- **A flexibilização da idade de acesso à pensão por velhice** e a introdução de mecanismos de reforma a tempo parcial que permitam prolongar a vida ativa, continuar a trabalhar e a acumular a percepção de rendimentos do trabalho e de pensões;

Os portugueses desejam manter o contrato social e a solidariedade intergeracional para com as gerações que ajudaram a construir o país e apoiam políticas redistributivas transparentes e justas para com os mais carenciados. Mas ambicionam, há muito, um sistema de protecção social moderno, sustentável, justo, transparente, que lhes prometa e garanta os níveis de rendimento necessários para enfrentar as contingências da vida e do mercado de trabalho e a segurança e qualidade de vida desejadas na velhice. Querem participar activamente, de forma coletiva, mas também individual, na sua protecção social.

- **Uma aposta firme na criação de incentivos para uma mais fácil e rápida inserção dos jovens e regresso dos desempregados ao mercado de trabalho;**
- **A criação de uma nova prestação social que atenua o empobrecimento dos trabalhadores empregados e incentive a sua participação ativa no mercado de trabalho** que tenha em conta a dimensão e composição do agregado familiar.

O PSD propõe-se, em sede de Concertação Social, a encontrar **soluções mais flexíveis para a idade de aposentação**, transformando a idade limite num período transitório que pudesse antecipar para uns e prolongar para outros. Se para os que desejam antecipar a passagem à fase de aposentação tal é possível, desde que sujeito a penalizações, o prolongamento da atividade para além da idade de referência deveria ser melhor premiada sempre que há **recurso ao trabalho a tempo parcial** como complemento do montante da reforma.

Casos há em que esse recurso a tempo parcial é concretizado através da prestação de serviços, ou de alterações aos contratos existentes, quando a relação poderia ser mais estável, transparente decorrente da vontade entre as partes (trabalhador e entidade patronal) e menos penalizadora em termos fiscais para os que optam por essas soluções. Neste sentido o PSD propõe-se apresentar, em sede de concertação social, um conjunto de medidas de flexibilização da transição da idade ativa para a aposentação, criando incentivos para soluções de trabalho em tempo parcial e prolongamento da atividade para além da idade de reforma.

*O PSD propõe-se, em sede de Concertação Social, a encontrar **soluções mais flexíveis para a idade de aposentação**, transformando a idade limite num período transitório que pudesse antecipar para uns e prolongar para outros.*

É preciso uma maior celeridade no pagamento dos subsídios sociais e familiares e das pensões. Milhares de cidadãos esperam e desesperam pelo processamento e pagamento de subsídios e pensões.

Por último, **é preciso uma maior celeridade no pagamento dos subsídios sociais e familiares e das pensões**. Milhares de cidadãos esperam e desesperam pelo processamento e pagamento de subsídios e pensões. O Estado atrasa, adia, e não resolve! É imperioso dar resposta rápida e eficaz, garantindo o pagamento pontual dos subsídios sociais e familiares, bem como, das pensões. Diminuir os tempos médios de processamento e pagamento deve ser prioridade da Segurança Social e do Centro Nacional de Pensões.

9. Cultura e conhecimento: uma ambição renovada

A cultura é um direito e o desígnio do PSD é torná-lo acessível a todos os Portugueses. Entendemos a cultura na sua dimensão integradora, capaz de superar a divisão entre produtores e consumidores e de transbordar para além dos acanhados limites sociais das elites, como são elementos essenciais ao Homem para a compreensão do Outro (da riqueza da diversidade) e do Mundo. Portugal exige uma política cultural enraizada na sua identidade, que lhe confira um sentido de futuro e uma dimensão global que a projete para além de nós. Entendemos a cultura na sua dimensão dinâmica, capaz de se articular com a evolução do conhecimento e ganhando expressão no ensino superior, com a inovação tecnológica e ganhando novos impulsos através da digitalização, beneficiando de ambos os domínios e contribuindo também para o seu progresso. Portugal exige uma indústria cultural e criativa, cujo empreendedorismo venha a captar fundos europeus essenciais para o seu desenvolvimento.

Neste contexto, a política cultural terá de articular quatro dimensões indissociáveis: preservar e valorizar o legado, promover a criação, potenciar a comunicação e democratizar a fruição.

Preservar e valorizar o legado

Importa conservar e valorizar o legado cultural material e imaterial, o que exige encontrar instrumentos e soluções que lhe conferem novas formas de apropriação social e de imersão criativa.

A paisagem

A paisagem natural e humanizada são a expressão material de base da nossa cultura a preservar, e também a valorizar nomeadamente através da classificação de novos elementos patrimoniais e paisagísticos.

A língua

O Português é a expressão da nossa identidade coletiva e da presença de Portugal à escala global, sendo que as diferenças no uso da língua portuguesa não a empobrecem, mas antes revelam as diferentes dinâmicas culturais de cada país na sua apropriação. A tentativa da uniformização ortográfica não constituiu qualquer vantagem face ao mundo globalizado, pelo que o PSD defende a avaliação do real impacto do novo **Acordo Ortográfico**.

*A tentativa da uniformização
ortográfica não constituiu*

*real impacto do novo **Acordo
Ortográfico**.*

Em defesa da nossa língua, propõe ainda o recurso às plataformas e redes digitais para a promoção das obras culturais, dos conteúdos e dos materiais de apoio à aprendizagem do Português; o reforço da rede de leitorados; a conceção de um plano de promoção das obras literárias portuguesas no estrangeiro, incluindo traduções para diferentes línguas das obras de referência.

O edificado

O rico e diversificado património edificado, deverá continuar a ser preservado, reabilitado, conhecido e usufruído, implementando-se:

- um **plano detalhado de inventariação e reabilitação dos edifícios com maior valor cultural**, que evite o abandono e degradação de uma parte significativa desse **património nacional**, bem como a sua alienação indiscriminada para obtenção de receitas imediatas;
- em situações de limitação financeira, promovendo concursos públicos, economicamente atraente, ou **acordos de longa duração com entidades públicas e privadas para a sua reabilitação**;
- uma **maior cooperação intermunicipal**, potencializando a oferta e alargando a procura, através da conceção e difusão dos **novos roteiros culturais**, recorrendo às novas tecnologias, da **articulação com as políticas intermunicipais de turismo, cultura e ambiente**, e do desenvolvimento de **guiões pedagógicos**.

Museus, arquivos e bibliotecas

Estes espaços de construção da memória coletiva, dispersos do nacional ao local, exigem uma organização em rede, assente em cooperação técnica e na partilha de recursos, bem como num rápido e amplo processo de digitalização que contribua para os objetivos de preservação da cultura, como para a sua mais ampla divulgação. Assim pretendemos promover a:

- elaboração de **catálogos digitais** e de **inventários documentais** dos museus e dos arquivos históricos
- **digitalização** sistemática das obras musealizadas e dos fundos arquivísticos, desenvolvendo também as visitas virtuais a museus
- criação de **uma base de dados nacional** de consulta aberta
- construção de **redes colaborativas** de museus, arquivos e bibliotecas
- **autonomização na gestão** dos museus, arquivos e bibliotecas

O PSD defende ainda a criação de um **Museu de Portugal no Mundo** que, sem preconceitos nem tabus, narre a longa história do país. Associado a este Museu, deverá funcionar um Centro de Investigação Histórica. Importa ainda valorizar o Museu de Artes Decorativas, de Lisboa, e criar um outro no Porto, associando-o a uma

*Elaboração de
catálogos digitais
e de **inventários**
documentais
dos museus e dos
arquivos históricos.*

Escola de Artes e Ofícios e que envolva o cluster nortenho do mobiliário, da ourivesaria e outras atividades congêneres.

Digitalização sistemática das obras musealizadas e dos fundos arquivísticos, desenvolvendo também as visitas virtuais a museus.

Promover a criação cultural

A criação cultural, hoje marcada pela sua diversificação e afirmação da sua dimensão económica, inclui também a ideia de uma economia criativa com um mercado global da arte e da cultura ímpar na história da humanidade. Aliás, num mundo global e competitivo, as políticas da Cultura devem constituir um elemento essencial das relações internacionais, face ao potencial que a Cultura encerra para o estabelecimento de relações fortes com outros países, como os Estados da CPLP (*soft power*).

Um dos domínios com maior capacidade inovadora é o design, devendo-se pensar numa grande **Escola Portuguesa de Design** (associada a uma Universidade, de preferência numa região de forte indústria), com estreita ligação à indústria e dimensão internacional, também como fator de **difusão da cultura portuguesa no Mundo**. Esta deverá beneficiar do aumento da procura turística que tem valorizado os produtos e a gastronomia portuguesa.

Pretende-se incentivar o movimento de redescoberta das regiões do interior:

- Mobilizando fundos estruturais para a qualificação das ofertas culturais, sobretudo as que se integram em **roteiros culturais inovadores**, de âmbito intermunicipal.
- Promovendo uma política de **descentralização**, valorizando-se o papel das autarquias em parcerias múltiplas com agentes e criadores culturais.
- Incentivar e apoiar o **associativismo cultural** de base local.
- Reformar o atual **sistema de apoios às artes, incluindo os apoios à produção de cinema e audiovisual**, descentralizando-o mais.
- Criar um novo quadro mais atraente de incentivos ao **mecenato cultural**.
- Promover planos conjuntos, entre poder central e poder local, de apoio a projetos culturais de reconhecido mérito, e potenciadores de uma efetiva descentralização em todas as áreas de fruição cultural.
- Criar um quadro legal que dê resposta à natureza, às necessidades específicas e ao *modus operandi* dos criadores, artistas, produtores, associações culturais, companhias, teatros, orquestras, empresas de produção artística, etc., sendo necessário promover a **criação de uma Lei de Bases da Cultura**, como acontece com a Educação, na medida em que os institutos legais/regimes jurídicos/conceitos que se aplicam não se adequam às atividades e necessidades dos criadores e produtores culturais.

Potenciar a comunicação e o marketing cultural

O papel do **marketing cultural**, incluindo o recurso **aos novos media**, como potenciador de marcas e projetos é decisivo numa política de comunicação cultural.

Neste contexto ganha especial relevo o papel da **televisão pública** e o seu chamado serviço público que não tem correspondido ao expectável. Mantendo a lógica de um canal generalista, importa rever a função dos restantes canais integrando-os num projeto ambicioso de **uma RTP Global**

Importa ainda desenvolver uma **educação estética**, transversal ao curriculum escolar, mas que beneficie já do apoio ao ensino/formação no domínio artístico (infraestruturas, bolsas, intercâmbio internacional), e que se torne mobilizadora das diferentes formas de conhecimento e potenciadora das maneiras de pensar os problemas e as obras culturais, para o que se propõe:

- A criação da figura do **Programador Cultural** em cada um dos agrupamentos de escolas públicas
- Elaboração de um conjunto alargado de **guiões pedagógicos** que transformem as visitas de estudo em processos de aprendizagem interdisciplinar

Democratizar o acesso e promover a fruição

A acessibilidade da fruição da cultura a todos os portugueses, como alicerce do desenvolvimento humano e social, não reside essencialmente na massificação da cultura, mas antes em mudar a natureza da fruição: passar da atitude passiva e contemplativa para a capacidade de questionamento das obras culturais, do uso para a imersão, da apropriação individual para a partilha alargada da ação cultural. Todos somos atores neste enorme palco da nossa existência como País.

*Importa ainda desenvolver uma **educação estética**, transversal ao curriculum escolar, mas que beneficie já do apoio ao ensino/formação no domínio artístico (infraestruturas, bolsas, intercâmbio internacional), e que se torne mobilizadora das diferentes formas de conhecimento e potenciadora das maneiras de pensar os problemas e as obras culturais.*

10. Investir nas novas gerações

Ganhar o futuro exige preparar e qualificar os vindouros

Educação e Ensino

Multiplicam-se as narrativas sobre o futuro, mas nunca este se tornou tão imprevisível. Vivemos um novo período de "aceleração da história", quando os processos de mudança são cada vez mais rápidos e mais contingentes. A inovação tecnológica é contínua e conduz à obsolescência do conhecimento adquirido, os quadros institucionais são abalados por esse vórtice e acabam por minar a confiança dos cidadãos bem como o próprio sistema de valores sociais.

Perante esta conjuntura, para que futuro queremos formar as novas gerações? O que fazer quando tudo muda? A resposta só pode ser uma: centrarmo-nos sobre o que permanece, a saber, o conhecimento, o legado cultural, os valores da cidadania e do desenvolvimento humano.

Esta opção estratégica é a única que nos garante a concretização do princípio da equidade e o propósito de uma educação de qualidade para todos.

O PSD não subscreve as conceções que orientam a atual política educativa. Pelo contrário, entendemos que as políticas educativas terão de considerar como prioridades os seguintes objetivos e finalidades da educação:

- O primeiro objetivo é o de **formar pessoas**, através da dimensão emancipatória da liberdade e da autonomia, da civilidade e da disciplina, dos valores e atitudes característicos das sociedades abertas à diversidade social e cultural, como sejam o respeito, a tolerância e a solidariedade perante a diferença.
- Pessoas que dominando o conhecimento conseguem mobilizá-lo através das diferentes maneiras de pensar, da **capacidade de questionamento do adquirido** e do desenvolvimento de uma cultura crítica suscetível de potenciar a inovação, a criação cultural e o desenvolvimento pleno da pessoa humana.
- Uma **cidadania** fundada sobre a ética da responsabilidade e construída sobre a consciência e o conhecimento dos seus direitos e deveres para com os outros cidadãos e destes para com a sociedade. Formar para uma cidadania ativa e participativa nos diferentes contextos da ação coletiva: do local ao nacional, do europeu ao universal.
- Para além de formar pessoas e cidadãos pretende-se **formar profissionais** capacitados para integrar a vida adulta, aproveitar ou criar as suas próprias oportunidades, contribuir para a criação de riqueza através das suas qualificações.

*O primeiro objetivo é o de **formar pessoas**, através da dimensão emancipatória da liberdade e da autonomia, da civilidade e da disciplina, dos valores e atitudes característicos das sociedades abertas à diversidade social e cultural, como sejam o respeito, a tolerância e a solidariedade perante a diferença.*

Para a concretização deste perfil de formação importa assegurar que o sistema educativo proporciona:

- **Igualdade de oportunidades de aprendizagem.** A todos os alunos é garantido o acesso ao conhecimento e ao curriculum que deverá ser comum, incentivando a flexibilidade pedagógica e não a curricular.
- **Um currículo centrado no conhecimento** consolidado, quer seja o de base científica quer cultural.
- Centrar o processo de ensino e aprendizagem na **capacidade de pensar e questionar**, pela mobilização do conhecimento para a resolução de problemas e para lidar com a incerteza e o desconhecido.
- Garantir a todos os alunos **as mesmas oportunidades de sucesso educativo** ao longo de todo o percurso escolar, desde a infância às formações superiores, recorrendo à **ação social escolar** e ao princípio da equidade como orientador dos critérios de apoio.

Garantir a todos os alunos as mesmas oportunidades de sucesso educativo ao longo de todo o percurso escolar, desde a infância às formações superiores, recorrendo à ação social escolar e ao princípio da equidade como orientador dos critérios de apoio.

Neste sentido, é urgente repensar o quadro normativo da educação de forma a integrar uma nova visão e um novo propósito para a educação em Portugal.

- O PSD está disponível para reabrir o debate em torno de uma nova **Lei de Bases da Educação**, em sede de uma comissão parlamentar, constituída em exclusivo para esse efeito, que possa reunir o maior consenso entre as forças políticas representadas no Parlamento.

Educação de infância

A reforma que propusemos no capítulo 4, tendo por objeto a educação de infância, é a maior prioridade no domínio da educação. Esse poderá ser o passo decisivo para podermos ter melhores condições de sucesso escolar, melhor desenvolvimento cognitivo e social, maior equidade no acesso às boas aprendizagens. O objetivo é claro: termos **melhores alunos**.

Mais autonomia com mais competências para as escolas

O futuro do sistema educativo português tem de afirmar-se pela diferenciação dos seus projetos educativos. Rejeitamos a ideia tradicional de um sistema rígido e monolítico e defendemos, pelo contrário, a diferenciação das soluções pedagógicas desde que sujeitas a uma mesma orientação curricular.

Nesta perspetiva, o PSD defende uma maior descentralização de competências e uma maior autonomia das escolas na gestão e desenvolvimento dos seus projetos educativos. Nomeadamente:

- **Planeamento da rede** passa da periodicidade anual para trienal. Em casos devidamente justificados esse planeamento poderá ser revisto sempre que se registre uma alteração significativa das condições previstas. Eliminação progressiva das **turmas mistas** com mais de dois anos de escolaridade.
- A **organização das turmas**, os critérios de distribuição dos alunos e a sua dimensão é da exclusiva responsabilidade dos órgãos pedagógicos da escola, podendo formar turmas de dimensão variável em função das características dos alunos.
- A afetação dos **horários dos docentes** é feita com base na organização dos ciclos, considerando a dimensão média de turma de 22 alunos.
- A **abertura de novos cursos** (ensino básico, secundário regular e profissional) é condicionada à aprovação de um estudo de viabilidade apresentado pela escola aos serviços do Ministério da Educação.
- Os **créditos horários** para o desenvolvimento de projetos e desempenho de funções de supervisão, assessoria e coordenação, serão calculados em função da dimensão e número de estabelecimentos do agrupamento, dos recursos disponíveis e da progressão dos resultados escolares, mas de gestão exclusiva da direção do agrupamento de escolas.
- Possibilidade alargada de **recondução dos docentes**, contratados ou do quadro, sempre que exista mútuo acordo entre a Direção da Escola e o docente.
- Novo enquadramento regulamentar para a aplicação de **receitas próprias** e incentivos à angariação de financiamentos públicos e privados.

*A **organização das turmas**, os critérios de distribuição dos alunos e a sua dimensão é da exclusiva responsabilidade dos órgãos pedagógicos da escola, podendo formar turmas de dimensão variável em função das características dos alunos.*

*A instituição de três **Academias** (Norte, Centro e Sul) orientadas em exclusivo para a formação de futuros diretores, subdiretores, adjuntos e coordenadores de estabelecimento, de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, através de programas certificados de estudos pós-graduados.*

Um leque de competências mais alargado pressupõe maior capacidade de gestão orientada para lideranças pedagógicas que se afirmem perante as perspetivas mais burocráticas ou administrativas. Neste sentido, o PSD defende:

- A instituição de três **Academias** (Norte, Centro e Sul) orientadas em exclusivo para a formação de futuros diretores, subdiretores, adjuntos e coordenadores de estabelecimento, de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, através de programas certificados de estudos pós-graduados.

*Que se proceda a uma avaliação rigorosa da experiência de descentralização dos **contratos interadministrativos (programa Aproximar)**, de forma a ponderar a sua reformulação e/ou eventual disseminação para outros municípios onde a vontade das Câmaras e dos Agrupamentos de Escolas se expresse favoravelmente à sua adoção.*

Este reforço de competências na gestão das escolas deve ser articulado com o processo de **descentralização** para as autarquias. Ao contrário do quadro normativo aprovado pelo atual governo, o PSD defende um processo diferenciado em função das características dos agrupamentos e das autarquias. Se há autarquias preparadas para desenvolverem um trabalho colaborativo com as

escolas, outras há que não dispõem dos recursos materiais e humanos para o concretizarem. Neste contexto propomos:

- Que se proceda a uma avaliação rigorosa da experiência de descentralização dos **contratos interadministrativos (programa Aproximar)**, de forma a ponderar a sua reformulação e/ou eventual disseminação para outros municípios onde a vontade das Câmaras e dos Agrupamentos de Escolas se expresse favoravelmente à sua adoção.

O princípio da descentralização em educação deve sempre orientar-se para a diferenciação dos quadros de competências a delegar e para uma clara separação entre funções administrativas e funções pedagógicas.

Qualificar o ensino profissional

O ensino profissional não poderá continuar a ser o “parente pobre” do ensino de nível secundário. Em primeiro lugar, porque se tornou uma via alternativa ao ensino regular para alunos com piores resultados. Em segundo lugar, porque o seu curriculum tende a reproduzir, em versão mais “leve”, o do ensino regular, especialmente nas disciplinas da componente de formação sociocultural e científica.

Defendemos um **currículo específico** para o ensino profissional, construído de forma autónoma, que seja diferente do ensino regular e partindo dos perfis de formação indispensáveis a uma boa inserção no mercado de trabalho e na vida ativa.

*Defendemos um **currículo específico** para o ensino profissional, construído de forma autónoma, que seja diferente do ensino regular e partindo dos perfis de formação indispensáveis a uma boa inserção no mercado de trabalho e na vida ativa.*

- Identificação clara das componentes curriculares estabelecendo um equilíbrio entre conhecimento, competências e aptidões técnicas.
- Reforçar a componente de aprendizagem em contexto de trabalho.

- Envolver as empresas na definição dos conteúdos curriculares, bem como na formação prática e na respetiva avaliação.
- Valorizar as componentes da responsabilidade social, ambiental e produtiva.

Complementarmente, é urgente rever a lista de **qualificações** e identificar as prioritárias em função das necessidades presentes e previsíveis a curto e médio prazo de forma a garantir a empregabilidade do curso e a satisfação do mercado de trabalho. Neste contexto, as áreas tecnológicas e da economia digital revelam uma enorme carência de especialistas e de quadros médios.

**Eliminar as atuais
provas de aferição
no 2º, 5º e 8º anos
de escolaridade.**

**Introduzir provas de
aferição no final do 4º ano,**
*podendo as classificações
obtidas ser utilizadas para
ponderar a classificação final,
de acordo com a opção da
escola ou agrupamento de
escolas.*

Avaliação externa das aprendizagens

Com maior autonomia pedagógica das escolas cabe ao Ministério da Educação garantir os instrumentos de regulação indispensáveis a um adequado desenvolvimento do currículo. Entre eles, o PSD considera que a avaliação externa das aprendizagens é um dos mais eficazes. A experiência recente das provas de aferição a meio de cada ciclo, em substituição das provas de final de ciclo, revelou-se um erro que conduziu à desmobilização de alunos e professores para a prossecução de objetivos de aprendizagem e, nem por isso, contribuiu para o seu melhor desempenho.

Neste contexto, o PSD propõe-se a:

- **Eliminar as atuais provas de aferição no 2º, 5º e 8º anos de escolaridade.**
- Introduzir **provas de aferição no final do 4º ano**, podendo as classificações obtidas ser utilizadas para ponderar a classificação final, de acordo com a opção da escola ou agrupamento de escolas.
- Reintroduzir as **provas finais do 6º ano**, para todos os alunos cujos resultados ponderam a classificação final (30%).
- Manter as **provas finais do 9º ano**, para todos os alunos cujos resultados ponderam a classificação final (30%).

**Reintroduzir as provas
finais do 6º ano, para
todos os alunos cujos
resultados ponderam a
classificação final (30%).**

- Manter o atual sistema de **exames no ensino secundário**.
- Recuperar o sistema de **testes intermédios** abandonado há alguns anos em regime de adesão voluntária por parte das escolas.

O PSD entende ainda que se deverá mudar, de forma gradual, a natureza das provas, exames e testes de avaliação externa, no sentido de se avaliarem os conhecimentos, mas também a capacidade dos alunos de mobilizarem esse conhecimento para a resolução de problemas, bem como pensar e questionar de forma crítica.

***Se ambicionamos ter
melhores escolas,
tal só é possível
se escolhermos os
melhores professores
e os capacitarmos
para uma melhoria
contínua do seu
desempenho.***

Dignificar a profissão docente

É preocupante a progressiva degradação da condição docente. Educadores e professores têm assistido, especialmente na última década, a uma perda significativa do nível remuneratório em comparação com outras profissões da administração pública, acompanhada de um desgaste das condições de exercício da sua atividade e da banalização do acesso à profissão.

O PSD entende que a qualificação da escola pública exige da parte do Estado maior critério e rigor na admissão dos novos profissionais e maior empenho na sua formação ao longo da respetiva carreira. ***Se ambicionamos ter melhores escolas, tal só é possível se escolhermos os melhores professores e os capacitarmos para uma melhoria contínua do seu desempenho.***

Formação inicial e profissionalização

O PSD defende que é ao Estado que compete definir:

- Qual o **perfil de formação inicial de professores**? Esse perfil deverá ser diferenciado em função dos diferentes níveis, da educação de infância ao ensino secundário regular e profissional. Deverá ainda servir de orientação aos cursos de formação inicial de educadores e professores que os habilitam.
- A distinção institucional entre quem habilita e quem profissionaliza. ***A habilitação compete às instituições de ensino superior, a profissionalização compete ao Ministério da Educação que regulará o processo a desenvolver em contexto da escola pública e sujeita a supervisão pedagógica.***
- Quais as condições de profissionalização, regulando um **modelo de profissionalização em exercício aproveitando o período probatório** previsto no Estatuto da Carreira Docente.
- Avaliar a **capacidade e competência para o exercício profissional da docência**.

Avaliação e progressão na carreira

O PSD entende que o atual modelo de avaliação do desempenho docente deverá ser melhorado com a **introdução da avaliação do *portfolio*** (planos de aula, materiais, instrumentos de avaliação, reflexões sobre a prática pedagógica, etc.), a ser concretizado por um júri maioritariamente externo à escola a cujo quadro o professor está vinculado.

Mobilidade

Promover a mobilidade docente entre agrupamentos do mesmo concelho (para os concelhos com mais de um agrupamento) ou entre agrupamentos de concelhos limítrofes (para os concelhos com um só agrupamento) de forma a suprir necessidades temporárias de serviço docente.

Maior rigor na aplicação do direito de **mobilidade por doença**, nomeadamente pela identificação de alternativas de colocação em função da distância em relação ao domicílio fiscal.

Tempo de serviço e aposentação

O PSD, coerente com a posição adotada em 2018, entende **compensar o tempo de serviço dos docentes** que não foi reconhecido pelo anterior Governo. Não sendo possível fazê-lo em termos de progressões nem da redução da componente letiva - como havíamos proposto então - propomos que esse tempo efetivamente trabalhado possa ser mobilizado **para efeitos de aposentação**, de forma a despenalizar as aposentações antecipadas e a majorar o valor das respetivas pensões.

*O PSD, coerente com a posição adoptada em 2018, entende **compensar o tempo de serviço dos docentes** que não foi reconhecido pelo anterior Governo. Não sendo possível fazê-lo em termos de progressões nem da redução da componente letiva - como havíamos proposto então - propomos que esse tempo efetivamente trabalhado possa ser mobilizado **para efeitos de aposentação**, de forma a despenalizar as aposentações antecipadas e a majorar o valor das respetivas pensões.*

Ensino Superior

As propostas políticas para o Ensino Superior foram desenvolvidas com base em três grandes desígnios: identitário, estratégico e funcional ou operativo. No que respeita ao desígnio identitário, entendemos o Ensino Superior como ativo de produção de conhecimento, de formação humanista e social do indivíduo, bem como da inovação dos meios de intervenção e da capacitação analítica e crítica. O desígnio estratégico prende-se com o papel do Ensino Superior como instrumento de coesão social, territorial e de projeção internacional de pessoas, ideias e projetos. Finalmente, é importante realçar o papel do Ensino Superior como ferramenta para o crescimento económico e bem-estar da sociedade.

Generalizar o acesso às formações superiores

O Acesso ao Ensino Superior deve promover a equidade e a igualdade de oportunidades. O desafio de **alargar a participação da população no ensino superior**, tornando-a mais inclusiva e mantendo ou mesmo reforçando a sua qualidade, exige uma aposta na diversidade da oferta formativa, a par da sua **equilibrada distribuição geográfica**. Esta oferta deverá ser apelativa e assegurar a flexibilidade dos percursos educativos através de um sistema transparente de pontes de comunicação entre estes percursos. O Acesso a um Ensino Superior de qualidade é um dos **principais motores da mobilidade social**, conceito que faz parte da matriz Social Democrata.

Neste contexto, defendemos as seguintes medidas:

- **Alargar e diversificar a base de captação de candidatos**, oriundos de diversos percursos de conclusão do ensino secundário para as ofertas do ensino superior, através da flexibilização das vias de acesso;
- Intensificar as pontes para **apoiar a transição entre os diversos percursos verticais** existentes, conferindo maior solidez e versatilidade ao nosso sistema de educação superior, as quais podem e devem ser diversas.
- Aumentar e melhorar duplamente a **cobertura nacional do ensino superior, através do alargamento da abrangência social e da extensão territorial**, numa representação de todos os grupos sociais e numa presença em todo o território de uma oferta especializada e qualificada assente no princípio da complementaridade entre cursos e instituições;

*Portugal tem uma sólida oferta de Ensino Superior, distribuída por **instituições públicas, instituições particulares e cooperativas e pelos subsistemas universitário e politécnico**. Importa preservar e aprofundar esta riqueza, bem como clarificar a natureza dos dois subsistemas numa **lógica de reforço de complementaridades e não de concorrência**.*

Promover a qualidade e adaptação aos novos desafios

Num mundo complexo e em constante e acelerada mudança, o Ensino Superior deverá preparar os alunos para se adaptarem a novos desafios de elevada complexidade ao longo da sua vida. Portugal tem uma sólida oferta de Ensino Superior, distribuída por **instituições públicas, instituições particulares e cooperativas e pelos subsistemas universitário e politécnico**. Importa **preservar e aprofundar esta riqueza, bem como clarificar a natureza dos dois subsistemas numa**

lógica de reforço de complementaridades e não de concorrência entre si, promovendo a qualidade e a capacidade de dar respostas aos repto do presente.

- Os novos desafios exigem uma transformação no modelo de ensino com uma oferta académica com uma oferta adequável a diferentes necessidades e expectativas académicas promoção da formação fundamental e da visão holística e interdisciplinar do conhecimento, acesso a competências digitais e transversais, estímulo a atividades integradoras e com componente humanista, crítica, em todos os cursos. Compete ao Estado incentivar as Instituições a promover tal mudança, nomeadamente através do financiamento competitivo, criando um **Programa ("Incentivo para a Mudança")**;
- Através das políticas públicas, o governo do PSD encorajará as Instituições do Ensino Superior a desenvolverem **uma cultura de mérito** em todas as suas atividades de educação, investigação e inovação, num **contexto Europeu e global** e incentivará a inserção em redes de Instituições do Ensino Superior Europeias, nomeadamente as *European Universities Initiative*;
- A **atratividade das instituições de ensino superior** para os **alunos internacionais** será estimulada criando condições de acesso às instituições de ensino superior portuguesas para estudantes estrangeiros, em especial os oriundos dos Países de Língua Oficial Portuguesa

*Incentivar e responsabilizar as instituições de ensino superior pelo **sucesso dos seus estudantes e pelo recrutamento em grupos sub-representados**; ajustar a fórmula de financiamento das Instituições de Ensino Superior com um reforço em função do número de estudantes oriundos de grupos sub-representados nas Instituições.*

Promover o sucesso escolar e a qualidade de vida do estudante

- Ampliar a **cobertura nacional de residências estudantis** e reforçar os apoios sociais aos alunos deslocados, através da reabilitação de edifícios públicos degradados e da construção de novas residências recorrendo ao cofinanciamento dos fundos regionais e da contratualização com a sociedade civil;
- Incentivar e responsabilizar as instituições de ensino superior pelo **sucesso dos seus estudantes e pelo recrutamento em grupos sub-representados**; ajustar a fórmula de financiamento das Instituições de Ensino Superior com um reforço em função do número de estudantes oriundos de grupos sub-representados nas Instituições;
- As instituições devem **oferecer apoio adicional aos estudantes que mostrem dificuldades** no acompanhamento das propostas de estudo e também disponibilizar aconselhamento àqueles que queiram mudar de curso;
- Ensino superior como instrumento de coesão territorial**
- Alcançar o desígnio nacional da Coesão Territorial que o PSD propõe exige um conjunto alargado de políticas socioeconómicas e de educação que extravasam o alcance das políticas relativas ao Sistema do Ensino Superior, sendo que este tem uma grande responsabilidade para contribuir para esse desígnio:

- Estimular a inscrição de estudantes nas instituições situadas em regiões com menor densidade populacional, através **da majoração do financiamento unitário nestas instituições** (considerando os custos acrescidos de operar com turmas de menor dimensão);
- Reforçar o **programa ERASMUS +INTERIOR** com o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes do litoral para o interior;
- Garantir uma **oferta de ensino superior diversificada e também capaz de otimizar a especialização regional**. Promover uma melhor articulação entre a oferta de ensino superior e a especialização regional ou as necessidades do seu tecido económico e social.

Ensino superior como ativo para o crescimento económico

Importa ao governo, através de medidas políticas, facilitar as condições para a inovação se desenvolver e dar frutos, nomeadamente através de:

- Proteção da **propriedade intelectual, a par do fomento do empreendedorismo, da criação de projetos empresariais, da geração de novos negócios e da capacitação académica** são exemplos importantes de ações que releva apoiar através dos devidos quadros legais;
- Modelos organizacionais inspirados nas "KICs- Knowledge Innovation Communities", do EIT- European Institute of Innovation and Technology, da U. E. serão incentivados. Neste modelo, as **instituições de Ensino Superior e Ciência e as Empresas** trabalham em conjunto para criar um ambiente propício à inovação;
- Criação de **Cátedras de índole empresarial** que promovam uma forte ligação entre a Instituição de Ensino Superior e as empresas, tanto no ensino como na investigação científica, serão impulsionadas;
- Incentivo da cooperação entre as Instituições do Ensino Superior, empresas, instituições sociais e autarquias nomeadamente pela via do **estabelecimento de consórcios a nível regional**. Valorização das atividades de Ensino Superior no âmbito das instituições de interface, como clusters e Laboratórios Colaborativos.

*Incentivo da cooperação
entre as Instituições do
Ensino Superior, empresas,
instituições sociais e autarquias
nomeadamente pela via
do **estabelecimento de
consórcios a nível regional.***

Ciência e Inovação

O conhecimento tem sido, desde sempre, considerado um importante recurso para o progresso das sociedades. Portugal fez ao longo das últimas décadas um esforço apreciável de fortalecimento das qualificações dos seus jovens. Temos hoje um número significativo de diplomados, doutorados, investigadores e de pro-

dução científica de qualidade em relação a um passado recente. Não se trata de uma batalha ganha porque, se melhorámos, outros também o fizeram, e as necessidades a este nível são cada vez maiores. No entanto, o nosso maior problema é o fraco benefício que as nossas empresas, a nossa indústria, retiram destes recursos humanos e do conhecimento por eles produzido. E o principal motivo é a inexistência de um ecossistema de inovação forte e consolidado.

O que diferencia a sociedade atual é o modo como assistimos a uma intensificação dos fluxos de conhecimento à escala global e a uma alteração do modelo de desenvolvimento e da competitividade, hoje estreitamente relacionados com a capacidade para criar, difundir e utilizar conhecimento. Portugal deve ambicionar ser um país protagonista no Mundo do Conhecimento. Para tal, o PSD defende a adoção de uma Estratégia para a Ciência e Inovação (C&I), que, considerando os desígnios enunciados, apresenta cinco linhas de ação política:

*Criar condições para que Portugal alcance **até 2030 o valor de 5% do PIB de investimento (público e privado)** nas três áreas do triângulo do conhecimento (Ensino Superior, Ciência, Inovação, incluindo a Sociedade de Informação).*

Assegurar a sustentabilidade do sistema científico

- Reforçar a **sinergia entre o Ensino Superior, a Investigação e a Inovação** garantindo sistema mais coeso;
- Reorganizar as agências de financiamento como organismos independentes do Governo, visando a **autonomia da C&I**;
- Criar condições para que Portugal alcance **até 2030 o valor de 5% do PIB de investimento (público e privado)** nas três áreas do triângulo do conhecimento (Ensino Superior, Ciência, Inovação, incluindo a Sociedade de Informação);
- Apostar na manutenção e **modernização das infraestruturas de C&I**, assegurando um conjunto coerente de infraestruturas a nível nacional, regional e local (nomeadamente, a reedição de um programa de reequipamento científico e tecnológico);
- Continuar a **apostar no investimento em recursos humanos** (formação de doutorados, técnicos de laboratório, gestores de C&I) de grande qualidade;

Promover a excelência

- Promover a política de **“Ciência Aberta”**, apostando na cultura científica e na disseminação do método científico;
- Integrar plenamente os **requisitos éticos da investigação científica** ao longo do seu processo de desenvolvimento;

- Fortalecer as **políticas de internacionalização**, pela participação em redes internacionais de ensino, investigação e inovação;
- Desenvolver um modelo de **avaliação** da atividade financiada com fundos públicos, **transparente, independente** e seguindo as melhores práticas internacionais;

*Melhorar o **estímulo à inserção** de doutorados no **tecido social**, em particular nas empresas.*

Criar condições de bom desempenho de todos os investigadores

- Melhorar o **estímulo à inserção** de doutorados **no tecido social, em particular nas empresas**;
- Desenvolver estímulos conducentes à **contratação transparente e sustentável** de docentes e investigadores por parte das instituições públicas;
- Criar condições para a **circulação de investigadores entre o sector académico e empresarial**, e para a sua mobilidade geográfica;
- Criar condições para o **regresso de investigadores nacionais radicados no estrangeiro**, nomeadamente através de um programa de financiamento com características semelhantes ao "ERC- European Research Council" dedicado ao regresso a Portugal.
- Reforçar as condições de bom desempenho de todos os investigadores, com políticas que visem garantir a autonomia individual e **liberdade académica** dos investigadores;

*Desenvolver estímulos conducentes à **contratação transparente e sustentável** de docentes e investigadores por parte das instituições públicas.*

Fortalecer o ecossistema de inovação

- Desenvolver **um plano integrado de promoção da inovação**, com políticas e instrumentos coerentes e complementares, capazes de assegurar o desenvolvimento sistémico, eficaz e eficiente, em articulação com os subsistemas do ensino superior e da ciência, mas igualmente incorporando a colaboração indispensável das instituições de interface, dos clusters, dos parques de ciência e tecnologia, das incubadoras, dos laboratórios colaborativos, das empresas, das entidades de formação profissional e de entidades setoriais relevantes;
- Desenvolver um programa que promova a **contratação de doutorados pelas empresas**. Em Portugal, apenas 3% de doutores fazem investigação no sector empresarial (dados de 2019), enquanto a percentagem na generalidade dos países europeus é de 35%. O PSD tem como objetivo aproximar Portugal dos valores europeus até 2030.

- **Encorajar a investigação científica e a inovação no e com o setor empresarial**, adotando estímulos vários, designadamente: desenvolvimento da formação pós-graduada com empresas; melhoria dos mecanismos fiscais de estímulo à investigação empresarial; melhoria do acesso ao financiamento com capital de risco; promover o envolvimento de PME em projetos de I&D em consórcio; e promover as condições para o crescimento das empresas ("scale up");
- Promover a **simplificação administrativa e a desburocratização** do quotidiano das instituições, através um vigoroso e corajoso programa de simplificação, a todos os níveis, com incidência específica na contratação e aquisição de serviços, no reporte científico e na avaliação institucional;
- Revisitar a missão dos **Laboratórios de Estado, dos Laboratórios Associados e Colaborativos** visando clarificar a sua missão;

*Revisitar a missão dos
**Laboratórios de Estado, dos
Laboratórios Associados
e Colaborativos** visando
clarificar a sua missão.*

Promover a cultura científica na sociedade

- Promover o papel do conhecimento científico e tecnológico na definição de políticas públicas, visando **reforçar a cultura de aconselhamento científico** independente;
- Reafirmar a **Ciência e a Inovação como instrumentos de modernização de Estado e da Sociedade**, acelerando a introdução de processos organizacionais e metodologias científicas em todos os sectores da sociedade portuguesa;
- Promover a ligação das instituições de C&I à sociedade desenvolvendo a **cultura científica dos cidadãos**, fomentando o gosto pela Ciência especialmente nas crianças e jovens e atraindo mais mulheres para as áreas científicas e tecnológicas.

Digitalização e Inteligência Artificial

A força motriz do desenvolvimento económico e social de Portugal assenta essencialmente no desenvolvimento tecnológico e digital, com particular enfoque na Inteligência Artificial (IA).

A União Europeia elegeu na transição digital e na transição verde como as duas grandes bandeiras. Teremos de ser capazes de usar a oportunidade desta nova vaga digital para nos tornarmos produtores e exportadores de conhecimento, aproveitar as áreas em que a digitalização ainda está a dar os primeiros passos e usar as novas tecnologias – entre as quais a IA é fundamental – para que sejam desenvolvidos novos produtos e serviços, aumentar a nossa produtividade, competitividade e capacidade exportadora.

O PSD aposta em assegurar que o potencial da digitalização e da IA seja utilizado para:

- aumentar a competitividade e crescimento económico das organizações e empresas (**Digitalização da Economia**);

- assegurar que o sector público se torne apto a utilizar estas tecnologias nas suas próprias atividades de modo a ser mais eficiente e oferecer serviços públicos de qualidade, centrados no cidadão (**Digitalização do Estado**);
- garantir que as estruturas e sistemas sociais consigam adaptar-se rapidamente às mudanças trazidas pela digitalização e pela IA assegurando o bem-estar dos cidadãos (**Digitalização da Sociedade**);
- disponibilizar as competências básicas à população para uma **Digitalização Inclusiva** plena.

O PSD pretende, em particular:

- Reforçar a aposta em **formação de recursos humanos** em áreas científicas e tecnológicas, numa perspetiva de avaliação comparativa com os índices de referência internacional, apostando ainda em licenciaturas, mestrados e doutoramentos na área do digital em particular IA, Robótica e sectores emergentes como a Computação Quântica e Ciência de Dados; será dada especial atenção ao fosso de género e geográfico existente nestes domínios com um conjunto de medidas destinadas a promovê-los junto das jovens estudantes.
- Formar **20% da população ativa até 2026 na área Digital e IA**, de modo a garantir mão de obra qualificada nestes sectores, proveniente dos diferentes meios e tipos de ensino;
- Dar **competências básicas digitais a 50% da população adulta até 2026**, promovendo a inclusão digital numa lógica de cursos de proximidade nos bairros, instituições laborais e sociais;
- Investir na **infraestrutura digital do País**, como na conectividade 5G abrindo caminho já ao 6G. O investimento em largura de banda com cobertura geográfica do interior ao litoral incluindo as Regiões Autónomas, é essencial para sectores chave da recuperação e resiliência da nossa economia como a agricultura, o transporte, a saúde e a educação; mas também em capacidade de supercomputação, tirando partido do supercomputador a instalar em Portugal no âmbito da rede Europeia HPC; infraestruturas de cibersegurança, tecnologia quântica, computação e serviços na nuvem (*cloud*), e de componentes e circuitos eletrónicos e microeletrónicos (microchips).
- **Estabelecer um programa estratégico dedicado a atrair empresas internacionais** com competências de alto nível em tecnologias digitais a investir em Portugal, liderado por um "embaixador digital" (figura a ser criada como têm já hoje a França, a Dinamarca, a Austrália, entre outros). O programa terá de incluir um pacote de medidas legislativas e regulamentares que promova a experimentação de novas

*Reforçar a aposta em **formação de recursos humanos** em áreas científicas e tecnológicas, numa perspetiva de avaliação comparativa com os índices de referência internacional, apostando ainda em licenciaturas, mestrados e doutoramentos na área do digital em particular IA, Robótica e sectores emergentes como a Computação Quântica e Ciência de Dados.*

tecnologias, incentivos fiscais (em especial para os que se fixarem em áreas não urbanas), promoção das vantagens naturais do país (clima, segurança, gastronomia, qualidade de vida, etc.), acesso a mão de obra qualificada, conhecimento da língua inglesa e vantagem na ligação com outros mercados como os PALOPs.

- Investir e fomentar a **investigação científica de excelência** na área digital e em IA, com uma estreita ligação entre os centros de investigação e as empresas, promovendo a inserção de doutorados em empresas;
- Apoiar a **transformação digital e adoção de tecnologias de IA das empresas em especial das PME** através de condições regulatórias e fiscais; apoios na requalificação do seu pessoal; reforço dos programas financiados pelos fundos Europeus que apoiem as PME no processo transformação digital; criação de oficinas de fabricação, centros de inovação digital itinerantes, de clusters de desenvolvimento tecnológico (por exemplo, nas zonas costeiras dedicados ao desenvolvimento de tecnologias digitais ligadas ao mar; nas zonas do interior, ligados à agricultura) e ainda, criação de mais zonas seguras para a realização de testes e experimentação apoiadas por um quadro legislativo flexível e temporário (*legislative “sand-boxes”*);
- Garantir que o desenvolvimento de novas tecnologias digitais cumpre os mais **elevados padrões éticos**, que a segurança (**cibersegurança**) está assegurada e a **proteção de dados** pessoais se encontra em conformidade com a legislação Europeia, também no respeito a privacidade individual;
- Simplificar os processos de interação com os cidadãos e empresas. O objetivo será disponibilizar **99% dos serviços públicos digitalmente até 2030**.
- Apostar numa **Estratégia Nacional para os Dados** com a criação de um Espaço Nacional de Dados públicos e privados que se interligue com o Espaço Europeu e que se subdivida em Espaços Sectoriais como o Espaço de Dados de Saúde, da Energia Verde, da Mobilidade e o da Indústria de forma uniforme, universal, acessível, interoperável e não dispersa que reflita transparência pública, por um lado, e que permita o desenvolvimento de novas soluções sociais, novas inovações, produtos e serviços, novas empresas e modelos de negócio, por outro, em linha com a legislação de dados Europeia.

*Apostar numa **Estratégia Nacional para os Dados** com a criação de um Espaço Nacional de Dados públicos e privados que se interligue com o Espaço Europeu e que se subdivida em Espaços Sectoriais como o Espaço de Dados de Saúde, da Energia Verde, da Mobilidade e o da Indústria.*

11. Uma política integrada para as cidades e as áreas metropolitanas

A crescente desertificação do interior tem levado a uma dinâmica dos espaços urbanos muito preocupante. Nas duas grandes áreas metropolitanas têm-se acentuado a densificação das periferias, aumentando os movimentos pendulares cujo impacto ambiental provoca uma degradação da qualidade do ar e o desequilíbrio entre a proporção dos espaços verdes e os espaços urbanizados. É a qualidade de vida que se degrada. Este processo afeta não só os grupos sociais mais pobres, mas também a classe média que acaba por ser vítima de um mercado imobiliário sem regulação. Por outro lado, as pequenas e médias cidades, do interior, tendem a concentrar uma parte significativa da população, cada vez mais escassa, pela concentração dos serviços que proporcionam.

Habitação: um direito por concretizar

Em 2020 em Portugal, mais de um quarto da população (26,5%) vivia em pobreza habitacional, muito acima da média europeia (13,6%) e apenas atrás do Chipre (30,2%). Portugal tem cerca de 5,7 milhões de habitações para 4 milhões de agregados. Esta proporção coloca Portugal como o país com mais habitações por

habitante da União, à frente da Alemanha, França ou Espanha. Concluindo, hoje em Portugal há muita habitação, mas de muito má qualidade.

Se Portugal soube criar um sistema que, hoje, permite o acesso à saúde, à educação ou a apoios sociais, seja por meios públicos, seja por meios privados, deve também ter a capacidade de definir um sistema nacional sustentável que garanta o acesso à habitação, sem deixar ninguém para trás.

Esta é uma condição estrutural de pobreza que convoca todos, mas particularmente o PSD. No património político do PSD está o programa de erradicação de barracas (PER) lançado pelo governo do Professor Aníbal Cavaco Silva em 1993, até hoje o maior programa de erradicação da pobreza habitacional do quase meio século de democracia.

Hoje, herdeiros desta visão de social-democracia moderna, que tem tanto de realista, quanto

de pragmática e humanista, assumimos o compromisso de responder a fragilidades habitacionais permanentes e temporárias a quem precisa, para que as pessoas não tenham de sobreviver em habitações indignas.

Se Portugal soube criar um sistema que, hoje, permite o acesso à saúde, à educação ou a apoios sociais, seja por meios públicos, seja por meios privados, deve também ter a capacidade de definir um sistema nacional sustentável que garanta o acesso à habitação, sem deixar ninguém para trás.

Uma política nacional de habitação social-democrata deve reger-se por três princípios:

- 1. Sustentabilidade social**, promovendo a coesão territorial fixando no território a população local e introduzindo novas populações; Apoiar a emancipação dos jovens com a reformulação e reforço do programa Porta 65 e o incentivo às autarquias para isentar de IMT as aquisições de primeira casa de habitação permanente para jovens. Definir uma política de envelhecer onde sempre se viveu através da criação de uma rede de espaços habitacionais municipais disseminados pelas cidades, com uma escala habitacional, mas articulados e geridos por instituições em rede, garantido o apoio ao bem-estar quotidiano e combatendo a solidão no envelhecimento.
- 2. Sustentabilidade económica**, garantindo a sustentabilidade económica através de programas de habitação pública que tenham como meta a eficiente gestão de propriedades públicas hoje devolutas e desaproveitadas, desenhando um sistema com o objetivo de se pagar a si próprio através de uma combinação de rendas sociais, rendas acessíveis e residências de estudantes.
- 3. Sustentabilidade ambiental**, assumindo o compromisso fixado na Estratégia a Longo Prazo para a Renovação do Edifícios (ELPRE), tendo em vista a necessária onda de renovação do edificado.

Cidades e Territórios Inteligentes e Sustentáveis

Cidades e territórios inteligentes e sustentáveis são aqueles que, apoiadas pelos mais recentes avanços das tecnologias de informação e comunicação, tiram partido da sua identidade, dos seus recursos naturais e capital humano para construir modelos de desenvolvimento urbano sustentáveis e inclusivos, capazes de garantir qualidade de vida a quem neles vive, trabalha ou visita.

A atual realidade de maior urbanização coloca uma enorme pressão na governação das cidades, nomeadamente na gestão das infraestruturas, nos níveis de qualidade dos serviços prestados e no desenvolvimento económico. Paralelamente, também o combate às alterações climáticas passa inevitavelmente pelas cidades pois são estas que consomem 75% da energia global e emitem mais de 60% dos GEE sendo fundamental uma mudança de paradigma nas cidades e vilas nacionais para que as metas de neutralidade carbónica estabelecidas na Europa sejam alcançadas.

Tendo em consideração os principais desafios de natureza tecnológica, ambiental, sustentabilidade, mobilidade, entre outros, a implementação de modelos de inteligência urbana que defendemos, para além de incorporar estratégias de desenvolvimento territorial que asseguram que ninguém fica para trás e que garantem a coesão territorial, têm necessariamente de apostar nas autoridades locais como protagonistas da necessária transformação dos atuais modelos de planeamento e gestão das cidades e vilas, envolvendo a participação ativa das pessoas e devolvendo-lhes o espaço público, contribuindo ainda de forma efetiva para alcançar a necessária neutralidade carbónica.

Nesse sentido propõe-se a criação do Programa de Ação “Cidades e Territórios Inteligentes e Sustentáveis” assente nas seguintes linhas de intervenção:

- **Transformação Digital das Cidades e Territórios** (Bottom-up): Lançar uma iniciativa nacional assente nas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas que promova uma **avaliação da maturidade digital dos 308 municípios portugueses** e construa, de acordo com as especificidades de cada um, um roadmap de transformação digital a implementar.
- **Cidade como plataforma** (Top-down): **lançamento de uma iniciativa nacional de construção e partilha de uma framework de plataforma de inteligência urbana e territorial**, construída de forma colaborativa pela administração central e local, através de um envolvimento efetivo dos organismos responsáveis pelas diferentes áreas sectoriais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, capaz de definir um quadro de aceleração da sua adoção garantido simultaneamente a economia de recursos e obtenção de economias de escala, a adoção das melhores práticas e modelos de interoperabilidade, bem como a articulação às diferentes escalas territoriais.
- **Programa Portugal.Dados**: A construção da inteligência urbana tem como fundações a transformação digital e a ciência dos dados, focada na geração de conhecimento e na disponibilização permanente da informação capaz de suportar os processos de planeamento e gestão e a construção de políticas públicas mais eficientes e eficazes. Propomos assim, dentro das regras de dados e o RGPD, lançamento de uma iniciativa nacional de dados abertos, envolvendo uma parceria efetiva entre sector público e privado capaz de levar à criação de um espaço de dados abertos, capaz não apenas de promover a libertação do potencial de criação de riqueza para a sociedade dos dados detidos pela administração pública central e local, mas também capaz de incluir a construção de modelos de negócio que levem o sector privado a envolver-se e ser parte ativa deste processo.

Mobilidade urbana e metropolitana

O problema da mobilidade nas cidades e nas áreas metropolitanas ganha dimensões nunca antes conhecidas e importa encontrar soluções que possam reduzir o impacto no rendimento das famílias, no déficit de qualidade de vida e no equilíbrio ambiental.

As prioridades da ação política do PSD devem orientar-se para no âmbito do OE e dos fundos Europeus (PRR e PT2030): aumento e qualificação da oferta de transportes públicos quer rodoviários quer ferroviários no acesso aos centros metropolitanos; Reconversão progressiva das frotas de transportes públicos com unidades não poluentes; Prioridade para a qualificação das ligações ferroviárias; Reconversão progressiva das frotas de automóveis do Estado e das Autarquias para veículos não poluentes.

Neste contexto as prioridades da ação política do PSD devem orientar-se para no âmbito do OE e dos fundos Europeus (PRR e PT2030): aumento e qualificação da oferta de transportes públicos quer rodoviários quer ferroviários no acesso aos centros metropolitanos; Reconversão progressiva das frotas de transportes públicos com unidades não poluentes; Prioridade para a qualificação das ligações ferroviárias; Reconversão progressiva das frotas de automóveis do Estado e das Autarquias para veículos não poluentes; Estimular a mobilidade suave e ativa, nomeadamente a definição de regras para o uso de trotinetas e incentivo ao uso de bicicletas, bem como a mobilidade de pessoas com deficiências; Estimular a mobilidade partilhada e o uso de transportes públicos: Elaboração de enquadramentos regulatórios que permitam novos negócios relacionados com a mobilidade inteligente, abrindo o mercado a novos *players*.

12. Pobreza e desigualdades sociais

O PSD, coerente com o seu passado, honrado com o papel desempenhado na construção da democracia, fiel ao ideário da social-democracia e ao primado da realização da pessoa humana em liberdade, tem uma visão integrada das políticas sociais e uma ação que tem como foco a complexidade e as necessidades de cada cidadão no quadro das dinâmicas do desenvolvimento humano e dos contextos diferenciados de cada comunidade onde os problemas sociais manifestam maior incidência.

Em Portugal cerca de 20% da população está em situação de risco de pobreza ou exclusão social. São mais de 2 milhões de pessoas. A pandemia agravou esta situação, trazendo mais 300 mil novos pobres. Na taxa de intensidade da pobreza, que mede quão distante está o rendimento destas pessoas do valor fixado para o limiar da pobreza, a situação piorou.

Esta é uma situação intolerável para quem defende a dignidade da pessoa humana, a justiça social e uma sociedade coesa, valores essenciais que integram o património do PSD, e que terão de estar na base de qualquer sociedade desenvolvida.

Para atacar este flagelo temos de **tornar o combate à pobreza uma prioridade nacional**, mas também colocar a economia a crescer, por forma a gerar melhores salários e recursos públicos cobrados em impostos que permitam melhores serviços e apoios sociais.

Para isso temos também de promover um **aumento sustentado e sustentável do salário mínimo, sempre em sede de concertação social**. O PSD propõe também a convergência entre o Salário Mínimo Nacional com o Salário Mínimo da Administração Pública.

*Para isso temos também de promover um **aumento sustentado e sustentável do salário mínimo, sempre em sede de concertação social**. O PSD propõe também a convergência entre o Salário Mínimo Nacional com o Salário Mínimo da Administração Pública.*

Combate à pobreza extrema

Sendo a pobreza um fenómeno em todo o território nacional, é particularmente agravado em áreas densamente povoadas, sobretudo as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Um governo PSD aprovará as linhas gerais de uma política de combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades, bem como a **criação de uma Unidade de Missão específica para este tema**, com uma dotação financeira específica inscrita no Orçamento do Estado. Esta Unidade de Missão deverá investir numa melhor informação sobre a pobreza extrema, incentivar iniciativas de cidadãos para o combate à pobreza e investir na formação dos técnicos e dirigentes das IPSS.

No combate à pobreza o papel do poder local e dos municípios é fundamental, através de soluções de proximidade. Nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa concentrar-se-ão os meios e ações no combate à pobreza. Todos os municípios destes territórios serão convidados a participar como membros ativos da política de combate à pobreza, exclusão e desigualdades, na base de uma cooperação a desenvolver a nível local com as instituições da sociedade civil e com os serviços pertencentes à administração central, designadamente segurança social, educação, emprego e habitação.

Adicionalmente, como referido no capítulo da transição ambiental e energética, um governo do PSD terá um **programa específico para a pobreza energética**. O PSD defendeu para o PRR um programa com uma dotação de 3 mil milhões € para o combate à pobreza energética para 150 mil famílias mais pobres.

Também é preciso olhar para as pessoas sem abrigo. É dever fundamental do Estado tutelar e assegurar a proteção e integração dos cidadãos que se encontram em situações de especial vulnerabilidade e desproteção na nossa comunidade.

Face à atual conjuntura de emergência social, e em complementaridade com o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), deve ser iniciada uma nova fase de execução da Rede Solidária de Cantinas Sociais.

Pobreza infantil

Hoje uma em cada cinco crianças vive na pobreza. É algo inaceitável numa sociedade moderna, desenvolvida e justa e que nos deve envergonhar a todos. Uma em cinco e são crianças!

O PSD entende que o combate à pobreza infantil terá de passar por uma nova abordagem expressa numa **nova geração de políticas para a infância que enunciaremos no capítulo dedicado às cinco reformas inadiáveis**. Os apoios dados à maternidade/paternidade e a gratuidade das creches constituirão as medidas com maior impacto a médio e longo prazo. Entretanto, teremos de considerar a pobreza infantil, quando enquadrada em contextos de pobreza extrema, cuja abordagem terá de ser focada na ação e concertação locais, envolvendo os municípios e as instituições de solidariedade na identificação, monitorização e ação de proximidade.

É também preciso desenvolver uma nova abordagem ao apoio às crianças e aos idosos mais carenciados e dependentes assente na articulação de respostas na área social, na área da saúde e na área da educação, com forte aposta no apoio domiciliário de proximidade no caso dos idosos, em articulação com IPSS e municípios.

No combate à pobreza o papel do poder local e dos municípios é fundamental, através de soluções de proximidade. Nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa concentrar-se-ão os meios e ações no combate à pobreza.

O PSD, dentro da margem orçamental que venha a existir, procurará nesta legislatura fazer uma revisão dos escalões de atribuição do abono de família, alargando a base de beneficiários, por forma a que os rendi-

mentos de referência do agregado familiar, permita que um casal em que ambos ganhem a RMMG possam beneficiar do abono; e ainda, a majoração do montante da prestação no segundo filho e seguintes em 50%.

O PSD, dentro da margem orçamental que venha a existir, procurará nesta legislatura fazer uma revisão dos escalões de atribuição do abono de família, alargando a base de beneficiários, por forma a que os rendimentos de referência do agregado familiar, permita que um casal em que ambos ganhem a RMMG possam beneficiar do abono; e ainda, a majoração do montante da prestação no segundo filho e seguintes em 50%.

Redução das desigualdades de distribuição de rendimento e da riqueza

O crescimento económico, assente numa maior produtividade, permite gerar melhores salários e oportunidades e com isso não apenas aumentar o nível de vida e reduzir a pobreza, mas também reduzir as desigualdades.

Mas é preciso também apostar na educação: **um dos fatores mais importantes na reprodução das desigualdades, são as desigualdades educativas.** Sem

um sistema educativo mais inclusivo e menos seletivo e discriminatório, será muito difícil romper com o círculo vicioso da pobreza e da desigualdade. Ou se assume a educação como o mais eficaz instrumento de mobilidade social ascendente, ou então todas as melhorias serão efémeras.

Também é **preciso gerar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho** que se adequem a essas qualificações, nomeadamente para os jovens que não estudam, não trabalham e não estão em formação. O elevado número de jovens nesta situação denuncia uma clara desarticulação entre as qualificações fornecidas pelo sistema de ensino e as necessidades do mercado de trabalho. O desperdício de capital humano que estes números revelam é enorme e condiciona o sistema de oportunidades.

Um dos fatores mais importantes na reprodução das desigualdades, são as desigualdades educativas.

Sem um sistema educativo mais inclusivo e menos seletivo e discriminatório, será muito difícil romper com o círculo vicioso da pobreza e da desigualdade.

Uma Proteção Social que Promova a Igualdade de Oportunidades e a Mobilidade Social

O PSD é o partido que mais defende e promove ativamente a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento na sociedade portuguesa. A justiça, a equidade e a solidariedade social serão sempre preocupações permanentes na edificação de um país mais livre, justo e humano. Tal implica uma estratégia integrada, coerente e duradoura das políticas públicas e da sociedade na superação das desigualdades de oportunidades e na promoção de um verdadeiro “elevador social”.

Para concretizar esta agenda reformista para a igualdade de oportunidades, de capacitação para a autonomia, para a autodeterminação das prestações sociais e não para a dependência, de promoção da coesão social, propomos: Uma forte aposta na adaptação e reformulação dos programas de educação e formação inicial e de aprendizagem contínua para responder às efetivas necessidades do mercado trabalho; Desenvolver programas direcionados aos jovens excluídos dos sistemas educativos e de formação profissional e que não trabalham (NEET); implementação de programas de requalificação, reconversão e capacitação de trabalhadores direta e indiretamente afectados pela transformação digital da economia; Reformulação das políticas activas de emprego; Políticas públicas de habitação que apoiem a autonomia e a emancipação não apenas dos jovens e das famílias com baixos rendimentos e carências habitacionais, mas também da classe média.

13. Direitos Humanos, desigualdade e preconceito

Desigualdade de género

Queremos um país que concretize o princípio da igualdade de género, proporcionando a homens e mulheres as mesmas oportunidades de inserção na vida ativa, de remuneração e de progressão nas carreiras profissionais e na ocupação dos lugares de topo da hierarquia das organizações públicas e privadas.

Existem três domínios onde a desigualdade de género constitui um problema para o qual precisamos de adotar e desenvolver políticas públicas que promovam a igualdade e a não discriminação: no trabalho, na política e na família. Sem prejuízo de se avançar com medidas noutros domínios, estes são para o PSD, os prioritários, justificando mesmo que se avance com Um Compromisso Nacional, envolvendo partidos políticos e organizações sociais e profissionais, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres. Esse compromisso deverá elencar as metas devidamente datadas e as grandes medidas indispensáveis para as atingir.

Em matéria de **desigualdade de género no trabalho**, apesar da cada vez maior participação laboral feminina, existe ainda no setor privado uma desigualdade remuneratória. De acordo com os últimos dados oficiais (2017) a remuneração média de um indivíduo do sexo feminino é 15% mais baixa que um indivíduo do sexo masculino. Se em vez da remuneração de base considerarmos o ganho efetivo aquela percentagem cifra-se nos 18%. Ou seja, em média as mulheres ganham menos 2 meses de remuneração por ano em comparação com um homem.

Devemos assim **equacionar medidas para combater esta desigualdade, sobretudo em sede de concertação social**. Propomos também criar um processo de monitorização das desigualdades de género no trabalho.

Em termos da **desigualdade de género na família**, as propostas apresentadas na área da infância demonstram uma preocupação com vista a incentivar uma **parentalidade mais equilibrada nos primeiros meses de vida das crianças**, bem como a progressiva gratuitidade das creches.

Em matéria de crimes de género, deve-se proceder ao reforço da prevenção destes crimes, sinalizando a instauração de uma cultura de respeito mútuo dos géneros, e robustecendo os meios de vigilância técnica e policial preventiva ou pós-instauração de processos.

*Em matéria de **desigualdade de género no trabalho**, apesar da cada vez maior participação laboral feminina, existe ainda no setor privado uma desigualdade remuneratória. De acordo com os últimos dados oficiais (2017) a remuneração média de um indivíduo do sexo feminino é 15% mais baixa que um indivíduo do sexo masculino.*

Violência doméstica: prevenção e apoio à vítima

A multiplicação dos casos de violência doméstica em Portugal demonstra a emergência de um problema que durante décadas esteve silenciado por uma inegável cumplicidade social, mas também uma clara degradação da vida privada de muitas famílias. Esta é uma chaga social que importa eliminar. Enquanto crime, o tema já foi explanado no capítulo que integra a Reforma da justiça, importa agora enunciar as medidas que

A origem do problema está no agressor e é sobre ele que se devem centrar as ações prioritárias. À vítima terá de ser garantido o direito de proteção da sua integridade física e psicológica e a liberdade e autonomia para o exercício da sua atividade profissional, familiar e cívica, sem estar sujeita ao risco de nova ação criminosa por parte do agressor.

o PSD propõe ao País, no que respeita à prevenção e sinalização precoce, bem como nas formas de apoio à vítima: Criação de um Plano Nacional de Formação e Prevenção da Violência Doméstica; Valorização das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e das Associações cívicas de apoio à vítima; Multiplicação das ações de sensibilização para os problemas da violência doméstica. Mas sobretudo por uma **maior celeridade no julgamento de processos-crime por violência doméstica** de forma a restabelecer o mais rapidamente possível o regresso à normalidade por parte das vítimas

O PSD entende que um reforço nas formas diversas de apoio à vítima não pode dissipar o foco no agressor, na sua limitação, condicionamento ou penalização. **A origem do problema está no agressor e é sobre ele que se devem centrar as ações prio-**

ritárias. À vítima terá de ser garantido o direito de proteção da sua integridade física e psicológica e a liberdade e autonomia para o exercício da sua atividade profissional, familiar e cívica, sem estar sujeita ao risco de nova ação criminosa por parte do agressor. Isso também passa por um novo protocolo no acesso às casas de abrigo e de acolhimento; Melhor articulação entre as várias instituições vocacionadas para o apoio à vítima, especialmente serviços públicos; Alargamento das condições de acesso a apoios sociais às vítimas, especialmente na atribuição de apoios monetários, oferta de emprego e acesso à habitação.

Inclusão e pessoas com deficiência

Um compromisso com a inclusão e igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de exercer plenamente os seus direitos (à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação,...) e deveres de cidadania. Este compromisso passa pelo reforço das garantias de participação equitativa e de acesso à rede de equipamentos, serviços e prestações sociais, pelo investimento na acessibilidade aos espaços físicos, aos meios de transporte e à informação, pela aposta em sistemas de educação (inicial, superior) e formação profissional inclusivos. Implica reavaliar para melhorar a eficácia das políticas de inserção profissional e de promoção da empregabilidade das pessoas com deficiên-

cia e/ou incapacidade. Implica apostar na progressiva autonomização económica e social e vida independente de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Propomos também dar uma ênfase especial no que designamos por transição da escola para a vida ativa das crianças e jovens limitações de capacidades físicas, motoras ou cognitivas. É uma área de atuação do Estado e da Sociedade que merece ser reforçada com novos instrumentos potenciadores de uma efetiva inclusão social. Devemos criar, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de Gabinetes de Inserção Profissional junto dos agrupamentos de escolas. É necessário apoiar as famílias de jovens deficientes para o desenvolvimento de soluções de autoemprego e empreendedorismo.

Imigrantes e refugiados

A grave crise demográfica que atravessamos e que se irá agravar nas próximas décadas urge a que se considere cada vez mais a imigração como um fator relevante nas políticas públicas, seja das políticas de integração de imigrantes (ainda como muitas lacunas), seja em matéria de qualificações e mão-de-obra, seja em matérias como a segurança social, a educação e a pobreza (onde os imigrantes são um grupo de elevado risco). Como atrás já referido, o PSD defende a revisão da lei da imigração para a sua flexibilização e adoção do sistema de pontos (PBS – points based system), bem como de um sistema de “green card” como nos

Propomos também dar uma ênfase especial no que designamos por transição da escola para a vida ativa das crianças e jovens limitações de capacidades físicas, motoras ou cognitivas. É uma área de atuação do Estado e da Sociedade que merece ser reforçada com novos instrumentos potenciadores de uma efetiva inclusão social.

Nesta matéria o PSD propõe reforçar e promover os programas locais de integração de imigrantes bem como a sua monitorização; Promover o associativismo nestas comunidades, bem como o exercício de cidadania ativa; Desenvolver acordos de cooperação com os principais países de origem dos imigrantes; Reforçar a aprendizagem da língua e cultura Portuguesa por estas comunidades; Dar maior capacidade de empreendedorismo, autoemprego e capacitação económica; Combater a discriminação racial e a exclusão social.

14. Um Estado organizado para servir os cidadãos

O Estado precisa de **reformas gradativas** em vários setores e no funcionamento da administração pública. A sua dimensão, natureza e funções devem estar condicionadas pelo modelo de sociedade que queremos para o País. A nossa concessão do Estado é diferente da esquerda. Entendemos que é a livre iniciativa, o empreendedorismo e a classe média, os setores privados, complementados por boas políticas públicas, que devem ser o "motor" do desenvolvimento económico e social.

O PSD tem a sua marca reformista e de compromisso que é parte integrante do seu património e que leva a que o PSD seja identificado como um grande partido interclassista.

O PSD quer um Estado focado nas funções de soberania, de regulação e de supervisão. Nestas áreas, o País tem de beneficiar de um Estado de excelência, com instituições prestigiadas, controladas por um sistema judicial isento, transparente e célere.

O PSD considera que cabe ao Estado um papel muito relevante no desempenho da função de redistribuição, nomeadamente no acesso à saúde, à educação e na melhoria da eficácia dos instrumentos de correção das desigualdades sociais, que permitam uma existência digna.

Na relação com o setor privado o PSD reforçará a capacidade do Estado na análise e negociação contratual e porque os efeitos desses contratos terão impacto para muitos anos, é nosso entendimento que devem ser monitorizados ao longo do tempo.

É também preciso reorganizar a estrutura funcional e territorial do Setor Público.

Para isso é necessário reorganizar e reforçar a eficiência das estruturas da Administração Central, procurando que se reveja a estrutura dos serviços para que as equipas se reorganizem de forma mais autónoma, simplificando a interação com o utente e conseguindo responder de uma só vez a diferentes solicitações. É também imperioso efetuar um levantamento exaustivo das competências de cada organismo, com vista a supressão de duplicações e de ineficiências funcionais, o que poderemos designar por auditoria funcional em cada organismo. Temos também de reforçar os serviços partilhados e fazer um levantamento completo do património imobiliário do Estado.

O PSD considera que cabe ao Estado um papel muito relevante no desempenho da função de redistribuição, nomeadamente no acesso à saúde, à educação e na melhoria da eficácia dos instrumentos de correção das desigualdades sociais, que permitam uma existência digna.

Sendo o poder legislativo um dos pilares fundamentais da soberania do Estado é precisamente por aí que deve começar a Reforma desse mesmo Estado. Temos, pois, de produzir uma alteração profunda na forma de produção legislativa, reduzindo os custos de contexto e burocracia, simplificando processos (sobretudo com o uso das novas tecnologias e da disrupção tecnológica da digitalização), para os cidadãos e empresas, reforçando a participação de todos no processo legislativo.

Por outro lado, a digitalização terá um papel revolucionário na organização dos serviços, do trabalho e da relação entre a AP e os utentes. É necessário implementar um conjunto de medidas que permitam a racionalização e redução de custos nas TIC na Administração Pública, bem como aproveitar o “cluster” de infraestrutura de armazenamento de dados na Covilhã, para criar uma infraestrutura única de dados na AP, com poupanças orçamentais e aumento de eficiência dos serviços.

Menos leis, melhor regulação

Uma boa regulação económica é absolutamente fundamental para que o mercado funcione em diversos setores. Nesse sentido, o PSD propõe reforçar os mecanismos e meios dos reguladores, bem como a sua independência. Uma maior independência passa pela escolha do conselho de ad-

ministração de cada regulador a ser feita de forma mais independente do poder executivo, inclusive com a abertura de concursos públicos internacionais, pelo reforço da autonomia orçamental e financeira e por uma maior transparência nas decisões. É necessário o reforço dos mecanismos nacionais de regulação no contexto Europeu, a criação de uma Lei-Quadro dos reguladores e unificar o código das contra-ordenações. É também preciso aumentar a regulação integrada, fortalecendo a interligação entre reguladores.

Sendo o poder legislativo um dos pilares fundamentais da soberania do Estado é precisamente por aí que deve começar a Reforma desse mesmo Estado. Temos, pois, de produzir uma alteração profunda na forma de produção legislativa, reduzindo os custos de contexto e burocracia, simplificando processos (sobretudo com o uso das novas tecnologias e da disrupção tecnológica da digitalização), para os cidadãos e empresas, reforçando a participação de todos no processo legislativo. Mas para isso é prioritário que se alterem processos para, de seguida, recorrer a instrumentos tecnológicos e à formação de funcionários.

O PSD irá favorecer um modelo de funcionamento para a administração pública em rede, mais orgânico e mais horizontal, que favoreça cooperação entre serviços, bem como a sua reorganização, fusão ou extinção.

Infraestruturas: conservar, qualificar e inovar

As infraestruturas assumem um papel fundamental na economia e na vida das pessoas. **O investimento público na construção e manutenção de infraestruturas, na perspetiva da coesão do território, é um património e marca distintiva das governações do PSD.** Por essa razão, é com a maior preocupação que reconhe-

ceamos o estado de degradação da rede de infraestruturas e o esgotamento dos meios de transporte, especialmente ferroviários, que nos últimos anos têm testemunhado.

A estratégia para as infraestruturas e obras públicas devem assentar no princípio da acessibilidade nas suas múltiplas dimensões, com especial ênfase para a acessibilidade digital que, de forma transversal, afeta todas as outras e que nos leva a considerar que a construção das “autoestradas de informação” em todo o território nacional é um desígnio estratégico para o país e para a construção de cidades e vilas inteligentes e sustentáveis:

- Acessibilidade física: garantir níveis mínimos de acessibilidade física de todas as capitais de distritos do país, em matéria rodoviária, ferroviária, bem como, embora com condicionantes, portuária e aeroportuária.
- Acessibilidade digital: cobertura nacional do acesso a comunicações (voz e dados).
- Acessibilidade aos serviços públicos: garantir níveis mínimos de acesso em todo o país para as suas principais dimensões ao nível das capitais de distrito.
- Acesso à informação: criação de um sistema de informação que disponibilize dados georreferenciados das infraestruturas e obras públicas existentes (ligado ao cadastro territorial), das suas características e dos serviços prestados, área de influência e a quem são prestados. Este sistema deverá adotar uma política de dados abertos.

Nesse sentido o PSD estabelece que o PNI (Programa Nacional de Investimentos 20-30) deve ser executado, e com maior celeridade, dado o envelope financeiro Europeu ser substancialmente superior.

*É necessário **reforçar a componente de manutenção, apostando na digitalização das infraestruturas de rede e da sua operação, bem como **potenciar a capacidade de utilizar e exportar produtos, serviços e conhecimento disponíveis nas entidades da Plataforma Ferroviária Portuguesa.*****

O PSD manterá a sua convicção da necessidade que o país tem em ser dotado de meios aéreos de asa fixa tipo anfíbio, situação que já em 2014 deixou bem assinalada no âmbito dos fundos Europeus, mas que foi revertida pelo governo que lhe sucedeu.

Consideram-se como prioritárias as seguintes linhas de ação política neste domínio: A manutenção das atuais infraestruturas, como investimento orientado para a sustentabilidade, qualidade e segurança; A evolução das infraestruturas físicas e digitais de conectividade nacional e internacional terá de assegurar a interoperabilidade e escalabilidade, evitando a exclusão, garantindo a sua complementaridade; Capacitar e potenciar o conhecimento e a experiência relevante das instituições nacionais.

Do ponto de vista da **ferrovia** importa seguir o que está já delineado no PNI, bem como aquilo que o PSD apresentou através do CEN no “Programa Estratégico e dos Fundos Europeus”. Infelizmente **o governo tem sido profunda-**

mente incompetente na execução do plano “Ferrovia 2020”, que estava previsto ser executado até final de 2020, está executado abaixo de 30%.

É necessário **reforçar a componente de manutenção**, apostando na digitalização das infraestruturas de rede e da sua operação, bem como **potenciar a capacidade de utilizar e exportar produtos, serviços e conhecimento disponíveis nas entidades da Plataforma Ferroviária Portuguesa**. Nesta matéria é também relevante a uniformização da tensão da corrente elétrica com Espanha e a atualização do sistema de comunicação e segurança. É necessário também concluir a eletrificação da rede ferroviária, bem como resolver problemas de pendentes e cruzamentos.

Defendemos um **plano de migração da rede para a bitola europeia**, articulando com a política ferroviária espanhola, com as respetivas ligações à fronteira e à Europa, preparadas para o tráfego de passageiros e mercadorias. Portugal deve analisar conjuntamente com as instâncias Europeias, um plano para a construção, nos próximos 15 anos, em coordenação com Espanha, uma nova rede ferroviária de bitola europeia nos eixos de grande tráfego, com características técnicas competitivas para tráfego de passageiros e mercadorias e com ligações aos outros meios de transporte (portos, aeroportos e transporte urbano e regional) e infraestruturas logísticas. Isso poderá permitir facilitar a internacionalização das nossas empresas e aumentar a capacidade de atração e fixação de investimento, bem como evitar a deslocalização de empresas, em particular industriais, bem como impedir o isolamento de Portugal do seu principal parceiro comercial, a União Europeia (com o qual se efetuam 70% das nossas trocas comerciais)

É preciso interligar a rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Na linha ferroviária Lisboa-Porto é preciso reduzir o percurso para 2 horas.

Em matéria de rodovia, prevê-se a conclusão de “missing links”, bem como criar um **Programa de desenvolvimento de infraestruturas empresariais**. Criar um programa no IAPMEI que analise, de forma colaborativa, junto com as mil maiores empresas industriais sobre as necessidades reais locais de infraestruturas e logística.

*Defendemos um **plano de migração da rede para a bitola europeia**, articulando com a política ferroviária espanhola, com as respetivas ligações à fronteira e à Europa, preparadas para o tráfego de passageiros e mercadorias.*

Em termos **portuários**, tratar o sistema marítimo e portuário exige dispor de uma ideia clara de modelo de desenvolvimento económico nacional, envolvendo as empresas, em especial, as empresas que desenvolvem atividades industriais e outras atividades de importação e exportação de mercadorias e cargas. Países de pequena e média dimensão económica dependem do seu grau de abertura ao exterior para assegurar o desenvolvimento. No caso português, é fundamental dispor de um sistema portuário competitivo e eficiente.

Em todos os portos apostar no desenvolvimento de estratégias climáticas no sentido de reduzir emissões, limpeza de solos e águas, proteção de molhes e barras de entrada, fomento à produção de energia renovável.

É preciso melhorar radicalmente a eficiência e qualidade dos portos e da Alfândega Portuguesa, garantindo a integração dos portos portugueses nas redes logísticas internacionais.

Também devemos consolidar Portugal como ponto de acesso do gás natural liquefeito (GNL) norte-americano à Europa (permitindo a diversificação do abastecimento energético). O PSD defende ainda em matéria portuária o estudo (e eventual estabelecimento) do conceito de "Porto-Franco", que está a ser desenvolvido no UK. Fomentar também os "portos secos" como o planeado para a Guarda.

É preciso melhorar radicalmente a eficiência e qualidade dos portos e da Alfândega Portuguesa, garantindo a integração dos portos portugueses nas redes logísticas internacionais. Isso passa pela digitalização dos sistemas

de informação e capacidade de controlo dos fluxos, com recurso crescente à automação e inteligência artificial, bem como implementar a Janela Única Logística, de forma física e digital, no contexto da rede transeuropeia de transportes para integração do transporte marítimo com os corredores terrestres europeus. O governo deve procurar aumentar a capacidade do Porto de Sines, alcançar a cabotagem de 25% de carga por via marítima em 2030, Faro, Sines, Setúbal, Lisboa/Castanheira do Ribatejo, Figueira da Foz, Aveiro, Leixões e Viana do Castelo e permitir a navegação noturna e eliminar as taxas portuárias adicionais ao tarifário nacional para as empresas exportadoras.

Em termos **aeroportuários**, Portugal necessita de um **plano de desenvolvimento estratégico**, que identifique as oportunidades e necessidades em termos de aeroportos. Relativamente ao NAL, a incompetência do governo arrastou o processo nos últimos 6 anos. O PSD aguarda o Estudo de Impacto Ambiental Estratégico a decorrer, mas importa acelerar o processo de decisão, para que a solução encontrada seja executada o mais rápido possível. É também necessário fomentar a descarbonização dos aeroportos e investimentos em gestão mais eficiente dos mesmos.

Relativamente à TAP, o Governo PS conduziu muito mal o processo. Avançou para uma intervenção maximalista de apoios públicos, por fixação ideológica, sem a devida análise de alternativas ou mecanismos mais equilibrados e graduais, tem sido ineficaz na execução e não apresenta um plano de saída ou de estabilização credível. O modelo de intervenção exclusivamente público é errado, único a nível Europeu e com elevados custos orçamentais e financeiros (quer quando comparado, em termos relativos, com as outras companhias aéreas, quer quando comparado com os investimento em outras áreas das infraestruturas previsto no PRR ou quando comparado com os apoios à economia na fase pandémica).

O PSD aguarda o Estudo de Impacto Ambiental Estratégico a decorrer, mas importa acelerar o processo de decisão, para que a solução encontrada seja executada o mais rápido possível.

O diálogo com a Comissão Europeia tem sido manifestamente ineficaz e a decisão muito tardia sobre o plano de reestruturação retirou competitividade à TAP. A generalidade dos países teve os seus apoios e planos de reestruturação aprovados na primeira fase da pandemia, o que lhes permitiu atuar rapidamente.

O foco na TAP esteve nos inputs e deveria estar nos outputs. Ou seja, nos serviços e nos resultados: assegurar que há companhias aéreas a voar para os aeroportos nacionais e a realizar as ligações relevantes, assegurar bons preços para o utilizador que só empresas eficazes podem oferecer, assegurar que a TAP reestruturada não é um encargo que pese ao contribuinte ou que comprometa outros investimentos estruturais.

Na atual situação, passados quase 2 anos de pandemia, e considerando os erros colossais levados a cabo pelo governo, o PSD defende uma solução de viabilização da empresa, mas em termos sustentáveis, europeus, de acordo com as boas práticas de gestão. Programa de reestruturação empresarial à semelhança do modelo adotado na Caixa Geral de Depósitos, ou no Lloyds Bank, no UK: um plano estratégico robusto, não fantasioso, com intervenção bem delimitada por parte do poder político na aprovação e monitorização das linhas estratégicas e não no dia-a-dia como tem acontecido, de acordo com critérios e objetivos credíveis. Plano a executar por equipa de gestão profissional, com a perspetiva de vir a devolver valor ao acionista/contribuinte, num calendário razoável, como ditam as boas práticas europeias.

Na atual situação, passados quase 2 anos de pandemia, e considerando os erros colossais levados a cabo pelo governo, o PSD defende uma solução de viabilização da TAP, mas em termos sustentáveis, europeus, de acordo com as boas práticas de gestão.

Para assegurar a **acessibilidade digital de todo o território nacional** propõe-se a adoção de duas medidas simultâneas: No curto prazo – mimetizar o modelo de roaming europeu no território nacional, isto é, **alargar e melhorar a qualidade dos serviços de voz e dados em todo o território**, através da possibilidade de usarmos qualquer rede disponível quando a rede do operador contratado não está disponível ou não uma qualidade mínima de serviço, sem custos adicionais; No médio longo prazo – **reforçar a cobertura do território nacional de voz e dados** assegurando assim o acesso a comunicações e internet aos cidadãos e às empresas em todo o território nacional, gerando um enorme conjunto de externalidades positivas sobre todos os sectores de atividade económica e social, desde a educação, a saúde, os serviços públicos, o turismo, etc., tendo um potencial de captação de investimento e criação de emprego que poderá ter um efeito imediato na ambicionada coesão territorial.

A concessão e cobertura do 5G são fundamentais, quer para a coesão territorial, quer para a economia assente no conhecimento, na digitalização e na inovação que descrevemos mais atrás. O concurso sofreu bastantes atrasos, pelo que é prioritário recuperar o tempo perdido face aos restantes países Europeus. **É fundamental que o território como um todo disponha de uma cobertura rápida, acessível e barata da rede 5G.**

Regiões Autónomas

O PSD sempre foi e continua a ser o partido que mais defende e concretiza a autonomia das regiões da Madeira e dos Açores. Infelizmente, o governo tem tido uma incompreensão do potencial que estas têm enquanto elemento fundamental para garantir a profundidade atlântica do País. **As Autonomias devem ser percecionadas como oportunidades de o Estado português aplicar medidas, atrair investimentos, experimentar soluções que são menos viáveis, ou mesmo inexecutáveis no contexto do Portugal peninsular**, aproveitando as prerrogativas que a União Europeia confere a estes territórios enquanto Regiões Ultraperiféricas, e sempre no estrito respeito pelos respetivos Estatutos político-administrativos.

Na defesa da Autonomia Política das Regiões Autónomas e no integral respeito pela dignidade e competências dos órgãos de governo próprio, o nosso compromisso com particular incidência nos Açores é o de, no âmbito das novas geoestratégias política e económica, de nível europeu e universal, considerar o interesse regional nas estratégias do Espaço e do Mar como de relevante interesse nacional. O princípio da continuidade territorial, reconhecido aliás pela União Europeia, como essencial à coesão territorial e social, assume especial sensibilidade nos Açores, enquanto Região arquipelágica, que projeta, com inigualável dimensão Portugal e a Europa no Atlântico, justifica o nosso compromisso nacional e comunitário, com a mobilidade

nos Açores e dos Açores com exterior, a preços justos e mobilizadores do seu desenvolvimento.

A instituição do Observatório do Atlântico deve concretizar-se no mais breve prazo, mobilizando os diferentes domínios do conhecimento através de equipas multidisciplinares. No âmbito do Alargamento da Plataforma Continental defendemos um reforço dos recursos afetos à Armada e à Força Aérea para uma fiscalização mais eficaz.

Um governo PSD procurará: A integração do princípio de subsidiariedade, transversalmente a toda a legislação nacional e, de modo particular, nas relações entre as Autonomias Políticas dos Açores e da Madeira e a República; Garantir o Princípio da Continuidade Territorial, assumindo a República as suas responsabilidades ao nível do transporte marítimo e aéreo de pessoas e mercadorias, nas comunicações, na cultura e no desporto; Rever a Lei de Finanças Regionais; Analisar a possibilidade de criação de Sistemas Fiscais Regionais. É preciso também rever as condições de financiamento da proteção civil e do combate aos fogos, dos subsistemas de saúde e das taxas aeroportuárias.

A instituição do Observatório do Atlântico deve concretizar-se no mais breve prazo, mobilizando os diferentes domínios do conhecimento através de equipas multidisciplinares. No âmbito do Alargamento da Plataforma Continental defendemos um reforço dos recursos afetos à Armada e à Força Aérea para uma fiscalização mais eficaz.

No caso da Madeira propomos ainda garantir o financiamento de 50% por parte do Estado na obra do novo hospital. O PSD propõe também a renegociação da redução dos juros do empréstimo do Estado à Região, colocando esses juros iguais aos do financiamento da República, não onerando mais os Madeirenses face aos restantes Portugueses.

15. Forças Armadas e Segurança: Prestígio e Soberania

Forças Armadas

Uma política de Defesa deve procurar ter os seguintes objetivos: Fortalecer capacidades internas de dissuasão e resposta; Capacitação de meios de apoio requeridos à atividade operacional; Aumentar e melhorar a capacidade de resposta a ameaças não configuráveis de um modo eminentemente militar, reforçando o envolvimento das FA nos estados de Calamidade e emergência e nas Ações de "Segurança Humana"; Melhorar as condições sociais e estatutárias, reforçando ainda a valorização do pessoal; Reforçar e disponibilizar meios para a ação externa no domínio da Defesa, particularmente para as Forças Nacionais Destacadas e para a Cooperação no domínio da Defesa; Reforçar a inserção de Portugal em organizações internacionais de que Portugal faça parte, nomeadamente as respeitantes à Segurança e Defesa.

A participação de Portugal como membro da NATO corresponde a um desejo e uma necessidade que justificam o empenhamento nacional nas suas atividades, operações e programas. No âmbito da UE, tendo já sido estabelecidas as regras de criação de "parcerias reforçadas" justifica-se participação portuguesa em algumas delas, mormente as que permitem uma valorização adicional dos nossos interesses e meios de ação. Em termos da participação de Portugal nas missões da ONU, devemos continuar a proceder de igual modo, reforçando-se em determinadas circunstâncias o equipamento e o controlo requeridos para o seu sucesso.

Portugal tem de liderar na Europa a ação política sobre o Mar, em especial na sua dimensão de segurança. E em matéria de segurança marítima as Forças Armadas têm sido, são e serão decisivas.

Portugal tem de liderar na Europa a ação política sobre o Mar, em especial na sua dimensão de segurança. E em matéria de segurança marítima as Forças Armadas têm sido, são e serão decisivas.

Assim, o PSD propõe em matéria de Defesa:

- No quadro Constitucional a política deve incluir mais do que a componente de Defesa, abrangendo uma resolução favorável por parte da ONU à expansão da plataforma marítima nacional obriga-nos a um reforço de meios que garantam a segurança de pessoas e bens com ela relacionados, para o qual não estamos preparados, nem dispomos dos recursos financeiros necessários. É necessária uma coordenação eficaz com as outras áreas da Segurança Interna.
- Consolidação da reorganização das F.A. que decorre das alterações legislativas recentes.

- Reforço dos meios humanos, ao nível inferior da hierarquia, alteração das condições de atratividade financeira e estatutária e a criação de um corpo de praças permanentes para o Exército e Força Aérea. Vários outros aspetos devem ser considerados e desenvolvidos, nomeadamente a integração da ADM no EMGFA, a reestruturação dos modelos de coordenação e financiamento do IASFA, tornando-os semelhantes aos da Santa Casa da Misericórdia, uma melhor ocupação do parque habitacional disponível, criação de residências de estudantes para filhos dos beneficiários, integrando o apoio médico e social dos deficientes da F.A. na Secretaria de Estado da Defesa retirando-a da responsabilidade da ADM.
- Reforço e melhoria dos equipamentos essenciais da F.A., sobretudo NPO's, meios de transporte estratégico e tático da Marinha e Força Aérea (helicópteros e drones), meios de defesa aérea, e modernização da frota de P3, bem como a finalização do programa de reequipamento da Brigada de Intervenção, garantindo a sua coerência operacional enquanto de sistema de sistemas e pelo reforço de meios humanos e de mobilidade adequados nos Regimentos de Comandos e de Paraquedistas. Deve-se também sediar no Alfeite um centro de manutenção e reparação de submarinos e fragatas, acolhendo outras entidades que se considerem adequadas, de modo a ele se vir a constituir como uma área de competência no domínio tecnológico, permitindo a poupança de recursos financeiros permanentemente drenados para o exterior.
- A recente campanha de vacinação ao COVID mostrou a necessidade de organização de um sistema nacional de resposta a crises, integrando as entidades que lhes estão associadas; à reformulação ou criação de uma coordenação entre F.A., F.S.S. e ANPEC de modo a se garantir resposta menos dispendiosa e mais eficaz, reforçando-se assim melhor capacitação na área sanitária, na busca e salvamento, na prevenção de incêndios florestais ou na resposta a cheias.
- Interligação entre áreas de Defesa e os tecidos científico, tecnológico e empresarial, bem como reindustrializar o setor de Defesa, aproveitando o Fundo Europeu de Defesa.
- A Cooperação estruturada permanente e o Fundo Europeu de Defesa são uma oportunidade que não podemos perder. A Cooperação Estruturada Permanente é o primeiro bloco da construção de uma União Europeia de Defesa, mas precisamos de ser concludentes no esforço que estamos a empenhar. O pro-

A Cooperação estruturada permanente e o Fundo Europeu de Defesa são uma oportunidade que não podemos perder. A Cooperação Estruturada Permanente é o primeiro bloco da construção de uma União Europeia de Defesa, mas precisamos de ser concludentes no esforço que estamos a empenhar. O progresso na concretização da CEP não tem acompanhado as exigências atuais do complexo ambiente de segurança internacional, que não se esgota nas clássicas ameaças bélicas. É preciso atingir resultados concretos e tangíveis até 2025, sem atrasos.

gresso na concretização da CEP não tem acompanhado as exigências atuais do complexo ambiente de segurança internacional, que não se esgota nas clássicas ameaças bélicas. É preciso atingir resultados concretos e tangíveis até 2025, sem atrasos.

Segurança e proteção dos cidadãos

Com este governo, a Segurança e Proteção Civil é das áreas mais carecidas de organização e estruturação, mais carecida de políticos com visão mas sobretudo coragem para tomar as medidas necessárias, capazes de enfrentar lógicas sindicalistas ou corporativas e tomar as decisões que façam do Sistema de Segurança Interna um só sistema e não, como hoje sucede, uma multiplicidade de sistemas e forças policiais, que se sobrepõem e atropelam, com competências territoriais e de ação que se entrecruzam.

Um novo modelo de organização do Sistema de Segurança Interna

A proliferação de forças e serviços de segurança, a inevitável sobreposição de funções, atribuições e competências, bem como a multiplicação de estruturas orgânicas e funcionais não tem encontrado o devido contrapeso numa instância de efetiva coordenação.

A definição de um sistema lógico e coerente, de articulação da atividade desenvolvida pelas diferentes forças e serviços de segurança é um dos objetivos fundamentais do PSD, que defende um sistema que assegure respostas diferenciadas, coordenadas e uma especialização funcional clara.

Nesse âmbito o PSD defende:

Criar uma Estrutura hierarquizada do SSI e a respetiva articulação operativa entre as FSS: Na Lei de Segurança Interna o Secretário-Geral SSI possui competências de direção, de coordenação, de controlo e de comando operacional. Estas funções nunca foram assumidas pelo Secretário-Geral que, na visão do PSD, se deve assumir como o topo de uma hierarquia debaixo da qual se apresentam todas as unidades policiais e de segurança do SSI; se deve apresentar como garante da articulação efetiva e coordenação operacional entre as forças e serviços de segurança. É fundamental que no âmbito das suas competências legais, já existentes, o SG SSI estabeleça mecanismos eficazes de articulação e coordenação entre as diversas FSS, através dos respetivos dirigentes máximos e harmonizada com os organismos congéneres internacionais e estrangeiros, bem como com todos os sistemas periféricos relevantes na área de segurança, tanto públicos como privados. Interoperabilidade entre forças, que evite redundâncias no sistema e assegure uma racionalização de meios. Intercomunicabilidade entre forças, que evite sobreposições funcionais e assegure uma resposta harmoniosa do sistema, independentemente de qual seja a força e serviço de segurança que o preste. Os cidadãos querem respostas, independentemente de quem as preste. O Estado tem o dever de assegurar essa organização entre quem pode prestar essa resposta.

Nas forças e serviços de segurança proliferam recursos e serviços administrativos que pelas suas redundâncias podem e devem ser otimizados e geridos de forma partilhada e eficiente. Um modelo assente na racionalização e partilha de serviços administrativos, respeitando naturalmente a diversidade inerente a cada força de segurança, mas que deve nortear-se pela uniformização de procedimentos com vista à otimização dos recursos existentes.

Serviços partilhados e otimização de recursos (a separação orgânica entre funções policiais e funções administrativas transversal a todo o SSI): Nas forças e serviços de segurança proliferam recursos e serviços administrativos que pelas suas redundâncias podem e devem ser otimizados e geridos de forma partilhada e eficiente. Um modelo assente na racionalização e partilha de serviços administrativos, respeitando naturalmente a diversidade inerente a cada força de segurança, mas que deve nortear-se pela uniformização de procedimentos com vista à otimização dos recursos existentes. Uma visão holística do sistema como a que defende o PSD permite que, ao invés de existirem duplicações funcionais e forças policiais fechadas nas suas capelinhas de poder, se possam complementar funções idênticas, como as funções administrativas, que são na verdade indiferenciadas entre as diferentes forças

e serviços de segurança. É tão dispensável ter agentes formados para funções operacionais a desempenhar funções meramente administrativas como é dispensável ter funções administrativas nas diferentes forças e serviços de segurança, sem que se assegure a comunicabilidade entre si. Um sistema assente na intercomunicabilidade não teme a partilha de informação entre as forças, que é necessária para uma mais eficaz e célere resposta ao cidadão. Um sistema com respeito pelo tributo dos cidadãos procura otimizar os seus recursos, concentrando as funções administrativas, ao invés de as atomizar pelas diferentes forças e serviços de segurança, cada qual com o seu sistema, cada qual com o seu arquivo.

Na extinção do SEF o Governo defendia a "separação orgânica entre funções policiais e funções administrativas" naquele serviço de segurança. O PSD defende esta separação orgânica, mas não circunscrita a uma FSS mas outrossim transversal a todo o Sistema de Segurança Interna, coordenado superiormente pelo SG SSI.

Recuperação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, reclassificado como força de segurança e a revogação da lei de extinção do SEF: O PSD bateu-se contra a chamada "reforma do SEF" que mais não se tratou de um desmantelamento daquela importante força. Em coerência com esse posicionamento político, pugnará pela manutenção deste serviço de segurança que, aliás, não chegou a ser extinto porque a transmissão (será melhor dizer atomização) de

Recuperação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, reclassificado como força de segurança e a revogação da lei de extinção do SEF:

O PSD bateu-se contra a chamada "reforma do SEF" que mais não se tratou de um desmantelamento daquela importante força.

competências para as outras forças e serviços de segurança não se chegou a efetivar. Além de reverter esta extinção, feita aliás ao arrepio de todas as recomendações internacionais, como se verá brevemente na avaliação Schengen feita a Portugal, o PSD proporá, tal como fez já, a reclassificação do SEF, de serviço de segurança em força de segurança. Atribuindo-lhe funções policiais e migrando as funções administrativas para a gestão conjunta do SSI, como defendido em cima.

Um Sistema de Segurança Interna moderno e atualizado

A falta de meios, a degradação de instalações, a falta de viaturas operacionais, a escassez de equipamento e a obsolescência dos meios tecnológicos compromete as condições de trabalho das forças e serviços de segurança e deteriora o prestígio das forças de autoridade.

Nesse âmbito o PSD defende:

Programação plurianual de investimentos: A Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança (LPIEFSS) deveria apresentar o investimento necessário e possível de realizar no Sistema de Segurança Interna. Sucede, porém, que, também aqui, o governo socialista procedeu a cativações, assumindo em sede orçamental determinado investimento cuja execução ficou sempre pela metade. A baixa execução da LPIEFSS é um desrespeito pelas forças e serviços de segurança por violação do contrato de confiança que com eles se estabelece, mas também, um contributo para o desprestígio da classe política por assumir em documentos oficiais investimentos que sabe não conseguir executar. Ao nível da programação plurianual dos investimentos nesta área o PSD assegura um investimento contínuo, programado e efetivo nos equipamentos e na renovação das infraestruturas das forças e serviços de segurança. Mas assegura, essencialmente, cumprir com aquilo com que se comprometa em sede orçamental.

Desenvolver e implementar o Registo Central de Infraestruturas Críticas: A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, aprovada em 2015, defende a obrigação de *"Implementar o Plano de Ação para a Proteção e Aumento da Resiliência das Infraestruturas Críticas, nacionais e europeias, com os respetivos planos de segurança da responsabilidade dos operadores e planos de segurança externos da responsabilidade das forças e serviços de segurança e da Autoridade Nacional de Proteção Civil"*.

Até hoje e após seis anos de governação absolutamente nada foi feito, deixando o país exposto ao terrorismo e ameaças internacionais. O PSD compromete-se a elaborar, com caráter de urgência, este documento de importância nevrálgica não apenas na identificação de quais venham a ser essas infraestruturas críticas como sobretudo na medida em que obriga à elaboração de um plano específico com vista a proteger o nosso país de eventuais ataques às suas infraestruturas físicas.

Um Sistema de Segurança Interna assente na dignificação do estatuto de agente de autoridade

Neste âmbito o PSD propõe:

Assegurar o rejuvenescimento das forças e serviços de segurança: há uma crónica perda de efetivos nas diversas forças e serviços de segurança que não é compensada com a entrada de novos agentes pela falta de atratividade da profissão. Os baixos salários no ingresso para as forças e serviços de segurança associados à estagnação salarial, designadamente na PSP e GNR, provocam um descontentamento generalizado e uma desmotivação nos profissionais que integram essas forças. É necessário reverter estas regras por forma a que consigam captar mais jovens agentes promovendo o desejável rejuvenescimento das nossas polícias. A reorganização do sistema acima referido, tanto pelo combate a redundâncias operacionais como na otimização de recursos administrativos, deverão criar a folga gestonária bastante para conseguir melhor remunerar os ativos, num sistema moderno e atrativo, de servidores públicos de excelência como são os agentes de autoridade.

A excelência como objetivo: O estatuto de agente de autoridade deve ser entendido com a dignidade ao mesmo correspondente que é, afinal, a dignificação do próprio Estado. As progressões assentes no serviço prestado, as avaliações assentes no mérito e menos em fatores temporais, deverão fazer equivaler as *novas* forças e serviços de segurança portuguesas, de um Sistema de Segurança Interno *moderno*, às forças modelares que identificamos noutros países. Aquilo por que pugnaremos é por fazer regressar ao estatuto de agente de autoridade a condição de exceção, de servidor público de excelência, de agente com respeitabilidade imanente, características que se forma perdendo nas últimas décadas, respondendo com a contratação à desorganização, respondendo com desqualificação remuneratória à incapacidade gestonária. É tudo isto que nos propomos mudar. Tanto nas forças e serviços de segurança, como nas forças armadas aliás, como estatuto em tudo se equivale ao estatuto de exceção e excelência por que pugnamos para estes servidores públicos.

Proteção Civil

O Sistema Nacional de Proteção Civil foi seriamente afetado pelo sobressalto cívico que constituiu os incêndios florestais de 2017, primeiro em junho e em Pedrogão Grande, mais tarde, em outubro, em vários concelhos no centro do País, tendo, estes nefastos eventos, concorrido para uma desconfiança generalizada sobre o sistema, o que levou a Assembleia da República a constituir uma Comissão Técnica Independen-

Assegurar o rejuvenescimento das forças e serviços de segurança: há uma crónica perda de efetivos nas diversas forças e serviços de segurança que não é compensada com a entrada de novos agentes pela falta de atratividade da profissão. Os baixos salários no ingresso para as forças e serviços de segurança associados à estagnação salarial, designadamente na PSP e GNR, provocam um descontentamento generalizado e uma desmotivação nos profissionais que integram essas forças.

te, de que resultaram dois relatórios técnicos com recomendações, em que, muitas das quais, ainda se encontram por concretizar.

Os Serviços do Estado têm, a nível do território nacional, a responsabilidade relativamente a todas as ações de "planear, coordenar e executar a política de proteção civil nos domínios da prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, da proteção e socorro às populações, da superintendência da atividade dos bombeiros e do planeamento e coordenação civil de emergência em situação de crise ou de guerra, dirigir o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e acautelar o cumprimento do Sistema de Gestão de Operações.

Contudo o sistema de proteção civil não pode estar capturado somente pelos incêndios florestais, sabemos hoje e cada vez mais com uma pertinência efetiva que os efeitos das alterações climáticas, cada vez mais evidentes, com uma tendência crescente, claramente observável, com o aumento de risco de incêndio, potenciando megaincêndios, mas também inundações, episódios de cheias rápidas (*Flash Floods*), tempestades que se apresentam sobre a forma de furacão, ciclogénese explosiva, entre outros. Os riscos não podem ser ignorados, e o surgimento da Pandemia, que entrou de forma surpreendente nas nossas vidas, ensina-nos que teremos que conviver com vários eventos em simultâneo e para isso precisamos de uma proteção civil ativa, preventiva, inclusiva, este terá que ser o padrão pela qual o partido social democrata (PSD) se irá bater.

Assim e para este desiderato propomo-nos a defender, a analisar e a debater:

Coerência Territorial: Defendemos que todas as entidades de proteção civil tivessem a mesma organização territorial e que, a haver mudanças, elas fossem simultâneas e coincidentes para todos os agentes do sistema. Nos diplomas em apreciação a organização territorial consagrada não adota o mesmo modelo para todos os agentes do sistema. No ICNF e na ANEPC foram estabelecidas 5 regiões de acordo com as divisões regionais correspondentes às NUTS II do continente. No entanto, no que se refere à ANEPC, as referidas 5 regiões são divididas em 23 sub-regiões de acordo com as entidades intermunicipais. O ponto crítico é que todos os demais agentes que integram o sistema de proteção civil estão organizados de forma territorialmente diferente da agora definida para a estrutura operacional da ANEPC. Por exemplo a GNR, PSP e outras estão estruturadas por distrito.

Salas de despacho conjuntas: É com preocupação que verificamos que o diploma regulador da orgânica da ANEPC consagra a criação de um total de 29 Salas de Operações (1 Nacional, 5 Regionais e 23 Sub-Regionais), contra as 19 (1 nacional, 18 distritais) atualmente em funcionamento. Recorda-se que cada sala de operações terá que dispor de avultado investimento tecnológico para além de ter de ser dotadas com recursos

Os riscos não podem ser ignorados, e o surgimento da Pandemia, que entrou de forma surpreendente nas nossas vidas, ensina-nos que teremos que conviver com vários eventos em simultâneo e para isso precisamos de uma proteção civil ativa, preventiva, inclusiva, este terá que ser o padrão pela qual o partido social democrata (PSD) se irá bater.

humanos de forma a garantirem o seu funcionamento permanente. Em Portugal registam-se anualmente cerca de um milhão e trezentas mil ocorrências, sendo que muitas delas se duplicam por diferentes atores. Consta-se que existem duas salas de operações 112.pt trabalhando 9 distritos cada. Existem quatro Centro de Orientações de Doentes Urgentes (CODU). Verifica-se que existem 18 salas de situação na GNR, e agora na ANEPC prevê 29 salas de operações conforme já referido. O PSD considera que esta poderá ser uma oportunidade para criar Salas de Despacho Conjunto (SDC) a nível regional, onde atuassem todas as forças que concorrem para a proteção e socorro conforme as boas práticas internacionais. Esta solução evitaria a dispersão e potenciaria a coerência na doutrina e a racionalização dos meios.

O PSD considera que esta poderá ser uma oportunidade para criar Salas de Despacho Conjunto (SDC) a nível regional, onde atuassem todas as forças que concorrem para a proteção e socorro conforme as boas práticas internacionais. Esta solução evitaria a dispersão e potenciaria a coerência na doutrina e a racionalização dos meios.

Reorganização estrutural do sector operacional dos Bombeiros: Propomos que seja promovida uma reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros e estabelecidos modelos de contratualização plurianual entre o Estado central e as entidades detentoras de corpos de bombeiros. Nesta reorganização defendemos que de forma progressiva seja instituída em todos os Corpos de Bombeiros **a profissionalização da primeira intervenção em H24**, através de mecanismos de contratualização conforme tem ocorrido no processo de instituição das equipas de intervenção permanente (EIP's). Defendemos igualmente que o próximo governo estabeleça para o todo **sector dos bombeiros uma mesma tutela**, e não tutelas diferentes conforme a origem dos bombeiros.

Meios aéreos: O PSD manterá a sua convicção da necessidade que o país tem em ser dotado de meios aéreos de asa fixa tipo anfíbio, situação que já em 2014 deixou bem assinalada no âmbito dos fundos Europeus, mas que foi revertida pelo governo que lhe sucedeu.

16. Finanças Públicas

Política fiscal: equidade e incentivos à poupança e ao investimento

*A elevada carga fiscal, que tem aumentado nos últimos anos, tem penalizado sobretudo as famílias da classe média, reduzindo fortemente a capacidade de poupança das famílias. É por isso **essencial aliviar a carga fiscal das famílias, bem como estimular a poupança.***

Para além das medidas fiscais previstas no capítulo da competitividade da economia, é preciso atuar em sede da **redução da carga fiscal em IRS**. O IRS assume um caráter muito específico no contexto do sistema fiscal, porque é o imposto que permite um efeito de redistribuição e de maior equidade. Atualmente a função de redistribuição do IRS está prejudicada porque a elevada taxa marginal máxima é aplicável a partir de níveis de rendimento (80 mil euros) inferiores aos de outros países europeus, o que tem também um efeito negativo na competitividade, ao constituir um incentivo negativo para o trabalho. No médio prazo, **urge repensar a tributação em sede de IRS**. Acresce que a digitalização, a inteligência artificial, a robótica e automação vão colocar desafios enormes ao nível do mercado de trabalho, com o consequente impacto na tributação das pessoas singulares.

A elevada carga fiscal, que tem aumentado nos últimos anos, tem penalizado sobretudo as famílias da classe média, reduzindo fortemente a capacidade de poupança das famílias. É por isso **essencial aliviar a carga fiscal das famílias, bem como estimular a poupança**, através de:

- **Redução do IRS em 400 M€/ano em 2025 e 2026, sendo em cada ano 350 M€ destinados aos escalões de rendimento até 60 mil €/ano e 50 M€ destinados aos escalões de rendimento entre os 60 e os 100 mil €/ano.**
- **Redução da carga fiscal em IRS para as famílias da classe média, através da redução das taxas aplicáveis ao rendimento das pequenas e médias poupanças, bem como a dedução à coleta em sede de IRS dos montantes aplicados em PPR e PPR-OICVM (com o valor de dedução e máximos a ser definido).**
- **Redução da carga fiscal sobre imóveis, através da redução para 0,25% do limite inferior do intervalo da taxa aplicável a prédios urbanos do Imposto Municipal sobre Imóveis a partir de 2024.**
- **Entre julho de 2021 e dezembro de 2023, redução da taxa de IVA para a restauração de 13% para 6%.** Medida provisória para combater os dramáticos efeitos da pandemia neste setor.

É também necessário uma **simplificação dos processos de contencioso tributário**, com uma simplificação dos procedimentos em sede de LGT e de CPPT, o **reforço da componente de arbitragem tributária**; alterar o

prazo de manutenção de uma garantia idónea para suspensão do processo executivo (não deverá exceder um ano no caso das reclamações administrativas e dois anos no caso dos processos judiciais); simplificação das regras sobre a caducidade e prescrição de impostos, com alteração dos mecanismos de suspensão/interrupção.

Por outro lado, é preciso avançar com um **incremento da fiscalidade verde**, conforme referido no capítulo das empresas, **assegurando a neutralidade orçamental**, através da redução dos impostos sobre o rendimento, nos montantes adicionais de receita cobrados pelos novos tributos verdes.

Em termos Europeus e internacionais, o PSD bater-se-á por uma **maior harmonização fiscal ao nível do imposto sobre as sociedades**, nomeadamente a iniciativa "Framework for Income Taxation (BEFIT)" (anteriormente o CCCTB). **Também defenderemos a tributação mínima de 15% acordada internacionalmente ao nível da OCDE.**

Por último, e no seguimento do livro "Uma reforma fiscal para o século XXI", um governo PSD iniciará um **amplo debate e estudo de uma reforma fiscal abrangente, compreensiva e reformista, que potenciem a competitividade da economia nacional, de resposta os novos desafios tributários, simplifique e reduza os custos do sistema fiscal e promova maior equidade.**

Reforma das Finanças Públicas

A qualidade dos serviços públicos tem sofrido uma degradação contínua, e é premente inverter esta tendência. A eficiência da despesa pública pode e deve aumentar significativamente, atenuando ao máximo redundâncias e desperdícios, para permitir compatibilizar uma melhoria significativa da qualidade dos serviços públicos com um crescimento moderado da despesa.

Os portugueses exigem um "Estado mais Qualificado" e eficiente, capaz de produzir

níveis de proteção e de desenvolvimento social elevados com um nível de utilização de recursos moderado, que não comprometa a competitividade da economia e a produção de riqueza. Deste modo os portugueses poderão usufruir de serviços públicos de qualidade com carga fiscal e custos de contexto mais baixos.

Alcançar um **"Estado mais Qualificado"** pressupõe uma reforma profunda do Estado, em que uma das partes críticas é a **reforma das Finanças Públicas, que melhore a gestão financeira e patrimonial do Estado, aumente a transparência da gestão pública, reduza os desperdícios e aumente a autonomia e a respon-**

*Alcançar um **"Estado mais Qualificado"** pressupõe uma reforma profunda do Estado, em que uma das partes críticas é a **reforma das Finanças Públicas, que melhore a gestão financeira e patrimonial do Estado, aumente a transparência da gestão pública, reduza os desperdícios e aumente a autonomia e a responsabilização da gestão no Setor Público Administrativo.***

sabilização da gestão no Setor Público Administrativo. A RAFE XXI – Reforma da Administração Financeira do Estado para o Século XXI terá como principais vetores:

- **Reorganização de funções, e revisão de despesa associada**, transversal a toda a Administração Pública. Elaborar um plano para realizar revisões da despesa nos principais ministérios e nas grandes áreas de despesa, baseados em auditorias externas, avaliações independentes, com o apoio do Tribunal de Contas, da IGF e da OCDE.
- Elaboração de um **quadro de referência orçamental de médio prazo**, enquadrado por uma regra da despesa, definindo quais os tetos máximos de despesa por ministério.
- **Aumento da flexibilidade gestonária dos organismos**, assegurando, assim, uma maior responsabilização dos ministérios setoriais, dando-lhes uma maior autonomia financeira e reduzindo o grau de rigidez das despesas correntes.
- **Reformar o processo orçamental**, apostando no impacto da digitalização, da Inteligência Artificial e da inovação, melhorando a sua transparência, e reforçar o papel do Conselho de Finanças Públicas.
- Implementar uma efetiva **orçamentação por programas (OP)**, definindo para cada ministério objetivos, indicadores e metas. Trata-se de uma alteração da tradicional orçamentação centrada nos recursos disponíveis ("inputs"), para uma lógica assente em objetivos e metas para a produção do setor público ("outputs") e para os impactos das políticas ("outcomes").
- **Face aos atrasos, concluir rapidamente a implementação do SNC-AP** e, consequentemente, **ter uma contabilidade analítica em cada serviço**, apurando o custo de cada bem/serviço produzido e de cada departamento interno.
- Criar um **Portal da transparência orçamental**.

O PSD defende que a nível Europeu deve haver uma revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, do Tratado Orçamental e do Semestre Europeu, bem como das regras orçamentais. As regras orçamentais são indispensáveis numa União Económica e Monetária. Mas devem sobretudo assentar no saldo primário estrutural e na evolução da despesa corrente primária e na evolução da despesa estrutural.

Emprego e carreiras públicas para um serviço público de excelência

O PSD considera essencial **aumentar o nível de competências dos funcionários ao serviço do Estado, rever o planeamento de carreiras, adotar o princípio da promoção pelo mérito, introduzir mecanismos que permitam a gestão por objetivos**, bem como a adoção de **componentes variáveis nas remunerações**.

A Administração Pública viveu nos últimos anos um processo de definhamento continuado, quer em termos de má alocação de recursos humanos (com forte impacto no funcionamento de serviços públicos), quer em termos de incapacidade de retenção de recursos qualificados (com consequências graves para a

qualidade do serviço prestado). Esta situação deverá ser revertida, nos próximos anos, através do seguinte conjunto de medidas:

- O **desenvolvimento de um diagnóstico e de plano global de evolução dos recursos humanos a 10 anos** – Plano Previsional de Gestão de Recursos Humanos, bem como a definição de objetivos quantitativos para a evolução e renovação dos trabalhadores da Administração Pública, setoriais e transversais, e a aplicação articulada dos instrumentos de gestão que os permitam concretizar (rácio uma entrada por uma saída no global das AP's);
- O **desenvolvimento de um modelo de recrutamento orientado e seletivo de novos quadros técnicos**, bem como o **desenvolvimento de programas de formação**, que permitam uma maior mobilidade entre carreiras e grupos profissionais;
- **Revisão de carreiras e reforço dos instrumentos de flexibilidade laboral**, através da aproximação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas do regime geral aplicável ao setor privado; do levantamento de todos os regimes de exceção, em matéria laboral, com vista à avaliação da sua necessidade e adequabilidade; da implementação de modelos de organização do trabalho mais flexíveis, designadamente mediante o recurso aos instrumentos da adaptabilidade e do banco de horas, em função das necessidades efetivas de cada serviço ou organismos;
- **Revisão da política remuneratória**, promovendo a valorização e a promoção do mérito. A política salarial do Estado deverá evoluir, dentro das limitações financeiras existentes, no sentido de favorecer a valorização da Administração Pública, reconhecendo o mérito e a competência e valor das pessoas que exercem funções públicas. Medidas concretas a desenvolver nos próximos anos: Implementação de aumentos salariais que acompanhem a evolução da inflação e o acréscimo de produtividade do país; Recuperar os instrumentos de reconhecimento do mérito: possibilidade de atribuição de prémios de desempenho associados à redução de custos e ao aumento da eficiência dos serviços;
- **Formação e Reforço de Competências**. Importa desenvolver um sistema de formação profissional que garanta a aproximação entre as competências detidas pelos trabalhadores e as efetivamente necessárias em contexto de trabalho. Isso passa pelo desenvolvimento de competências específicas de elevada tecnicidade, reforço de competências transversais, rever o enquadramento da formação na Administração Pública, implementar mecanismos de diagnóstico de efetivas necessidades de formação nos serviços e organismos da Administração, a par de metodologias de identificação e definição de perfis individuais de competências, facultar formação qualificada e altamente especializada em instituições de ensino su-

A Administração Pública viveu nos últimos anos um processo de definhamento continuado, quer em termos de má alocação dos recursos humanos (com forte impacto no funcionamento de serviços públicos), quer em termos de incapacidade de retenção de recursos qualificados (com consequências graves para a qualidade do serviço prestado).

perior aos dirigentes e quadros superiores da Administração Pública, através de protocolos a estabelecer entre o INA, com o EIPA (Instituto Europeu de Administração Pública) e a Academia, promoção de estágios para Funcionários e Quadros da Administração Pública Central e Local em empresas privadas e em organizações europeias, sobretudo em áreas de forte desenvolvimento técnico e tecnológico.

- Promover um desenvolvimento sustentado de competências para chefias que lhes permita exercer as suas funções nos novos contextos de trabalho.

O PSD entende que, a nível de topo, **a administração pública deverá ser totalmente despartidarizada**. Nesse sentido, proporá que **a nomeação de diretores-gerais e de presidentes de institutos passe a ser feita por uma Comissão de Peritos nomeada pela Assembleia de República**. Nessa proposta, a nomeação dos subdiretores gerais e dos administradores dos institutos públicos passaria a ser da exclusiva responsabilidade do diretor-geral ou do presidente, consoante o caso.

Defendemos também a criação de canais internos nos organismos da AP que garantam a implementação efetiva da Diretiva Europeia da Proteção de Denunciantes, para assegurar que as pessoas que trabalham na AP Portuguesa possam denunciar – livremente e sem receio de retaliação, perseguição ou discriminação – crimes económicos e financeiros, corrupção, práticas contra a saúde pública e o ambiente, e outros crimes graves contra a sociedade.

*O PSD entende que, a nível de topo, **a administração pública deverá ser totalmente despartidarizada**. Nesse sentido, proporá que **a nomeação de diretores-gerais e de presidentes de institutos passe a ser feita por uma Comissão de Peritos nomeada pela Assembleia de República**.*

Valorização progressiva das remunerações dos titulares de cargos dirigentes da Administração Pública, criando mecanismos que associam a retribuição ao nível de responsabilidade, à criticidade funcional, ao valor de mercado e ao desempenho dos dirigentes (implementação de um sistema de grade remuneratório – Job evaluation – para os dirigentes da AP). Estas medidas deverão ser acompanhadas da centralização progressiva da função de pagamento salarial (pay-roll da Administração Central) no Ministério das Finanças (através da ESPAP).

O equilíbrio das contas públicas e a dívida pública

Desde a entrada na zona Euro que Portugal se debateu com um desequilíbrio das contas públicas e um problema de elevada dívida pública. **O período pré-pandemia**, com uma excelente conjuntura (descida das taxas de juro, dividendos do Banco de Portugal e forte crescimento da receita fiscal com um agravamento da carga fiscal), **teve uma consolidação orçamental nominal e não estrutural**. Portugal precisa de **reduzir a dívida pública substancialmente e criar alguma margem para a aplicação de políticas contra cíclicas** que protejam a economia portuguesa contra choques externos. Para alcançar estes objetivos, as **Finanças Públicas devem ser orientadas para atingir o equilí-**

brio orçamental estrutural, sem agravar a carga fiscal e com níveis de investimento público que não comprometam o futuro dos portugueses.

O maior problema das contas públicas é a estrutura da despesa pública, pesada e rígida. Portugal apresenta valores de despesa corrente primária acima dos seus principais concorrentes (Europa do sul e do leste) sem que tal se traduza em níveis de serviço público superiores, devido aos níveis baixos de eficiência. É necessário evitar e desconstruir um equívoco: moderar o crescimento da despesa corrente primária não significa reduzir a importância do Setor Público e da sua intervenção (quer ao nível das funções de soberania, quer ao nível da proteção social), mas sim encontrar outras soluções instrumentais que aumentem a eficácia da despesa pública.

O maior problema das contas públicas é a estrutura da despesa pública, pesada e rígida. Portugal apresenta valores de despesa corrente primária acima dos seus principais concorrentes (Europa do sul e do leste) sem que tal se traduza em níveis de serviço público superiores, devido aos níveis baixos de eficiência.

Assim, na próxima legislatura, **os principais vetores das Finanças Públicas portuguesas devem ser:**

- Equilíbrio das contas públicas, medido por um saldo estrutural equilibrado.
- Redução da dívida pública.
- Garantir, e reforçar, a coesão social e a redução das assimetrias sociais, para as quais a função social do Estado é vital, quer por via dos impostos, quer por via das prestações sociais.
- Reforma do Estado, visando serviços públicos de excelência e eficiência na utilização dos recursos disponíveis, sem preconceitos ideológicos que limitem o leque de opções disponíveis.
- Redução da carga fiscal sobre as empresas e as famílias
- Reforço da transparência orçamental, reduzindo ao máximo eventuais práticas de desorçamentação.

Portugal necessita de reduzir a sua dívida pública para valores abaixo dos 100% do PIB, para que um valor mais baixo de dívida e uma gestão mais prudente da mesma possam proteger o país de futuros choques externos e turbulência nos mercados financeiros. **A gestão da dívida pública a médio e longo prazo deve assentar num perfil de risco conservador, optando por uma gestão de portfólio de risco reduzido.**

O setor financeiro: restabelecer o equilíbrio e a credibilidade

A estabilidade financeira foi reforçada na área do Euro. No entanto, existe ainda uma forte ligação entre os bancos e os seus Estados soberanos, bem como níveis elevados de crédito malparado. São necessárias medidas suplementares para reduzir e partilhar os riscos no setor bancário, bem como para oferecer melhores

Portugal necessita de reduzir a sua dívida pública para valores abaixo dos 100% do PIB, para que um valor mais baixo de dívida e uma gestão mais prudente da mesma possam proteger o país de futuros choques externos e turbulência nos mercados financeiros.

possibilidades de financiamento à economia real, nomeadamente através dos mercados de capitais. **A integração e o bom funcionamento do sistema financeiro são essenciais para garantir a eficácia e a estabilidade da UEM. A conclusão da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais é fundamental para alcançar este objetivo.**

Existem também duas outras componentes da União Bancária que continuam por concluir e que permitiriam em paralelo obter progressos na partilha de riscos: um **Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (SESD)**; e um **mecanismo comum de segurança orçamental para o Fundo Único de Resolução**. Esses elementos devem ser objeto de acordo o mais depressa possível por forma a

poderem ser criados e estarem inteiramente operacionais até 2025. Ambos serão essenciais para atenuar a interdependência entre os bancos e as finanças públicas. Adicionalmente, a obtenção de progressos na **União dos Mercados de Capitais (UMC)** será fundamental para ajudar a garantir fontes de financiamento mais inovadoras, sustentáveis e diversificadas tanto para as famílias como para as empresas, nomeadamente através de um acesso facilitado a capital de risco ou ao financiamento por via do capital próprio, em detrimento do endividamento.

O sistema financeiro desempenha um papel fundamental na economia, promovendo uma melhor afetação de recursos, através da transferência de poupança e de fundos excedentários de aforradores para setores e agentes económicos que deles necessitam, designadamente para consumir e investir, facilitando ainda um alisamento de gastos dos agentes ao longo do tempo. Tendo em atenção o papel fundamental do sistema financeiro e as falhas e fricções de mercado que o caracterizam, importa regulá-lo e supervisioná-lo adequadamente.

Contudo, **há fortes desafios no setor bancário**, agravados pela pandemia, pelas moratórias e falências, como a baixa rentabilidade, o possível aumento dos NPL, bem como mudanças no setor provocadas pela tecnologia e novos atores.

Neste contexto, a escolha de um modelo de supervisão financeira deve procurar maximizar a probabilidade de atingir eficientemente os objetivos definidos para a regulação e supervisão financeiras, sendo certo que o modelo em si mesmo não é condição suficiente para os assegurar, existindo um conjunto de outros fatores que concorrem para o cumprimento desses objetivos. De entre esses fatores, destaca-se a qualidade e eficácia da regulação financeira (isto é, o conjunto de regras que pautam as atividades e o comportamento dos agentes económicos que participam no sistema financeiro), bem como a prática de supervisão, o sancionamento de violações ou a existência e competência técnica dos recursos humanos.

O PSD defende também um **novo sistema regulatório para os criptoativos, nomeadamente as criptomoedas, com a respetiva tributação em sede de IRS e de IRC.**

Novos horizontes para Portugal



Siga-nos em:

psd.pt



@partidosocialdemocrata

